

Regiane Lucinda de Carvalho

**Casa, comida e roupa lavada: fatores  
associados à saída do jovem brasileiro  
do domicílio de origem**

Belo Horizonte, MG  
UFMG/Cedeplar  
2009

Regiane Lucinda de Carvalho

## **Casa, comida e roupa lavada: fatores associados à saída do jovem brasileiro do domicílio de origem**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Demografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Paula Miranda-Ribeiro

Co-orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Belo Horizonte, MG  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional  
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG  
2009

## Folha de Aprovação

*Ao Daniel, pelas transições  
compartilhadas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Paula Miranda-Ribeiro, minha primeira professora de demografia e minha orientadora nesta dissertação, obrigada pela leitura paciente, pela boa vontade em ajudar e pela motivação nos vários momentos de dúvidas e incertezas. À professora Ana Maria Hermeto, sou grata por co-orientar esta dissertação, por esclarecer meus equívocos e pelas sugestões para a continuação deste estudo. Aos professores Eduardo Rios-Neto e Dimitri Fazito por terem prontamente aceitado o convite para participar da banca e pelas suas contribuições para a melhoria da pesquisa. Ao Dimitri, especialmente, pela leitura do pré-projeto e pelo impulso fundamental que me fez acreditar que poderia desenvolver esta dissertação.

Agradeço à professora Laura Wong, não só pelo gosto que me ensinou a ter pela demografia formal, mas principalmente pela receptividade com que, desde a graduação, sempre me recebeu. Obrigada por estar sempre disposta a me ouvir e, pacientemente, esclarecer minhas dúvidas, por corrigir meus erros, por suas críticas pertinentes que me fizeram aprender e melhorar e também por várias *otras cosas más* que compartilhamos ao longo destes quase cinco anos! Ao professor José Alberto serei sempre grata por ter acreditado em meu “potencial como demógrafa”. Obrigada por suas palavras de incentivo, pelo exemplo de vida e profissional.

Agradeço a todos os professores do Cedeplar por terem contribuído com competência para a minha formação acadêmica, foram momentos de convivência e aprendizado vivenciados com grande prazer. Especialmente, agradeço ao professor Cássio Turra pela confiança depositada no meu trabalho e pelo empenho em me ajudar e ao professor Bernardo Lanza que, através das aulas de Demografia Econômica Micro, despertou-me o interesse pelo tema de família e jovens.

Um agradecimento especial também aos professores do Cedem, especialmente à Marisol Armas, à Grisell Rodríguez e ao Lorenzo Herrera pela atenção com que me receberam em minha breve estada em La Habana.

Agradeço a cada um dos colegas da Coorte 2007 pela companhia prazerosa, tanto nos momentos de alegria e diversão quanto nos momentos sérios de estudo, compartilhados ao longo destes dois últimos anos. Foi uma satisfação conviver com vocês, guardarei ótimas recordações de cada um. Agradeço também aos colegas e amigos das outras coortes, pelos momentos de descontração dentro e, principalmente, fora do Cedeplar.

Agradeço o apoio institucional do Cedeplar e a excelente infraestrutura disponibilizada para as aulas e pesquisas. Aos funcionários das Secretarias, do Setor Financeiro, do CPD, da Biblioteca e do Xerox, agradeço a presteza em resolver os pequenos e grandes problemas cotidianos. Ao CNPq pelo auxílio financeiro indispensável durante todo o mestrado que possibilitou minha dedicação exclusiva ao Programa.

Agradeço aos amigos e à minha família pelo carinho e pelos momentos de descontração. Um agradecimento muito especial aos meus pais que foram meu maior estímulo para que continuasse estudando e superando os desafios e limitações que a vida me impunha, e às minhas queridas irmãs com quem convivi durante este período. Ao Daniel, por compartilhar comigo parte de sua vida me oferecendo força nos momentos difíceis e dividindo vitórias e alegrias. Obrigada pelo respeito, pela paciência e pelo amor incondicional.

Meus sinceros agradecimentos a estas pessoas que foram tão fundamentais para as conquistas e aprendizados, pessoais e profissionais, que vão muito além dessa dissertação. Obrigada a todos que me apoiaram e torceram por mim.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

*ECHPS – European Community Household Panel Survey*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

*LAT – Living apart-together*

PCV – Pesquisa de Condições de Vida

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – População em Idade Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPV – Pesquisa sobre Padrões de Vida

RC – Razão de chance

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

*SPSS – Statistical Package for the Social Science*

STD – Segunda Transição Demográfica

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
2 FAMÍLIA, JUVENTUDE E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA: DEFININDO ALGUNS CONCEITOS .....	19
2.1 Família e arranjos domiciliares.....	19
2.2 Juventudes e transição para a vida adulta .....	22
3 A FORMAÇÃO DE ARRANJOS DOMICILIARES .....	26
3.1 Novos arranjos domiciliares: Segunda Transição Demográfica .....	26
3.2 Os arranjos domiciliares de jovens no Brasil.....	31
3.2.1 Adiamiento da saída de casa: jovens que não saíram.....	31
3.2.2 Formando arranjos domiciliares: jovens que saíram .....	36
4 FATORES ASSOCIADOS À SAÍDA DA CASA DE ORIGEM.....	39
4.1 Fatores institucionais e econômicos.....	39
4.2 Fatores sociodemográficos .....	42
5 FONTE DE DADOS E METODOLOGIA.....	48
5.1 Dados .....	48
5.1.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).....	48
5.1.2 Variáveis utilizadas.....	50
5.1.3 Recorte geográfico e temporal .....	51
5.1.4 Objeto de estudo e eventos de investigação.....	52
5.2 Métodos.....	53
5.2.1 Análise descritiva .....	53
5.2.2 Análise de regressão.....	53
6 CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS SEGUNDO POSIÇÃO NO DOMICÍLIO .....	57



7	ALGUNS FATORES ASSOCIADOS À SAÍDA DO JOVEM DO DOMICÍLIO DE ORIGEM .....	75
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	80
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	85
	ANEXOS .....	92

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – Proporção de jovens, entre 18 e 34 anos vivendo com os pais, por sexo, vários países, 1996. ....	32
TABELA 1 – Proporção de jovens segundo relação com o responsável pelo domicílio, por grupos etários e por sexo, 1986, 1996 e 2006.....	57
GRÁFICO 2 – Proporção de jovens vivendo com os pais, por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	58
TABELA 2 – Proporção de jovens segundo raça/cor padronizada , por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	59
TABELA 3 – Proporção de jovens segundo anos de estudo, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	61
TABELA 4 – Proporção de jovens segundo frequência à escola por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	62
TABELA 5 – Proporção de jovens segundo o curso que frequenta por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	63
TABELA 6 – Proporção de jovens segundo posição na pea, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	64
TABELA 7 – Proporção de jovens segundo atividade na semana de referência, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	67
TABELA 8 – Proporção de jovens segundo densidade de moradores por dormitório, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	70

TABELA 9 – Proporção de jovens segundo condição de ocupação do domicílio, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	71
TABELA 10 – Proporção de jovens em região metropolitana, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	72
TABELA 11 – Proporção de jovens segundo região, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	73
TABELA 12 – Razões de chance estimadas para os jovens de 15 a 24 anos e 25 a 34anos saírem do domicílio de origem – brasil - 1996 e 2006. ....	75
TABELA 1A – Variáveis utilizadas e seus respectivos códigos nas pnads de 1986, 1996 e 2006. ....	92
TABELA 2A – Proporção de jovens segundo densidade de moradores por dormitório, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	93
TABELA 3A – Proporção de jovens segundo raça/cor não padronizada, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	94
TABELA 4A – Proporção de jovens segundo densidade de moradores por cômodo, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006. ....	95

## RESUMO

O objetivo deste estudo é verificar alguns fatores associados à saída dos jovens brasileiros do domicílio de origem. Considerando jovens aqueles que tinham entre 15 e 34 anos na data de referência da pesquisa. Considerou-se que os jovens que ocupavam, no domicílio, a posição de pessoa responsável ou cônjuge haviam saído de seu domicílio de origem, enquanto aqueles que ocupavam a posição de filho do responsável pelo domicílio não haviam deixado o domicílio de origem. Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foi feita uma análise descritiva dos jovens de 15 a 34 anos residentes em áreas urbanas do Brasil para anos 1986, 1996 e 2006 e, em seguida, modelos de regressão logística para 1996 e 2006. A análise descritiva revelou elevada e crescente proporção de co-residência entre jovens adultos e seus pais, sendo a maioria composta por jovens da raça/cor branca e do sexo masculino, que possuíam alto nível de escolaridade e que trabalhavam. Houve também um aumento na proporção de homens que não trabalhavam nem estudavam e viviam com os pais. Diferentemente dos homens, em 2006 havia mais mulheres ocupando a posição de responsáveis pelo domicílio e um crescente aumento na proporção de cônjuges que trabalhavam. Os resultados das regressões logísticas revelam que, em 1996 e controlando pelas demais co-variáveis, os pardos e pretos tinham menos chance de deixar o domicílio de origem se comparados com os brancos. Já em 2006, os negros tiveram chance maior de deixar o domicílio comparado aos brancos. Não ter mãe viva foi um importante fator para aumentar a chance de o jovem constituir um domicílio independente, uma vez que a mãe é a responsável por proporcionar a comodidade da “casa, comida e roupa lavada” aos filhos e, na sua ausência, a atratividade do ambiente familiar poderia ser reduzida.

---

**Palavras-chave:** jovens adultos; formação domiciliar; co-residência; Brasil.

## ABSTRACT

This master's thesis aims at verifying some factors associated with youth departure from the household of origin in Brazil, taking into consideration those between 15 and 34 years of age in the date of reference of the survey. Those who were heads of households or spouses of the heads were the ones who had left the parental household, whereas those who were the children of the head were considered as not having left the household of origin. Was used PNAD (National Household Sample Survey) data for urban Brazil in 1986, 1996 and 2006. Was did some descriptive analyses for the three years considered and used only 1996 and 2006 data for regression models. Descriptive analyses show that the proportion of youth living with parents is high and has increased over the period. Those who still live with their parents were mostly male, white, with high levels of education and in the labor force. The two decades under study witnessed an increase in the proportion of males who had not left the parental household and did not either work or study. Differently from men, there was an increase in the proportion of female heads and spouses participating in the labor market. Logistic regression results indicate that the significance of race/skin color of the individual has changed between 1996 and 2006. Compared to whites, blacks and browns were less likely to leave the parental household in 1996 but blacks and browns are more likely to do so in 2006. Those with deceased mothers were more likely to have departed from the household of origin, once the mother is responsible for "food, shelter, and clean clothes" and, in the absence of the mother, the household of origin may be less attractive.

---

**Keywords:** youth; household formation; leaving home; co-residence; Brazil.

# 1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades industrializadas e urbanizadas, o tamanho e a estrutura familiar foram modificados através do processo de Transição Demográfica. O declínio das taxas de fecundidade e mortalidade, decorrente de mudanças sociais, econômicas e culturais, fez com que famílias inicialmente extensas e jovens fossem dando lugar a famílias menores e mais envelhecidas.

Nas últimas décadas, novas mudanças têm tornado a família mais complexa, não apenas no que se refere à sua configuração, mas também no que diz respeito ao papel social que seus membros desempenham (Arriagada, 1997; Goldani, 2005). O adiamento da nupcialidade e da fecundidade, o aumento das uniões informais, separações e recasamentos fizeram com que as tradicionais famílias nucleares patriarcais fossem cedendo espaço a arranjos familiares diversificados como famílias monoparentais, “reconstituídas”<sup>1</sup> ou sem filhos.

Em princípio considerados incomuns e indesejados pela sociedade mais conservadora, esses novos arranjos, marcados por mudanças nas relações de gênero e geracionais, tornam-se cada dia mais frequentes e começam a ser reconhecidos e aceitos socialmente. Nos países desenvolvidos, o surgimento destes arranjos familiares é decorrente de alterações valorativas originadas com a Segunda Transição Demográfica (STD) (Van de Kaa, 1987). Nos países em desenvolvimento, algumas dessas mudanças também começam a ser observadas na formação de família, ainda que não com a mesma intensidade e as mesmas motivações que aquelas verificadas nos países desenvolvidos (Alves e Cavenaghi, 2008; Armas, 2008).

Nas décadas 1940 e 1950, o declínio na idade média na qual os jovens americanos deixavam o domicílio de origem estava associado ao declínio na

---

<sup>1</sup> Famílias “reconstituídas” (não intactas) são famílias formadas por casais, em união legal ou consensual, em que pelo menos um dos cônjuges possui filhos de uniões anteriores (Bilac, 2007).

idade ao casar (Rogers e Thornton, 1985). Atualmente, com a formação da união estável sendo postergada, é comum que ocorra o adiamento do momento em que o jovem deixa o domicílio de origem (geralmente, a casa de seus pais) para constituir seu próprio domicílio. Desse modo, os jovens acabam assumindo o papel de filho dentro do domicílio por um período superior ao que seria esperado e aceito há até poucas décadas.

Porém, o adiamento da saída de casa não pode ser explicado somente pela postergação do matrimônio. No Brasil, a despeito de indícios do aumento da idade ao sair de casa, a idade média à primeira união permaneceu constante para as mulheres, oscilando entre os 22 e 23 anos entre 1970 e 2000 (Costa, 2004). Ou seja, embora se casem mais tarde, os jovens frequentemente saem de casa para viver em uma união informal que antecede o casamento formal (civil e/ou religioso). Isso indica que, certamente, outros fatores estão associados ao adiamento da saída de casa e que o casamento formal, apesar de sua importância no processo de constituição de família e de domicílio, já não parece ser condição imprescindível ou suficiente para a saída do domicílio de origem. É possível que, na sociedade brasileira, o casamento formal esteja perdendo importância como a principal rota de saída de casa e também que casar-se não signifique, necessariamente, constituir um domicílio independente.

O fato é que, entre alternativas de coabitar com um companheiro, viver sozinho ou com grupo de não-parentes, parte dos jovens, sobretudo de países da Europa e América do Norte, tem optado pelo prolongamento da co-residência com os pais, adiando indefinidamente o momento da saída da casa de origem. Para os países em desenvolvimento, ainda existem poucos estudos específicos sobre a formação dos arranjos domiciliares dos jovens (DeVos, 1989; Johnson e DaVanzo, 1998, Camarano *et al.* 2006). No Brasil, estudos sobre arranjos domiciliares se concentraram, sobretudo, nos arranjos dos idosos (Yazaki, 1992; Saad, 1999; Camarano e Ghaouri, 2002; Paulo, 2007; Camargos, 2008); porém, a formação dos arranjos domiciliares dos jovens tem despertado crescente interesse, sendo analisada, frequentemente, como parte do processo de transição para a vida adulta (Mello, 2005; Nascimento, 2006; Camarano *et al.*, 2006).

Apesar do declínio da fecundidade resultar no decréscimo da população jovem, esta possui importância significativa em termos populacionais no Brasil. Em 2000, eram 47 milhões de jovens entre 15 a 29 anos, que correspondiam a aproximadamente 30% da população brasileira. Considerando os jovens adultos até 34 anos, estes eram cerca de 67 milhões, ou 43% da população do país (IBGE, 2007).

A família é a instância de mediação entre o indivíduo e a sociedade, funcionando como espaço privilegiado para a ação das políticas sociais e econômicas (Arriagada, 1997). Vários fenômenos demográficos individuais, como a nupcialidade, a fecundidade e a migração, são decididos no âmbito familiar; porém, a despeito de sua relevância para os estudos populacionais, a constituição de famílias e domicílios foi uma temática relegada ao segundo plano em comparação a outros temas como mortalidade, fecundidade e migração (Rios-Neto, 1988). Isso aconteceu, possivelmente, porque a saída da casa de origem, evento experimentado pela grande maioria dos indivíduos, ocorria, durante muito tempo, simultaneamente à formação de uniões, obedecendo a um mesmo padrão. A desvinculação entre constituição de domicílio e de família, como era comum no período pré-industrial (Hajnal, 1982), fez com que o interesse pela temática concernente aos arranjos domiciliares, não raro, tratada com maior ênfase pela demografia histórica (Smith 1981; Hajnal, 1982; Samara, 1983), fosse retomado recentemente.

Dentro dessa nova temática de estudos familiares, a transição para a vida adulta chama atenção, pois é um momento que envolve profundas transformações na identidade e nas relações de gênero tendo grande impacto sobre a vida futura dos jovens e de suas famílias. O adiamento da saída de casa, especialmente, é um tema importante devido ao potencial efeito desse adiamento sobre eventos demográficos como a nupcialidade e fecundidade (Carneiro *et al.*, 2001). A Itália, por exemplo, é um dos países em que os jovens saem de casa mais tarde e, não coincidentemente, cuja fecundidade encontra-se bem abaixo do nível de reposição. O adiamento da saída de casa, se acompanhado de um adiamento da fecundidade, acarretará necessariamente impactos sobre a estrutura etária e também sobre o tamanho da população.



A importância de estudos sobre arranjos domiciliares não se restringe à sua relação com as componentes da dinâmica demográfica, sendo fundamental também para a compreensão de temas relacionados às transferências intergeracionais, às oportunidades no mercado de trabalho e no mercado imobiliário, ao estado de bem-estar social, entre outros (Carneiro *et al.*, 2001). Esses estudos fornecem, ainda, subsídios para políticas que visem à melhoria dos padrões de moradia (Alves e Cavenaghi, 2005).

Assim, considerando as recentes mudanças na formação de família e de domicílio, o objetivo deste estudo é analisar os fatores associados à saída do domicílio de origem em 1986, 1996 e 2006. As análises foram feitas para jovens que residiam em áreas urbanas e que possuíam idade entre 15 e 34 anos, divididos por grupos etários quinquenais e por sexo. Optou-se por trabalhar apenas com os jovens de áreas urbanas, pois fatores influentes na formação de domicílio e família, como a inserção no mercado de trabalho e o nível desejado de escolaridade, são muito diversos no meio rural. Além disso, na base de dados utilizada só existe a informação para a área rural da região Norte a partir de 2004. O limite etário adotado, embora arbitrário, está em consonância com o seguido na literatura e também com a realidade brasileira. O estudo do comportamento do grupo etário 30 a 34 anos, que extrapola o limite frequentemente definido como jovem, também se justifica dada a discussão sobre um possível “prolongamento da juventude”.

Esta dissertação está organizada em oito capítulos. No capítulo dois, a seguir, definem-se os conceitos de família e arranjos domiciliares, juventude e transição para a vida adulta. O terceiro capítulo consiste em uma breve revisão teórica sobre os novos arranjos domiciliares, a partir da perspectiva da Segunda Transição Demográfica. Em seguida, são discutidos aspectos da formação dos arranjos domiciliares dos jovens no Brasil, como o adiamento da saída do domicílio de origem, que pode ou não ocorrer com formação de família, e a saída do domicílio de origem, inclusive para arranjos não-familiares.

No quarto capítulo, são apontados alguns fatores que a literatura considera que estejam associados à saída do jovem do domicílio de origem, entre eles, fatores sociais, familiares e individuais.

O quinto capítulo refere-se à parte metodológica. Os dados utilizados foram provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), dos anos 1986, 1996 e 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os métodos utilizados foram a análise descritiva e a regressão logística (*logit*).

Nos capítulos seis e sete são apresentados os resultados empíricos. Inicialmente, foi feita uma análise descritiva por grupos etários quinquenais e por sexo buscando verificar possíveis variações na proporção de jovens segundo a posição ocupada no domicílio (pessoa de referência, cônjuge ou filho)<sup>2</sup> e analisar comparativamente as características sociodemográficas e domiciliares desses jovens. Os resultados descritivos indicaram que os jovens, principalmente os homens brancos, estão vivendo mais tempo no domicílio dos pais, possuem escolaridade elevada e trabalham, porém é crescente a proporção dos que não estudam nem trabalham. Vivem em domicílios próprios e com baixa densidade de moradores por dormitório e cada vez menos em regiões metropolitanas.

Posteriormente, foram estimadas, para 1996 e 2006, as chances de um jovem sair do seu domicílio de origem, a partir de suas características individuais. Os resultados da análise logística, apresentados no sétimo capítulo, sugerem que os jovens pretos e pardos do sexo masculino, mais escolarizados, que vivem em áreas metropolitanas da região sudeste e nordeste e que têm mãe viva possuem uma chance menor de sair de casa.

No último capítulo, é apresentada a síntese dos principais resultados, as limitações do estudo e também sugestões para trabalhos futuros.

---

<sup>2</sup> Pessoa de referência – Pessoa responsável pela família ou que assim fosse considerada pelos demais membros; Cônjuge – Pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência do domicílio, existindo ou não o vínculo matrimonial; Filho – Pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência do domicílio ou de seu cônjuge (IBGE, 2006).

## **2 FAMÍLIA, JUVENTUDE E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA: DEFININDO ALGUNS CONCEITOS**

Este capítulo apresenta alguns conceitos importantes para este estudo. Primeiro é discutida a definição de família frequentemente utilizada pela demografia: família restrita ao grupo de pessoas que divide o mesmo domicílio. Em seguida, esta definição é refinada para assinalar as diferenças entre a conceituação de família utilizada pelo IBGE (família censitária) e a utilizada neste estudo. Como nem todas as pessoas que moram no mesmo domicílio são parentes, diferencia-se família e arranjo domiciliar. Na segunda seção, o conceito de juventude é apresentado como uma etapa de transição para a vida adulta, marcada por acontecimentos como a conclusão dos estudos, a entrada no mercado de trabalho e a formação de uma nova família e de um novo domicílio, que não ocorrem necessariamente nesta ordem e com um momento determinado. Embora a juventude tenha se tornado menos previsível e mais complexa, seguindo um modelo de trajetórias adiadas, não sincronizadas nem lineares, utiliza-se uma definição de jovem a partir de um limite etário.

### **2.1 Família e arranjos domiciliares**

Diversas são as conceituações de família, que variam conforme disciplinas e abordagens teóricas (Bruschini, 1989). Uma definição consolidada de família é um grupo de pessoas aparentadas, ligadas por genealogia, adoção ou casamento (Kuznets, 1978, Burch, 1979) e que experimenta ao longo do tempo significativo processo de formação, consolidação e contração (Kuijsten, 1986). A família pode ou não compartilhar o mesmo domicílio; porém, a definição de família coincidente com a unidade doméstica, recomendada pelas Nações Unidas (1980), é utilizada na demografia e sociologia devido às dificuldades empíricas para delimitar o grupo de pessoas que, de fato, compõem uma família. Assim, é possível explorar as formas de organização e vivência familiar através das pesquisas domiciliares que traçam retratos familiares generalizáveis. Nesses casos, a unidade de

enumeração é o domicílio e a família é entendida como a unidade de consumo, que compartilha despesas e bens duráveis.

A operacionalização do conceito de família como família residencial parte do pressuposto de um modelo que não corresponde exatamente à realidade, haja vista a diversidade de arranjos e relações que extrapolam a fronteira do domicílio (Bruschini, 1989). É comum que, ainda que não compartilhem o mesmo domicílio, os membros de um grupo familiar (ligados por parentesco) mantenham intensa convivência e distribuição mútua de trabalho e recursos. Entretanto, um ponto importante a favor da utilização do conceito de família restrito ao grupo domiciliar é que, na sociedade brasileira, a co-residência possui um importante papel na integração dos membros da família, sendo a distribuição de direitos e obrigações mais forte, em geral, entre os que vivem no mesmo domicílio. Além disso, no Brasil, o domicílio tem se mostrado o espaço de convivência de pessoas com alguma ligação de parentesco, com diminuição sucessiva de arranjos domiciliares com não-parentes (Medeiros e Osório, 2001). E a grande maioria dos domicílios é formada por uma só família, em 2000, 93,6% dos domicílios eram formados por família única (Saboia e Cobo, 2005).

Assim como nem todos os membros de uma família vivem, necessariamente, no mesmo domicílio, nem sempre todas as pessoas que moram no mesmo domicílio são parte de uma família. O termo “arranjo domiciliar” é então empregado na literatura para referir-se à organização de pessoas limitada ao espaço do domicílio particular. Os arranjos domiciliares dividem-se em *familiares* e *não-familiares*. Os arranjos familiares podem ser unifamiliares ou multifamiliares, de acordo com o número de famílias que residem no domicílio. Os arranjos unifamiliares são formados por uma família única e, eventualmente, por seus empregados, agregados ou pensionistas desde que estes não possuam parentes no mesmo domicílio. Os arranjos multifamiliares são aqueles em que há dois (ou mais) grupos familiares convivendo havendo relação de parentesco ou dependência doméstica dentro de cada grupo, mas *não entre os grupos*. Os arranjos não-familiares são denominados arranjos unipessoais, se constituído apenas por uma pessoa, e grupo de não-parentes se constituído por pessoas sem parentesco ligadas apenas por normas de convivência (Medeiros e Osório, 2001).

As famílias conviventes serão entendidas como um tipo de arranjo multifamiliar no qual pode haver relação de parentesco *entre os grupos*.

Neste estudo, o termo família será entendido como o grupo de pessoas residentes no domicílio ligado por laços diretos de parentesco através de consanguinidade, casamento ou adoção. A família será restrita apenas aos parentes que compartilham o mesmo domicílio, sendo que os não-parentes (empregados, agregados e pensionistas), mesmo fazendo parte da unidade doméstica, não serão considerados parte da família. Pessoas que moram sozinhas não serão consideradas uma família, e sim um arranjo domiciliar unipessoal, pois se entende que para haver família deve haver um relacionamento entre, pelo menos, duas pessoas. Essa definição não corresponde exatamente à definição de família censitária utilizada pelo IBGE, segundo a qual o termo “família”, além de referir-se ao conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, denomina também as unidades unipessoais ou grupo de pessoas sem parentesco ligadas por normas de convivência ou dependência doméstica que vive no mesmo domicílio (Saboia e Cobo, 2005).

No momento da entrevista, é identificada pelo respondente a pessoa de referência (ou chefe) do domicílio<sup>3</sup>, a partir dessa identificação, são definidas as posições ocupadas pelos demais membros moradores do domicílio: cônjuge, filho(a), outro parente (irmão, irmã, sogro(a), genro, nora, cunhado(a), tio(a), sobrinho(a), avó, avô etc.) ou não-parente (agregado, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico). Caso exista mais de uma família no domicílio também é identificada a pessoa responsável por cada família e a relação dos demais moradores com esta pessoa. A posição ocupada pelo indivíduo no domicílio é um importante indicador de seu status perante os demais membros e exerce influência sobre o risco de experimentar algum evento específico (Kuijsten, 1986). No caso dos jovens, sugere o estágio em que se encontram no processo de passagem à vida adulta.

---

<sup>3</sup> Chefe do domicílio e pessoa de referência do domicílio são os termos utilizados na PNAD para referir-se à pessoa responsável pelo domicílio.

Neste estudo, são analisados os arranjos domiciliares – familiares e não-familiares – dos jovens que residiam em domicílios particulares permanentes<sup>4</sup>, a fim de compreender a formação domiciliar do jovem através da saída ou não de seu domicílio de origem, o que repercute obviamente também sobre a sua formação familiar. Portanto, a questão norteadora deste estudo é a relação de parentesco estabelecida entre o jovem e o responsável pelo domicílio, ou seja, se o jovem é filho do responsável pelo domicílio, se é o próprio responsável ou se é cônjuge do responsável. No primeiro caso, significa que o jovem reside com pelo menos um dos pais, não tendo ainda constituído um domicílio próprio, o que não impede que esse jovem assuma outra posição dentro da família, havendo mais de uma família no domicílio. Quando o jovem é o responsável ou o cônjuge do responsável, entende-se que ele abandonou o domicílio de origem e constituiu um domicílio independente, ainda que seja possível, mas pouco frequente, que o jovem declare-se a pessoa responsável morando no mesmo domicílio que os pais. Jovens na condição de outro parente ou não-parente em relação ao responsável pelo domicílio não foram considerados nas análises, por se tratar de uma constituição domiciliar que não compete ao objetivo do presente estudo.

## **2.2 Juventudes e transição para a vida adulta**

A juventude refere-se ao período intermediário compreendido entre a infância e a vida adulta, porém seus contornos são incertos, sendo difícil determinar exatamente seu início e, principalmente, seu término. No início do século XX, a juventude nem sequer possuía uma existência social, pois os indivíduos passavam diretamente da condição de criança para a condição de adulto. Na segunda metade do século passado, a juventude já era entendida como um período de transição bem definido por uma série de eventos que conduziam à

---

<sup>4</sup> Domicílios particulares permanentes são moradias construídas para servir exclusivamente à habitação, constituídas por um ou mais cômodos que atendem aos critérios de separação e independência. Separação é atendida se o local de habitação é limitado por paredes, muros, cercas etc, coberto por um teto, permitindo que a pessoa ou grupo de pessoas que nele habita se isole das demais e arque com parte ou com todas as despesas de alimentação e/ou moradia. A independência fica caracterizada se o local de habitação tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar ou sair sem passar por locais de habitação de outras pessoas (IBGE, 2006)

vida adulta: finalização dos estudos, ingresso no mercado de trabalho, casamento e constituição de família em um domicílio independente. Esse era o modelo, embora não universal, predominante de transição, cumprido pela grande maioria dos jovens e com uma cronologia e ordem semelhantes, sugerindo uma padronização do curso de vida.

Recentemente, esse modelo linear tornou-se inapropriado para explicar a passagem para a vida adulta, pois a juventude é cada vez menos um período em que etapas socialmente pré-determinadas são cumpridas seguidamente até que se atinja uma fase “estável”. O que ocorre hoje é que as transições que antecedem a vida adulta – conclusão dos estudos, ingresso no mercado de trabalho, casamento e saída de casa – não seguem mais uma ordem linear, ou seja, houve uma desvinculação e uma dessincronização entre as etapas. Frequentemente, estas transições são adiadas ou nem sempre cumpridas, permitindo aos jovens que experimentem outras situações que não estavam inicialmente previstas no modelo tradicional. Em decorrência dessa maior experimentação, algumas das transições podem ser revertidas (Galland, 1997). Além disso, dadas as transformações no ciclo de vida, a idade adulta nem sempre representa um momento definitivo e estável (Mello e Camarano, 2006). Está havendo, portanto, uma despadronização do curso de vida, fazendo com que as trajetórias individuais sejam mais heterogêneas e que pessoas de diferentes grupos etários estejam expostas às mesmas experiências enquanto experiências distintas podem ser vivenciadas por pessoas do mesmo grupo etário (Vieira, 2008).

Apesar da tendência de diversificação e não-linearidade nos cursos de vida juvenis, acredita-se que eles “permanecem associados a um número finito de padrões, lógicas ou referenciais sociais, não correspondendo a meras escolhas pessoais ou derivas erráticas” (Guerreiro e Abrantes, 2005:167). Os autores identificam tipologias de transição para os jovens portugueses, derivadas de uma combinação da origem social, escolaridade, integração profissional, modo de residência e orientação valorativa do jovem. Mas, independente da trajetória de transição para a vida adulta percorrida pelo jovem, sem dúvida, ela influenciará todo o curso de vida, inclusive a formação dos arranjos domiciliares; pois

representa um momento crítico nas histórias individuais, possibilitando que se faça a conexão entre origens sociais e posteriores realizações.

A discussão do que é “jovem” é passível de um grande grau de arbitrariedade, sendo feita em função do tema e do contexto pesquisados (Nascimento, 2006). O critério etário nem sempre é o mais adequado, pois a idade é uma produção social que evolui no curso da história e que varia em função das situações sociais. Na literatura nacional sobre transição para a vida adulta os primeiros estudos adotavam o limite de 15 a 24 anos para definir os jovens, como preconizado pelas Nações Unidas, em 1985 (Camarano *et al.* 2003; Arruda, 2004; Mello, 2005; Vieira, 2006). Mas, em detrimento do limite superior de 24 anos, o limite de 29 anos já vem sendo utilizado em estudos sobre formação de domicílios independentes (De Vos, 1989; Camarano, 2006, Aassve *et al.*, 2006). Quando se trata especificamente da saída dos filhos da casa dos pais, há trabalhos que ampliam esse alcance para 30 anos ou mais (Aquilino, 1991; Whittington e Peters, 1996; Murphy e Wang, 1998; Aassve *et al.*, 2001; Nascimento, 2006), incluindo indivíduos mais velhos do que aqueles que seriam considerados “jovens” pelas definições convencionais.

Neste estudo, os jovens serão considerados os indivíduos entre 15 e 34 anos. Aqueles que têm entre 15 e 17 anos, embora não atingiram a maioridade legal, foram incluídos porque, se, por um lado, é pouco provável que eles saiam de casa para constituírem domicílios próprios; por outro, existe, principalmente no caso do Brasil, a possibilidade de constituírem família permanecendo no domicílio dos pais. Assim, esta seria uma forma de estudar também a relação entre fecundidade em idades jovens e formação de arranjos familiares.

Inicialmente, havia-se optado trabalhar com jovens até 29 anos, porém, após testes preliminares, verificou-se que entre os indivíduos de 30 a 34 anos houve um aumento significativo daqueles que se encontram na condição de filhos dentro do domicílio. Considerando que há poucos estudos sobre esse grupo específico, decidiu-se mantê-lo entre os demais grupos analisados; além disso, numa situação em que existe uma hipótese do “prolongamento da juventude”, interessa estudar o comportamento dos jovens mais velhos, principalmente daqueles acima dos 25 anos. É importante lembrar que, neste caso, muitos desses “jovens”



podem já ter saído de casa e inclusive constituído família e, por diversos motivos, como desemprego ou divórcio, terem retornado ao domicílio de origem.

Assim, o limite etário de 15 e 34 anos adotado, embora pareça bastante extenso, está em acordo com a literatura sobre formação de família e de domicílio e também com a nova configuração da realidade brasileira. Contudo, a extensão deste limite etário não pode ocultar a grande diversidade que existe entre os jovens, já que a década que separa um jovem de 15 anos de um jovem de 25 anos é marcada por grandes transformações; por isso, é fundamental que se diferencie os jovens em subgrupos etários quinquenais. As acentuadas diferenças entre homens e mulheres no que se refere à juventude e à constituição do domicílio justificam uma análise separada por sexo.

Deixar a casa dos pais pode ou não ocorrer em decorrência do cumprimento de outras transições, mas continua sendo um evento esperado em algum momento do processo de transição para a vida adulta, sendo frequentemente visto como a etapa final deste processo. É importante conhecer tendências e particularidades do processo de transição para a vida adulta e, especialmente, a formação de novos arranjos domiciliares pelos jovens, com ou sem a formação simultânea de uma nova família.

### **3 A FORMAÇÃO DE ARRANJOS DOMICILIARES**

Neste capítulo, é realizada uma breve revisão teórica das importantes mudanças que ocorreram nas últimas décadas e influenciaram o surgimento de novos arranjos domiciliares e familiares tendo como base a perspectiva da Segunda Transição Demográfica. Em seguida, são apresentadas algumas considerações sobre os arranjos domiciliares dos jovens brasileiros no que diz respeito ao adiamento da formação de um domicílio independente e a desvinculação entre formação de família e de domicílio.

#### **3.1 Novos arranjos domiciliares: Segunda Transição Demográfica**

A partir de finais de 1960, nos países do noroeste Europeu, drásticas mudanças nos padrões de formação de domicílio e reprodução foram sendo observadas e, posteriormente, foram identificadas como características da Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 1987). Entre estas mudanças, estão a diminuição do tamanho da unidade familiar, o adiamento do nascimento do primeiro filho, a diminuição e postergação do casamento, o aumento das uniões consensuais (coabitação) e dos divórcios, o aumento dos filhos fora do casamento, das famílias monoparentais, “reconstituídas”, e, mais recentemente, também famílias sem filhos, famílias homossexuais e casais que não vivem no mesmo domicílio.

Ao contrário do que se pensou inicialmente, as causas do adiamento da nupcialidade e da fecundidade não estavam ligadas apenas à recessão econômica da época, mas, principalmente, a uma mudança profunda de valores em direção ao individualismo e ao secularismo, que resultaram em uma “acentuação da autonomia individual nas esferas ética, moral e política e a concomitante rejeição de todas as formas de controle e autoridade institucional” (Surkyn e Lesthaeghe, 2004: 47). A utilização generalizada de métodos eficientes de contracepção, a elevação de níveis de escolaridade, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a menor desigualdade nas relações de gênero e o conseqüente empoderamento da mulher, causados por

esses novos valores, foram fundamentais para a redefinição do papel da família na sociedade.

As mudanças nos valores e paradigmas individuais e familiares foram se intensificando e se difundindo, com grandes variações, para outros países da Europa e do Ocidente (Van de Kaa, 1987). No Brasil e na América Latina, as famílias também vêm experimentando, desde há algumas décadas, um processo semelhante de reorganização e diversificação, adquirindo novas formas e tamanho e também novos significados para seus membros e para a sociedade (Goldani, 2005). Em decorrência de alterações nas normas familiares relativas à prática sexual e reprodutiva, os indivíduos sentem-se mais livres para buscarem novas formas de convívio além daquelas que estavam preestabelecidas socialmente. Assim, o modelo institucional de família preponderante até os anos 1970 – a saber, nuclear, composto por casal com vários filhos, no qual o homem/pai assume o papel de provedor e protetor e a mulher/mãe assume o papel de cuidadora e reprodutora – passou, pouco a pouco, a coexistir com uma variedade maior de arranjos familiares (McDonald, 2000; Goldani, 2005).

Antes mesmo destas mudanças que resultaram redefinição dos papéis familiares, mudanças na estrutura etária populacional já haviam afetado diretamente o tamanho e a composição dos arranjos domiciliares. No Brasil, o número de domicílios tem crescido acima do ritmo de crescimento da população, mas abaixo do crescimento do número de famílias, de forma que a densidade de pessoas por domicílio decresce, mas o número de famílias por domicílio aumenta (Alves e Cavenaghi, 2005).

A redução do número médio de membros no domicílio pode ser explicada pela diminuição da fecundidade e pelo aumento dos que moram sozinhos. Entre os idosos, o fato de morar só está associado ao aumento da esperança de vida, dos divórcios, das pessoas que nunca se casam e da viuvez feminina (Camargos, 2008). Entre os jovens, os domicílios unipessoais, embora correspondam a uma fração pequena, aumentaram cerca de 86% entre 1996 e 2006 (Alves, 2008). O que pode expressar a entrada dos mesmos no mercado de trabalho e/ou no estudo superior.

O aumento do arranjo denominado famílias conviventes pelo IBGE (Alves, 2005), ou família extensa<sup>5</sup> (Arriagada, 1997) está associado à maternidade precoce, aos filhos fora do casamento e às separações. As famílias conviventes são formadas, em parte, por mulheres jovens solteiras que, após o nascimento da criança, continuam convivendo no seu domicílio de origem (ou no domicílio de origem de seu companheiro) formando uma família nuclear secundária em relação ao núcleo familiar principal. A família convivente pode ser formada também após o fim de uma união, quando a mulher retorna à casa dos pais com seus filhos. Como pode ser percebido, em grande medida, a mulher torna-se a pessoa responsável pela família convivente. A co-residência de várias famílias é mais comum entre os estratos mais pobres, como uma estratégia para o enfrentamento das adversidades econômicas (Bilac, 2002).

O casamento formal, considerado uma etapa obrigatória inicial à vida em casal, tornou-se opcional e mais frágil. Opcional, pois homens e mulheres não enfrentam mais as mesmas necessidades econômicas e pressões sociais para casar-se e por isso o fazem cada vez mais tarde ou não o fazem, construindo outros tipos de vínculos conjugais; mais frágil, pois a ruptura do casamento passou a fazer parte das opções possíveis, relativizando o seu valor (Goldani, 2005). O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, garantindo sua independência econômica, reduziu os “ganhos” ou a “atratividade” de um casamento tradicional, fazendo com que mais mulheres prefiram permanecer solteiras ou aumentem suas exigências na relação em casal (Becker, 1981). Enquanto a busca por uma maior satisfação nas relações afetivo-sexuais ocasiona um aumento das taxas de separação e divórcio que, por sua vez, está relacionado a um aumento na frequência de famílias monoparentais, formadas pelo responsável, sobretudo mulher, e seus filhos (Bilac, 2007).

Embora o casamento entre cônjuges solteiros ainda seja preponderante em todo país, é crescente a proporção de casamentos entre indivíduos divorciados e

---

<sup>5</sup> De acordo com a definição de Arriagada (1997), família extensa é aquela em que, além do núcleo familiar, há também presença de parentes. Nem toda família convivente é extensa, pois pode não haver relação de parentesco entre os grupos. Da mesma forma, nem toda família extensa é convivente, pois pode haver apenas um único parente além do núcleo familiar, o que não constitui outra família.

solteiros e também do casamento entre cônjuges divorciados (IBGE, 2007). Esses recasamentos são responsáveis pelo crescimento do número de famílias “reconstituídas”, ou seja, aquelas originadas após o fim de uma união na qual pelo menos um dos cônjuges teve filhos (Bilac, 2007).

Segundo estatísticas do registro civil de 2007, a idade média dos homens e das mulheres à época do casamento formal era de 29 anos e 26 anos, respectivamente, cerca de três anos a mais que em 1991 (IBGE, 2008). Entretanto, de acordo com o censo demográfico, a idade à primeira união parece não ter sido muito afetada nas últimas décadas (IBGE, 2003), indicando que possivelmente os jovens já coabitaram em algum momento anterior à oficialização da união.

As uniões consensuais, ou seja, relações informais estáveis e não legitimadas juridicamente, embora existam no Brasil há séculos, tiveram aumento expressivo entre 1970 e 2000, sendo mais prevalentes, historicamente, entre indivíduos mais jovens e menos escolarizados das camadas mais empobrecidas da população (Mello, 2005; Costa, 2005). A princípio, a união consensual surgiu como uma alternativa ao casamento formal; porém, atualmente, passou a ser vista pelos jovens como uma forma de teste para o casamento civil e/ou religioso, já que muitos casais, após um período coabitando, casam-se nos moldes tradicionais. Assim, hoje a coabitação é percebida pelos jovens como uma preparação e não um substituto para o casamento formal (Mello, 2005; Mynarska e Bernardi, 2007). Ao contrário das antigas uniões consensuais, a coabitação, por seu caráter experimental, geralmente não é uma relação estável, pois são rapidamente desfeitas caso não resultem em casamento (Lillard *et al.*, 1995).

Mesmo na Itália, um país católico, as coabitações estão ganhando importância de uma coorte para outra (Schröder, 2006; Di Giulio e Rosina, 2007). Schröder (2006) sugere que mães mais escolarizadas possuem mais autonomia para tomar decisões e também mais poder para auxiliar suas filhas caso optem pela união informal e que nessas famílias, as filhas crescem em um contexto mais emancipado e liberal e, por isso, decidem mais pela coabitação e menos pelo casamento direto. Assim, com o aumento da escolaridade das mulheres, a importância da coabitação tende a ser ainda maior nas próximas gerações.

Atualmente, pouca diferença parece existir de fato na vida dos casais que optam pelo casamento ou pela união consensual, pois a ausência de uma cerimônia religiosa ou de um contrato legal não impede o reconhecimento social dessas uniões. Assim, um novo tipo de família começa a ser percebido: pessoas que se relacionam como casal, porém sem compartilharem o mesmo domicílio. Esse tipo de relacionamento, denominado *living apart together* (LAT), não é inteiramente novo, mas recentemente ganhou maior visibilidade e maior frequência, tornando-se uma nova forma de família nas sociedades ocidentais (Levin, 2005). Pode ocorrer tanto entre pessoas solteiras quanto entre pessoas que já foram casadas e, eventualmente, tiveram filhos. Em geral, ainda há poucas pesquisas sobre esse fenômeno e, devido à dificuldade de identificar esse tipo de relacionamento através das pesquisas quantitativas atuais, a participação desse arranjo na sociedade brasileira ainda não é amplamente conhecida, embora venha ganhando visibilidade.

Outro tipo de arranjo familiar que tem se tornado mais comum é o formado por casal em que ambos os cônjuges trabalham e optam por não ter filhos. Os casais DINK (Double Income, No Kids)<sup>6</sup> são mais um reflexo das mudanças econômicas e sociais ocorridas na sociedade moderna. Geralmente, são formados por jovens urbanos, mais escolarizados e com poder de compra maior do que a média. A opção por não ter filhos estaria ligada a uma orientação valorativa dirigida mais à auto-satisfação e realização de desejos presentes de consumo e lazer do que à satisfação futura de novas gerações (Alves e Cavenaghi, 2008; Barros *et al.*, 2008). É importante lembrar que, devido ao fato de se tratar, em sua maioria, de jovens, parte desses casais DINK pode ser composta por casais que estão apenas postergando a fecundidade e que não irão envelhecer sem experimentar a paternidade/maternidade. Além disso, devido aos recasamentos, um dos cônjuges do casal DINK pode ter filhos provenientes de uniões anteriores – não mensurados através das pesquisas domiciliares – o que sugere que não estaria havendo total “retirada da procriação” nesse caso (Alves e Cavenaghi, 2008).

---

<sup>6</sup> Ou DINC, em inglês, Double Income, No Children, em português, Duplo Ingresso, Nenhuma Criança.

Dentro desses novos arranjos emerge, no final do século XX, a família homoparental, um modelo alternativo no qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo. Contra as tradicionais noções patriarcais e de relação de gênero, os homossexuais reivindicam, além de direitos individuais, o direito à constituição de grupos familiares. As uniões homossexuais, embora ainda não sejam aceitas juridicamente no Brasil, tornam-se mais aceitas socialmente e os casais homossexuais começam a expressar mais intensamente o desejo de ter e assumir seus filhos, que podem ser frutos de relacionamentos heterossexuais anteriores, adotivos ou concebidos através da reprodução assistida (Mello, 2005; Zambrano, 2006). Por não serem ainda mensuradas através das pesquisas domiciliares a conjugalidade e a parentalidade homossexuais são deixadas à parte nos estudos sobre família.

Diante desta grande diversidade de arranjos domiciliares chama a atenção que grande parte dos jovens tem preferido permanecer por mais tempo na casa dos pais. O próximo item trata da configuração dos arranjos domiciliares dos jovens alterada não apenas pelo adiamento do momento de sair de casa, mas também devido ao destino adotado por aqueles que saíram.

### **3.2 Os arranjos domiciliares de jovens no Brasil**

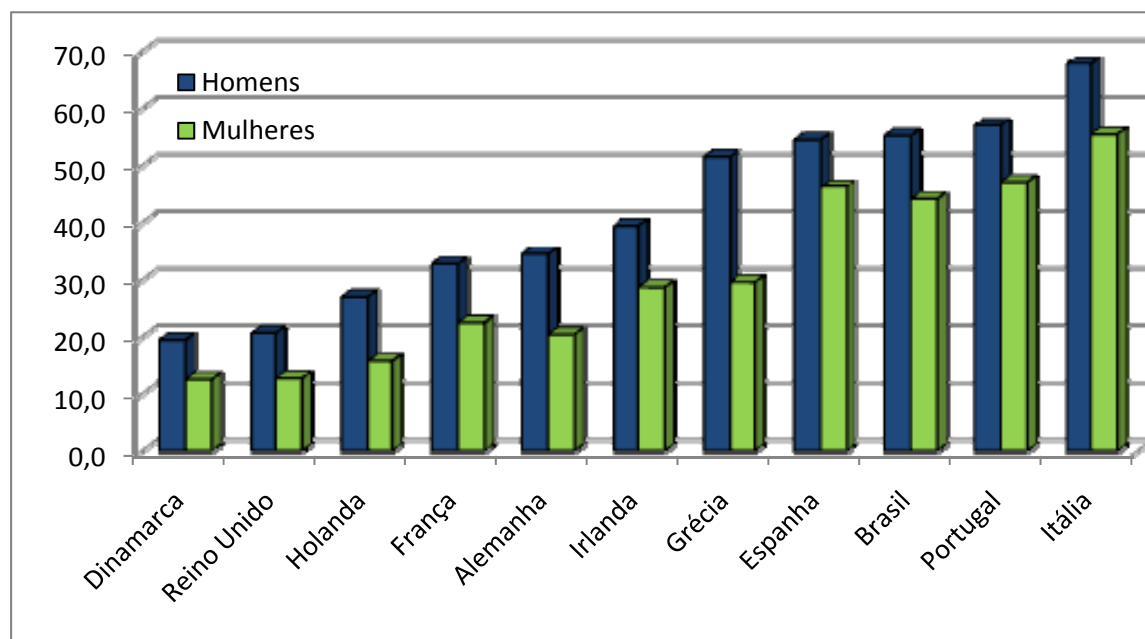
No Brasil, o adiamento da saída de casa, com ou sem a constituição de uma nova família, e a formação de um novo domicílio, não necessariamente seguida pela formação de família, são dois pontos relevantes para o estudo dos arranjos domiciliares dos jovens.

#### **3.2.1 Adiamento da saída de casa: jovens que não saíram**

O adiamento da saída de casa é uma das expressões do “prolongamento da juventude”, período em que o jovem, a despeito de possuir certas autonomias, ainda mantém alguma dependência em relação aos pais. Como mostra o GRAF. 1, a proporção de jovens nesta situação de co-residência com os pais no Brasil é alta, comparada a de outros países europeus, sendo bastante próxima a dos

países ibéricos que possuem uma das maiores taxas de co-residência entre pais e filhos da Europa e nos quais a família desempenha um papel mais relevante para o bem-estar dos filhos que o Estado.

**GRÁFICO 1 – Proporção de jovens, entre 18 e 34 anos vivendo com os pais, por sexo, vários países, 1996.**



Fonte: ECHPS, 1996. Brasil: microdados PNAD 1996.

Entre 1980 e 2000, de 31,3% para 23,9% na proporção de domicílios nos quais o jovem entre 15 e 29 anos ocupava a posição de responsável ou cônjuge. No Brasil, o aumento de arranjos domiciliares em que os jovens estão na condição de filho ocorre, principalmente, com os jovens adultos de 25 a 29 anos (Camarano *et al.*, 2006). Neste período a idade média ao sair da casa dos pais aumentou um ano para as mulheres e 0,5 ano para os homens (Camarano *et al.*, 2006b).

Entre 1980 e 2000, o arranjo mais comum entre os jovens que adiam a saída de casa era casal com filhos; entretanto, a proporção desse tipo de arranjo nuclear diminuiu e a proporção de outros tipos aumentou, inclusive o arranjo de mãe com filhos (Camarano *et al.*, 2006). Observa-se também uma redução na proporção dos que trabalham e um aumento na proporção dos que conciliam estudo e trabalho, sendo que aqueles que trabalhavam, independente de frequentarem ou não escola, contribuíam de alguma forma para o orçamento domiciliar (Camarano *et al.*, 2006). Além de um contexto geral, é necessário que estudos sobre



formação de família e domicílio, considerem também as particularidades dos diferentes contextos sociais, econômicos e culturais em que ocorrem os processos de transição para a vida adulta, analisando também as diferenças de gênero.

O adiamento da saída de casa é uma experiência característica de jovens de classes médias. Em três capitais brasileiras – Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador – a maioria dos jovens de classe média, que não havia tido filho, permanecia na casa dos pais, ainda que recebessem algum tipo de renda própria (Heilborn et al. 2002). O ingresso desses jovens no mercado de trabalho, várias vezes conciliado com os estudos, não é suficiente para que eles se tornem economicamente independentes; ao contrário, muitos continuam sendo sustentados pelos pais. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a permanência prolongada na casa dos pais também é mais comum entre os jovens de camadas médias da população, principalmente mulheres (Mello, 2005; Mello e Camarano, 2006).

Nas famílias de classe média, a dependência material dos filhos em relação aos pais coexiste com certa autonomia e liberdade, facilitando a permanência do jovem e não criando estímulos para que o mesmo deixe a casa dos pais. A convivência prolongada entre pais e filhos é benéfica para ambos. Para os filhos significa que podem dedicar-se mais aos estudos e, ao mesmo tempo, desfrutar do conforto da casa de origem e dos cuidados proporcionados com as roupas e alimentação, além da possibilidade de fazer uma poupança, já que parte desses jovens trabalha e não ajuda, ou ajuda pouco, nas despesas da casa. Para os pais, a convivência, marcada pelo diálogo e amizade, significa o adiamento do momento em que ficarão sós com a partida da geração mais jovem (Heilborn et al., 2002; Mello, 2005). Ainda que alguns jovens, por vontade própria ou pressionados pelos pais, aspirem à independência financeira e residencial, o padrão de vida e o nível de conforto que usufruem na casa dos pais são essenciais para a decisão de permanecerem no domicílio de origem (Heilborn et al. 2002).

Entre os jovens de classe populares que não tiveram filhos nas três capitais mencionadas, a maioria também continuava a viver no domicílio de origem. Mas,

ao contrário dos jovens das classes médias e altas, para os jovens mais pobres a co-residência seria mais uma necessidade que uma opção. Nesse caso, a co-residência não estaria associada à dependência dos filhos em relação aos pais, pois, mesmo morando com os pais, os jovens homens das classes populares sentem-se na “obrigação moral” de contribuir com as despesas do domicílio; ainda que para isso tenham que abandonar definitivamente os estudos. Geralmente, assumem papéis de adultos responsáveis por garantir o bem-estar da família e, quando desempregados, a dependência é vista mais como conjuntural que estrutural. Às jovens mulheres cabe a tarefa de cuidar da casa e dos irmãos menores, o que as obriga a frequentes interrupções e voltas ao universo escolar (Heilborn *et al.*, 2002).

O baixo controle familiar sobre a vida afetiva e sexual dos jovens do sexo masculino não ocorre com as jovens mulheres que, ao contrário, sofrem vigilância constante de pais e irmãos. Por isso, as jovens das classes populares teriam mais estímulos para querer deixar a casa paterna e assumir plenamente o status de adultas (Heilborn *et al.*, 2002). De fato, as jovens dos estratos inferiores de renda antecipam o momento de saída de casa e nascimento do primeiro filho, sugerindo uma precocidade na formação de família e domicílio para esse grupo comparado ao grupo da classe média (Mello, 2005; Mello e Camarano, 2006, Vieira, 2008).

Os jovens em melhores condições econômicas ficam mais tempo na escola, entram mais tarde no mercado de trabalho e permanecem mais tempo na condição de filhos na casa dos pais. Já entre os jovens de situação econômica menos favorável, a necessidade de trabalhar impulsiona o abandono da escola e a formação de vínculos conjugais, com ou sem filhos, mais cedo (Heilborn *et al.*, 2002; Mello e Camarano, 2006). O “prolongamento da juventude” das classes médias e a precocidade da vida adulta das classes de menor renda são prova de que os jovens não podem ser tratados como um grupo homogêneo.

Uma consequência esperada do adiamento da saída de casa é que o *tempo* e o *quantum* da fecundidade sejam afetados, pois se supõe que a maternidade/paternidade seja buscada após se alcançar a independência financeira e residencial. Assim, quanto mais tarde ocorresse a saída de casa, mais tarde tenderia a ser o nascimento do primeiro filho e menor tenderia a ser o

número de filhos tidos, alterando a estrutura e o nível da fecundidade. Entretanto, no Brasil, a proporção de jovens que formavam família, pelo casamento ou parentalidade, e que não eram responsáveis ou cônjuges do responsável pelo domicílio aumentou nas últimas décadas, indicando que a transição no âmbito familiar, passando da condição de filho para a condição de responsável ou cônjuge, não ocorre simultaneamente à transição para um novo domicílio. Em 2000, pelo menos 5% das mulheres com até 25 anos que tiveram filhos moravam com seus pais (Camarano et al. 2006b).

Entre os jovens que não constituíram seu próprio domicílio, incluindo aqueles que ocupavam a posição de filhos do responsável pelo domicílio, 7,1% eram casados, 10,9% já tinham tido filhos e 5,7% eram separados (Camarano *et al.*, 2006). O jovem, ao mesmo tempo em que continua na condição de filho do responsável pelo domicílio, torna-se o responsável por uma nova família – seja só com o cônjuge, ou só com o filho ou com ambos – que vem se juntar à família principal do domicílio. A presença de filhos separados no domicílio indica a possibilidade de retorno à casa dos pais após o fim de uma união que também pode vir acompanhada por filhos (netos).

A permanência na casa dos pais coexistindo com a parentalidade, indica que embora o jovem permaneça, em certo grau, dependente dos pais, já adquiriu papel e responsabilidade de adulto. Essa é uma das possíveis causas do aumento do número de famílias conviventes ocorrido nas últimas décadas que são, em grande medida, constituídas por filhos jovens que se casam e/ou têm filhos, mas que continuam, pelo menos por um tempo, no mesmo domicílio que seus pais. Um dado que reforça essa observação é que, em 2000, para as mulheres da região metropolitana do Rio de Janeiro exceto as do quarto quartil de renda domiciliar per capita, a idade mediana ao ter o primeiro filho (20,8 anos) era menor que a idade ao sair de casa (21,7 anos), ao contrário do que ocorria na década de 1970, quando as mulheres saíam de casa e só depois tinham o primeiro filho (Mello e Camarano, 2006).

A formação dos arranjos domiciliares dos jovens que saíram de casa é o tema que será tratado a seguir.

### 3.2.2 Formando arranjos domiciliares: jovens que saíram

O fim da co-residência com os pais e o estabelecimento de um novo arranjo domiciliar é um acontecimento fundamental no curso de vida dos indivíduos, pois representa a independência residencial e financeira dos filhos em relação aos seus genitores. Mais que uma mudança em direção à independência econômica, a saída da casa dos pais representa também uma mudança nas relações sociais. É durante essa transição que o jovem deixa a posição de filho, subordinado aos pais, para assumir a posição de responsável ou cônjuge, na qual adquire autonomia tornando-se responsável pelo seu próprio bem-estar, que passa a ser função de sua participação na força de trabalho e de seus próprios recursos (Mulder *et al*, 2002). Em média, os jovens esperam que, ao saírem de casa, aumentem seu nível de independência dos pais e seu nível de responsabilidade, mas, ao mesmo tempo, também esperam uma nítida redução em sua situação financeira (Billari e Liefbroer, 2007).

Ao saírem de casa, os jovens podem optar por um arranjo familiar, casando-se ou coabitando, ou por um arranjo não-familiar, morando sozinho e experimentando a independência residencial pré-marital, ou ainda vivendo em arranjos institucionais, como quartéis ou moradias estudantis. Este último caso, em que o jovem sai do controle e supervisão dos pais, mas vive sob a autoridade a supervisão de outra agência, caracteriza uma situação de semi-autonomia residencial (Goldscheider e DaVanzo, 1989).

Alguns autores acreditam que sair de casa sem o propósito explícito de estabelecer uma residência independente, como é o caso da semi-autonomia, implica uma ruptura, mas, ao mesmo tempo, estes jovens não deixaram a casa dos pais de fato, apenas vivem longe por um período (Buck e Scott, 1993). O *Current Population Survey* dos Estados Unidos, por exemplo, considera os *college students* (estudantes universitários) como membros do domicílio dos pais. Neste caso, muitos desses jovens continuam a depender economicamente dos pais e retornam a casa após a conclusão das obrigações militares ou escolares, fazendo com que “viver fora de casa” (*living away from home*) não seja exatamente “sair de casa” (*leaving home*) (Barker, 1972). Muitos daqueles que

saem por razões de estudo retornam posteriormente, o que é menos provável ocorrer entre os que saem com a finalidade de casar. Porém, se o foco do estudo é a co-residência, os jovens que vivem em semi-autonomia deveriam ser tratados como jovens que saíram de casa (White, 1994), o que não evita que haja uma grande divergência entre a primeira saída de casa e a saída definitiva da casa dos pais (Murphy e Wang, 1998).

A não co-residência diminui o controle parental sobre as atividades do filho e a ligação entre os valores, atitudes e comportamento dos pais e filhos pode ser enfraquecida. Além disso, os jovens que não vivem com os pais estão expostos a uma ampla variedade de experiências e influências que tendem a torná-los menos tradicionais em relação aos papéis de gênero na família que aqueles que vivem com seus pais (Waite *et al.*, 1986).

A fim da co-residência afeta a demanda por moradia, a mobilidade da força de trabalho, a demanda por novos serviços, tanto para os novos arranjos dos filhos quanto para os arranjos dos pais e também as transferências intergeracionais, econômicas e de cuidados. Para os pais, a saída dos filhos pode reduzir tanto as obrigações financeiras como também as contribuições recebidas dos filhos (Johnson e DaVanzo, 1998). Porém, não esgota as transferências entre as gerações, já que podem ocorrer transferências econômicas interdomiciliares (Saad, 1999).

A constituição de um domicílio após a saída do jovem da casa de origem pode ou não ser seguida pela constituição de uma família, já que a formação de um novo domicílio pode derivar tanto da efetivação de uma união, seja ela formal ou informal, quanto também do desejo, ou necessidade, de viver sozinho ou em grupo de não-parentes (Goldscheider e DaVanzo, 1989).

Em 2000, a formação domiciliar predominante (68,1%) entre os jovens brasileiros que não moravam com os pais era de casal com filhos (Camarano *et al.*, 2006). Porém, como não há informação retrospectiva nas pesquisas domiciliares brasileiras, não é possível saber se a passagem de uma família para outra ocorreu sem qualquer arranjo intermediário, pois as informações referem-se apenas ao momento da pesquisa e não ao momento em que ocorreu a saída.

Alguns estudos apontam que, no Brasil, cresce a preferência por arranjos não-familiares e pela coabitação (Costa, 2005; Nascimento, 2006), sugerindo que a saída de casa pode ou não ocorrer com a finalidade imediata de formar família e que a união conjugal seria posterior à experimentação de outros tipos de arranjos.

A saída do domicílio de origem, geralmente, ocorre mais cedo para as mulheres que para os homens, porém essa tendência foi menos acentuada em 2000 que em 1970 (Mello e Camarano, 2006). Provavelmente, porque a saída das mulheres de casa não é mais motivada exclusivamente pelo casamento, como ocorria anteriormente. Há pouca diferença nos arranjos de homens e mulheres que permanecem em casa, porém uma grande diferença nos arranjos daqueles que saem de casa. Para as mulheres, constituição de um domicílio ainda está ligada mais diretamente ao casamento e à maternidade que ao ingresso no mercado de trabalho, o que explica porque elas são mais prováveis de viverem em arranjos familiares como esposas, enquanto a saída dos homens, motivada mais pela participação no mercado de trabalho, explicaria porque eles são mais prováveis de viver em arranjos não-familiares – sozinhos ou em grupos (Goldscheider e DaVanzo, 1985, Camarano et al. 2006).

## 4 FATORES ASSOCIADOS À SAÍDA DA CASA DE ORIGEM

A decisão de constituir ou não um novo domicílio é influenciada por fatores sociais, econômicos, demográficos e culturais atuantes no Estado, na sociedade e na família. O estudo dos determinantes que influenciam a saída da casa de origem é importante para compreender mudanças na formação de uniões, nas relações intergeracionais, nos padrões de fecundidade, na estrutura familiar e na participação no mercado de trabalho.

### 4.1 Fatores institucionais e econômicos

O papel desempenhado pelo Estado é fundamental sobre a decisão dos jovens deixarem a casa dos pais (Aassve et al., 2001). Quanto maior a facilidade de acesso às oportunidades de educação e emprego ofertadas pelo Estado, menor a importância do *background* familiar sobre a decisão do jovem sair ou não da casa dos pais (Goldscheider, 2000; Du Bois-Reymond e López Blasco, 2004). Esse é o caso dos países nórdicos e também da Holanda, onde, a partir de 1960, o estado de bem-estar social provia um nível de suporte relativamente alto aos jovens adultos, com sistema de empréstimo aos estudantes, benefícios de desemprego e subsídio para aluguel, que os possibilitavam morar sozinhos com pouco ou nenhum suporte financeiro familiar. A partir de 1980, a redução de benefícios sociais tornou mais difícil a saída de casa e o estabelecimento de domicílios independentes. Porém, ainda assim, a maioria dos jovens que saem de casa nestes países vai viver sozinha e não com um parceiro (Billari e Liebroer, 2007).

Além de subsídios diretos que favorecem a saída de casa, o Estado também pode fazer com que os jovens permaneçam mais tempo na casa dos pais através, por exemplo, de políticas que aumentem a renda familiar. Manacorda e Moretti (2005) verificaram que, na Itália, uma reforma na previdência adiou o momento da aposentadoria, e com isso gerou um incremento na renda dos pais, aumentando a

probabilidade dos filhos permanecerem na casa paterna e usufruírem deste aumento de renda familiar.

Fatores macroeconômicos, como a taxa de desemprego e o crescimento econômico, também são importantes para a permanência ou saída dos jovens da casa dos pais. O prolongamento da residência de jovens com seus pais é uma estratégia seguida pelos jovens dos quartis mais baixos de renda, em resposta às condições adversas no mercado de trabalho e ao alto custo de manutenção do domicílio, que dificultariam o estabelecimento de domicílios separados pelos jovens (Card e Lemieux, 1997; Manacorda e Moretti, 2005). O declínio nos rendimentos contribuiria para um aumento na proporção de jovens que permanecem solteiros e vivendo com os pais ao mesmo tempo em que oportunidades de independência econômica encorajam os jovens a saírem da casa dos pais (White, 1994). Se há um forte crescimento econômico (acima de 5% no PIB per capita), a probabilidade de que os filhos saiam de casa aumenta, mas não afeta tanto a saída de casa das filhas (Johnson e DaVanzo, 1998). Ao contrário do esperado, as mudanças na taxa de desemprego local e nacional não tiveram efeito significativo sobre o tempo ao sair de casa nos Estados Unidos (Buck e Scott, 1993).

Embora as precárias perspectivas econômicas possam inibir a saída de casa, o custo emocional para o jovem de permanecer desempregado pode forçar que esses saiam de casa mais cedo do que os jovens que já estão empregados (Murphy e Sullivan, 1986). Condições macroeconômicas ruins também poderiam servir como um incentivo para a saída dos filhos da casa de origem através da migração para locais com melhores expectativas econômicas.

Esses estudos sugerem que o aumento da co-residência estaria ligado às altas taxas de desemprego dos jovens e aos custos de manter um domicílio como forma de evitar um declínio ainda maior no status econômico do jovem, apesar de que a migração e a conseqüente saída do domicílio de origem podem ser alternativas à situação econômica desfavorável. Entretanto, a questão econômica não parece ser a única ou a mais importante na determinação dos arranjos domiciliares dos jovens.



Há ainda, os fatores microeconômicos que podem influenciar a decisão de sair de casa a partir das relações que ocorrem dentro do domicílio. Segundo a teoria econômica da troca, pais e filhos possuem interesses conflitantes e avaliam os custos e benefícios de viver juntos comparado a viver em arranjos alternativos. A preferência por um ou outro arranjo dependerá dos custos e benefícios que essa decisão trará para ambas as partes, e escolhem os arranjos que oferecem mais benefícios (Hill e Hill, 1974).

Uma das limitações da teoria da troca é o extremo individualismo implícito nessa teoria. Embora sair ou permanecer na casa dos pais seja um aspecto da relação intergeracional que envolve interesses tanto dos pais quanto dos filhos, poucos autores focam na negociação da co-residência, enfatizando apenas a preferência de um dos lados. O modelo de barganha considera que a opção pela co-residência inclui a interação entre as funções de utilidade de pais e filhos e os constrangimentos orçamentários o que implica que as decisões sobre os arranjos domiciliares são feitas juntamente pelas duas gerações (McElroy, 1985). Segundo este modelo, as concessões que os filhos estão dispostos a fazer para permanecerem na casa de seus pais dependem da utilidade que ele poderia receber em um arranjo alternativo, como viver sozinho ou se casando. Pode-se dizer que a disponibilidade de permanecer na casa dos pais varia negativamente com a renda potencial do filho e positivamente com os custos de viver sozinho.

Da mesma forma, os pais também têm um preço que eles estão dispostos a ofertar para que os filhos continuem em casa, uma vez que, pelo lado dos pais, os determinantes para que os filhos permaneçam em casa também são complexos. Se os pais são altruístas e prezam o bem-estar dos filhos, eles farão transferências positivas para os mesmos. A transferência de recursos deve aumentar com a renda dos pais se o bem-estar dos filhos é um bem normal; nesse caso, pode-se esperar uma associação negativa entre renda dos pais e a probabilidade do filho tornar-se independente. Por outro lado, se a demanda dos pais por privacidade é um bem normal, como é frequentemente assumido, a renda desses será positivamente correlacionada com a probabilidade de o filho sair de casa (Whittington e Peters, 1996).

## 4.2 Fatores sociodemográficos

Entre os fatores que afetam a decisão de quando deixar o domicílio dos pais estão características sociodemográficas tanto do próprio jovem como de sua família de origem. Entre estes fatores estão: idade, sexo, raça/cor, estado civil, escolaridade, ocupação, renda, tamanho e composição da família, ordem de nascimento, local de residência, entre outras.

A literatura sobre a passagem para a vida adulta enfatiza que sair de casa, enquanto transição natural do ciclo de vida, está fortemente relacionado com a idade. Assim, a co-residência de pais e filhos declina acentuadamente com a idade. Em seis países latino-americanos (Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, México, Panamá e Peru), metade dos jovens que não viviam com os pais saíram de casa antes dos 20 anos (De Vos, 1989). Nos Estados Unidos, idade média ao sair de casa próxima aos 21 anos (Buck e Scott, 1993). Já no Brasil, em 2000, a idade mediana ao sair de casa era de, aproximadamente, 21 anos para as mulheres e 23 anos para os homens (Camarano et al. 2006b).

Em relação ao sexo do jovem, as mulheres saem da casa paterna mais cedo que os homens (De Vos, 1989; Aquilino, 1991; Whittington e Peters, 1996; Murphy e Wang, 1998) não só porque se casam mais cedo, mas também para viver em arranjos sem a presença de um parceiro (Goldscheider e DaVanzo, 1989). Uma explicação econômica para a saída das mulheres mais cedo seria a de que elas contribuem economicamente menos para o domicílio, o que não motivaria os pais a fazerem transferências para que elas permanecessem em casa (Aquilino, 1991). Goldscheider e Waite (1986) sugerem que a saída das filhas é antecipada, justamente porque, embora suas contribuições sejam maiores que a dos filhos, são os filhos homens que são subsidiados pelos pais, fazendo com que os benefícios de permanecer na casa sejam bem menores para elas.

Como a variável raça/cor está muito associada a fatores socioeconômicos, seria esperado que indivíduos brancos saíssem de casa mais tarde que indivíduos negros. Entre os norte-americanos foi observado o contrário, os brancos tornam-se independentes em idades mais jovens do que seus pares negros e possuíam renda maior (Aquilino, 1991; Buck e Scott, 1993). Porém, controlando pela renda,

a raça/cor torna-se insignificante. Como brancos recebem salários maiores que não-brancos e a renda individual está associada com o estabelecimento da independência mais cedo, ao excluir a variável renda do modelo, a variável raça/cor captura o efeito da renda (salário) (Whittington e Peters, 1996).

O estado civil é um importante fator da co-residência do jovem adulto com seus pais. Filhos não casados têm probabilidade maior de residir com os pais que filhos casados. Em países latino-americanos, enquanto mais de 80% dos jovens adultos de 15 a 29 anos nunca unidos eram filhos do responsável pelo domicílio, entre os jovens casados, menos de 26% ainda vivia no domicílio dos pais (De Vos, 1989). Os filhos casados têm menor probabilidade de retornarem a casa de origem, porém esta probabilidade aumenta no caso de separação.

Embora o fato de ser casado seja uma das principais razões para não viver na casa dos pais, indicando que o casamento está associado com a aquisição de novas responsabilidades e independência, é importante lembrar a perda da importância do casamento como rota de saída da casa dos pais. Nos Estados Unidos, os jovens adultos têm cada vez menos probabilidade de sair de casa para casar e mais probabilidade de viver em arranjos independentes (não-familiares) (Buck e Scott, 1993). Para uma fração de jovens, a saída do domicílio de origem precede o casamento (Hajnal, 1982; Goldscheider e DaVanzo, 1985; Goldscheider e Goldscheider, 1987) sugerindo que o momento de sair de casa e de casar nem sempre coincidem. O contrário também pode ocorrer, como mostram estudos para a Malásia, onde a maioria das mulheres casadas vivia com os pais ou com os sogros por, pelo menos, algum período depois do casamento (Hajnal, 1982; Tan e Jones, 1990). Portanto, o estudo da saída de casa não é necessariamente o estudo do primeiro casamento.

A escolaridade da mãe e a ocupação do pai estão positivamente associadas com a saída de casa dos filhos nos Estados Unidos (Aquilino, 1991). Como a educação de pais e filhos está relacionada, o efeito positivo da escolaridade dos pais sobre a saída de casa de filhos e filhas, na Malásia, seria explicado porque esses filhos saem de casa cedo para continuarem os estudos ou porque a educação substituiria a crença tradicional da supremacia da família nuclear com atitudes mais modernas sobre a importância da individualidade (Johnson e

DaVanzo, 1998). Nos países latino-americanos, também foi observada uma relação positiva entre o jovem sair de casa e alcançar um alto nível de escolaridade (De Vos, 1989). Outra evidência de que a saída de casa está positivamente relacionada ao alto status social ou de capital humano dos pais é que, na Grã-Bretanha, filhos de mães pouco escolarizadas e que têm um trabalho manual ou são donas-de-casa possuem menor probabilidade de saírem de casa (Murphy e Wang, 1998). Buck e Scott (1993) encontraram que a alta escolaridade do responsável do domicílio, nos Estados Unidos, retardaria a saída das filhas, mas, surpreendentemente, não afetaria a saída dos filhos.

A maioria dos estudos na Europa, Estados Unidos e América Latina mostram uma ligação entre a renda e o estado ocupacional do jovem e a co-residência com os pais, sendo que jovens, principalmente os homens, que trabalham, e possuem recursos próprios, são mais prováveis de viverem fora (De Vos, 1989; Avery et al., 1992; Whittington e Peters, 1996). Quanto maior a renda do filho, menor é a dependência do suporte dos pais e maior a probabilidade de ele se tornar independente; assim, a diminuição do salário dos jovens nos Estados Unidos é uma importante explicação para o aumento na idade ao sair de casa (Whittington e Peters, 1996; Card e Lemieux, 1997). Isso sugere que a privacidade e independência são valores desejados pelos jovens e que seu alcance depende apenas de ter os recursos necessários. Já, segundo Buck e Scott (1993), a renda dos jovens teria apenas um efeito marginal sobre o aumento da probabilidade de sair para viver em arranjos independentes.

Há uma discussão sobre se a renda dos pais reteria o jovem em casa, oferecendo-lhes conforto e companhia, ou se subsidiaria sua saída, mantendo a privacidade e a independência. Na Inglaterra, quanto mais recursos materiais estão disponíveis para os jovens, mais cedo eles saem de casa (Murphy e Wang, 1998). Ao contrário, a co-residência entre pais e filhos na Itália parece estar positivamente afetada pela renda dos pais, onde mais de 80% dos jovens entre 18 e 30 anos vivem com os pais, taxa de co-residência bastante superior às observadas nos Estados Unidos e em países do noroeste da Europa (Manacorda e Moretti, 2005). O impacto da renda dos pais sobre a saída dos filhos seria maior em sociedades em que o regime de bem-estar depende mais da família que do

Estado, como é o caso da Itália e Espanha (Aassve et al., 2001). Nos Estados Unidos, a renda dos pais é negativamente associada com a transição para o casamento, mas não possui efeito sobre a transição para um arranjo independente (Avery et al., 1992).

Buck e Scott (1993) concluíram que a renda dos pais não teria efeito estatístico significativo sobre a saída de casa, porém, utilizando a mesma base de dados americanos, Whittington e Peters (1996) observaram que a probabilidade de sair de casa é reduzida se os pais possuem renda alta. Entretanto, o efeito da renda é uma função da idade do filho. Para captar esse efeito, os autores interagiram a renda dos pais com a idade dos filhos, mostrando que a renda dos pais tem um efeito negativo sobre os filhos tornarem-se independentes até os 18 anos para as mulheres e até os 19 anos para os homens, os pais prefeririam que os filhos mais jovens se mantivessem dependentes, e pais com renda maior tem mais poder sobre os filhos para realizar essa preferência. Após esse ponto, a alta renda dos pais aumenta a probabilidade que o filho torne-se independente (Whittington e Peters, 1996).

O tamanho e a composição da família também exercem um importante papel na saída do domicílio dos pais. Filhos com muitos irmãos tendem a sair de casa em idades mais jovens do que filhos de famílias relativamente menores, sugerindo que um domicílio aglomerado (*household crowding*) pode antecipar a saída dos jovens de seus domicílios de origem seja nos Estados Unidos (Goldscheider e DaVanzo, 1989; Aquilino, 1991; Buck e Scott, 1993), na Inglaterra (Murphy e Wang, 1998) ou na Malásia (Johnson e DaVanzo, 1998). O número e a ordem de nascimentos também afeta a idade na qual os filhos saem de casa. Na Malásia, a probabilidade de filhos e filhas saírem aumenta se há irmãos do mesmo sexo e de idades aproximadas, sugerindo que os filhos podem ser “substituídos” por seus irmãos nas funções de produção do domicílio. Filhos e filhas mais novos tenderiam a adiar a saída da casa dos pais (Johnson e DaVanzo, 1998). Nos Estados Unidos, o tamanho da unidade familiar tem um efeito maior e mais significativo no adiamento da saída das filhas de casa comparado aos filhos (Buck e Scott, 1993). Avery et al. (1992) não encontraram evidências de que o número de irmãos afete o processo de saída de casa.

A estrutura da família possui um impacto substancial não só sobre o momento da saída de casa como também sobre o destino após a saída. Filhos que vivem durante a infância em famílias em que um dos pais não é o biológico tendem a sair de casa mais cedo que filhos que viveram com ambos os pais biológicos. Isso ocorre porque os conflitos entre membros da família são maiores entre famílias “reconstituídas” que entre familiares biológicos. O efeito da presença de padrasto, em especial, é maior sobre a antecipação da saída das filhas que dos filhos e a razão para a saída está mais ligada ao casamento ou viver sozinha e menos ligada a motivos de estudo que as mulheres que cresceram em famílias “íntactas” (Aquilino, 1991). Ao contrário de outras pesquisas, não foi encontrado, para os Estados Unidos, um possível efeito de antecipar a saída do domicílio de origem no caso de famílias com apenas um dos pais (Buck e Scott, 1993).

O estado civil dos pais possui relação com a saída do filho de casa. Os riscos de o filho sair são maiores se os pais experimentaram a separação ou divórcio (White, 1994). Os riscos são maiores também se as mães formam uma nova união, comparado com aquelas que permanecem em primeira união (Murphy e Wang, 1998). Ser filho de um pai velho ou de uma mãe jovem está fortemente associado com um maior risco de sair de casa mais cedo.

A influência do local de residência - urbano ou rural - sobre a decisão de sair de casa é ambígua. A residência em áreas rurais dos Estados Unidos afeta negativamente a independência, devido aos salários nas áreas rurais serem, em média, menores que nas áreas urbanas (Whittington e Peters, 1996). Porém, controlando pelo salário, os jovens de áreas rurais por se casarem mais cedo e pela busca de oportunidades de trabalho ou estudo nas cidades, teriam maior probabilidade de sair de casa. De Vos (1989) sugere que jovens residentes em áreas urbanas possuem menor probabilidade de permanecerem na casa dos pais comparados àqueles que residem em áreas rurais, pois “valores modernos” são mais prevalentes em áreas urbanas. A autora também argumenta que a chance de um jovem filho estar na casa dos pais é maior em áreas rurais que em áreas urbanas devido ao trabalho familiar ser mais comum nas áreas rurais. Outros estudos não encontram efeito significativo dessa variável sobre a probabilidade de sair de casa (Buck e Scott, 1993, Johnson e DaVanzo, 1998).

A orientação valorativa também contribui significativamente para explicar a formação de família (Lesthaeghe e Moors, 1995; Reher, 1998). O domicílio, enquanto local de socialização e transferência de recursos entre gerações, sem dúvida desempenha um importante papel para compreender a formação da família e o curso de vida dos jovens (Goldscheider, 2000). Conflitos entre pais e filhos podem antecipar a saída dos jovens enquanto atitudes mais liberais em relação à sexualidade permitem que os filhos continuem vivendo com os pais por mais tempo (Manacorda e Moretti, 2005). Porém, outro argumento é que, em famílias que possuem visões tradicionais que desencorajam o individualismo e enfatizam a importância da família extensa, os filhos podem retardar sua saída, enquanto em famílias que têm visão mais moderna a saída de casa pode ocorrer mais cedo (Jonhson e DaVanzo, 1998).

Embora vários fatores estejam envolvidos na decisão sobre a saída do domicílio de origem, neste estudo, serão investigados apenas os fatores associados às características sociodemográficas do jovem, parte devido à ausência de dados para um ou todos os anos estudados, parte devido ao problema de endogeneidade das variáveis disponíveis, como descrito na Metodologia.

## 5 FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

Este capítulo está dividido em duas seções principais: dados e métodos. Na primeira, são identificadas a base de dados e as variáveis utilizadas e também são definidas a unidade geográfica e temporal de análise, o objeto de estudo e o evento investigado. Em seguida, são apresentadas as metodologias, que consistem em uma análise descritiva para os anos 1986, 1996 e 2006 e, para os dois últimos anos, em uma análise de regressão logística, método principal utilizado para responder aos objetivos do estudo.

### 5.1 Dados

#### 5.1.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

No Brasil, as principais pesquisas domiciliares são o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda que seja uma pesquisa amostral, com menor alcance histórico que o censo<sup>7</sup> e que demande uma compatibilização mais trabalhosa das variáveis das diferentes décadas, optou-se por utilizar os microdados da PNAD, pois esta dispõe de informações mais recentes em relação ao Censo Demográfico. Além da PNAD, outras pesquisas utilizadas em estudos sobre transições na família são a Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV/IBGE), a Pesquisa de Condições de Vida (PCV/Fundação Seade) e o Censo Demográfico. Contudo, nenhuma destas levanta questões

---

<sup>7</sup> A primeira PNAD foi realizada em 1967 com periodicidade trimestral nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Distrito Federal até 1969. A partir de 1971, a pesquisa passou a ser realizada anualmente, exceto em anos censitários e em 1994, quando foi reformulada. Em 1973, foram incorporadas as áreas urbanas da região Norte e Centro-Oeste (Dedecca, 1998) e, a partir de 2004 também as áreas rurais de estados da região Norte. O primeiro censo demográfico data de 1872 sendo realizado decenalmente, a partir de 1940, exceto o censo de 1990 que foi realizado em 1991.



específicas para o estudo de transições na família, já que se tratam apenas de levantamentos *cross-sections* que não trazem informações retrospectivas.

A PNAD foi implementada no Brasil progressivamente a partir de 1967, com o objetivo inicial de captar informações detalhadas sobre a participação econômica da população em idade ativa (PIA). Em 1981, o questionário básico da PNAD foi reformulado e, além dos temas de trabalho e rendimento, habitação e educação passaram a ser investigados de forma contínua. Um questionário suplementar passou a ser utilizado para outros temas relevantes como migração, fecundidade, nupcialidade e saúde, com periodicidade variável (IBGE, 2006).

As principais modificações feitas ao longo dos anos no questionário da pesquisa dizem respeito aos conceitos de ocupação; porém, estas não impossibilitam a comparabilidade entre os diferentes anos (Dedecca, 1998). Em relação aos domicílios, a principal mudança ocorrida foi a substituição, em 1992, da categoria “chefe” do domicílio e “chefe” da família por “pessoa de referência” para designar a pessoa responsável pelo domicílio e família, ou que assim seja considerada pelos seus membros. Contudo, essa alteração foi “uma mudança de nomenclatura e não de conceito, o que não trouxe maiores esclarecimentos sobre as razões que levam que uma pessoa seja considerada a responsável pela família” (Ribeiro e Saboia, 2008:33).

A PNAD é uma pesquisa de abrangência nacional baseada em uma amostra probabilística em três estágios. No primeiro estágio, selecionam-se os municípios. As capitais e as regiões metropolitanas são necessariamente incluídas na amostra, assim como alguns municípios que o IBGE considera auto-representativos. No segundo estágio, selecionam-se setores censitários, com probabilidade proporcional ao número de domicílios, dentro de cada município selecionado. No terceiro estágio, são selecionados domicílios dentro dos setores censitários previamente selecionados. A seleção dos municípios e dos setores censitários é feita uma única vez na década, logo após a divulgação dos resultados do Censo, sendo renovado a cada ano apenas o terceiro estágio (Medeiros e Osório, 2001).

Embora seja uma pesquisa com informações de boa qualidade, a literatura aponta algumas críticas à seleção e expansão da amostra da PNAD. Quanto ao desenho da pesquisa, argumenta-se que há uma sobre-representação do terceiro estágio, devido à seleção de um grande número de domicílios em um número pequeno de municípios, quando o desejado seria o contrário (Medeiros e Osório, 2001). Outro problema, relacionado à expansão da amostra, decorre de erros nas projeções populacionais. Como as projeções são realizadas uma única vez na década e os possíveis erros são cumulativos, a tendência é gerar valores progressivamente distorcidos a cada ano. Essa crítica refere-se, principalmente, às PNADs da década de 1980, período em que o Brasil observou transformações radicais em seu perfil demográfico e que não foram contempladas pelas projeções (Dedecca, 1998; Medeiros e Osório, 2001). Diante disso, a partir da atualização do cadastro de unidades domiciliares e com base na projeção da população residente, o IBGE corrigiu a expansão das PNADs da década de 1980.

Por se tratar de uma pesquisa amostral, flutuações nos resultados podem ser explicadas, em parte, pelo efeito de variações amostrais, por isso a comparação de valores absolutos deve ser evitada, dando lugar à comparação de valores relativos. Além disso, deve-se atentar para o fato de que PNADs de diferentes décadas, como é o caso deste estudo, provêm de amostras totalmente diferentes e por isso podem sofrer um viés de “segregação espacial”, ou seja, as variações nos resultados seriam decorrentes de mudanças na amostra (Medeiros e Osório, 2001).

### **5.1.2 Variáveis utilizadas**

Conforme a disponibilidade nas bases de dados utilizadas, as variáveis selecionadas para este estudo são variáveis de domicílio e variáveis de pessoa. As variáveis de domicílio foram: tipo de domicílio (particular permanente), setor censitário (metropolitano ou não metropolitano), condição de ocupação (próprio, alugado, cedido/outro), total de cômodos e dormitórios e total de moradores.

As variáveis de pessoas utilizadas foram: relação com o responsável pelo domicílio (responsável, cônjuge e filho), sexo (masculino, feminino), idade (15 a

19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos), raça/cor (brancos, pretos e pardos), anos de estudo (0 a 8 anos, 9 a 11 anos, 12 a 14 anos e 15 ou mais anos), frequência à escola (sim ou não), grau que frequenta (alfabetização, fundamental, médio, pré-vestibular, superior, mestrado/doutorado), posição na PEA (ocupado, desempregado, inativo), se tem mãe viva (sim, não, não sabe). Outras variáveis individuais importantes e que poderiam ser estudadas, mas que não estão disponíveis nas PNADs, são estado civil e religião.

Para a análise de fatores associados, seria essencial o estudo de características da família de origem do jovem; porém isto poderia ser feito apenas para os jovens que ainda residem com os pais e, ainda assim, supondo que se trata de uma família intacta. Para os jovens que já não residem no domicílio de origem, torna-se impossível conhecer as características de sua família de origem, uma vez que não há na PNAD perguntas retrospectivas e tampouco há estudos longitudinais que permitam este tipo de análise. Assim, na ausência dessas variáveis, foram utilizadas na regressão apenas variáveis individuais e de localização espacial.

### **5.1.3 Recorte geográfico e temporal**

A análise foi feita para os jovens que viviam em domicílios particulares permanentes de áreas urbanas do Brasil. Optou-se por trabalhar com as áreas urbanas, pois é onde se concentra a grande maioria dos jovens e porque fatores influentes na formação de domicílio e família, como a inserção no mercado de trabalho e o nível almejado de escolaridade, são muito diversos para áreas rurais e urbanas. Além disso, informações para área rural da região Norte só estão disponíveis nas PNADs realizadas a partir de 2004, o que não permitiria a comparabilidade com os anos anteriores.

Para tentar captar as importantes modificações na formação de família e nos arranjos domiciliares ocorridas no Brasil durante os últimos vinte anos, o período estudado compreende os anos 1986, 1996 e 2006. A PNAD 2006 era, entre as disponíveis quando se iniciou o estudo, a mais recente, enquanto a PNAD 1986 foi uma das primeiras a introduzir uma questão sobre raça/cor dos entrevistados,

variável de interesse para este estudo. Já a PNAD de 1996, realizada juntamente com a Contagem da População, marca um ponto intermediário entre as duas.

É importante lembrar que os dados provenientes desta pesquisa, assim como os dados de praticamente todas as pesquisas domiciliares, são de natureza estática e não dinâmica, isto é, eles representam uma situação em um momento específico no tempo: o dia, o mês e o ano de referência da entrevista. Estas informações mudam muito rapidamente. A comparação dos resultados destas pesquisas apenas descreve o resultado de um processo dinâmico que ocorreu num espaço de tempo, não oferecendo compreensão exata sobre o processo (Kuijsten, 1986).

#### **5.1.4 Objeto de estudo e eventos de investigação**

O objeto deste estudo são os indivíduos jovens, definidos como as pessoas de ambos os sexos declaradas com idade entre 15 e 34 anos na data de referência das PNADs. Excluiu-se da análise os jovens da raça/cor amarela e indígena, porque além de corresponderem a um percentual muito pequeno da população, acredita-se que a formação de domicílio entre este grupo tenha características peculiares que os diferenciam dos brancos e negros. Além disso, esses grupos estão espacialmente concentrados e, no caso dos indígenas, tem representação reduzida em áreas urbanas. Os jovens que ocupavam a posição de outro parente ou não-parente em relação ao responsável pelo domicílio (cerca de 10% do total de jovens, TAB.1 Anexo), são casos importantes a serem considerados na análise da formação de um novo domicílio, porém neste estudo estes jovens não foram considerados, pois não era possível distinguir se estavam ou não em seu domicílio de origem. Apenas os jovens declarados como a pessoa responsável pelo domicílio, cônjuge ou filho da pessoa responsável pelo domicílio foram estudados. Mesmo que possa haver mais de um jovem por domicílio, cada jovem foi considerado como uma observação independente.

O evento particular de interesse é constituir ou não um domicílio, o que ocorre com a saída do jovem da casa de origem para um domicílio independente. A posição no domicílio em relação à pessoa responsável foi utilizada como *proxy*

para a saída ou não do domicílio de origem. Assumiu-se que o jovem declarado como responsável ou cônjuge do responsável pelo domicílio saiu para constituir um domicílio independente<sup>8</sup>, enquanto o jovem cuja relação com o responsável pelo domicílio era a de filho permanecia no domicílio de origem com pelo menos um dos pais, ainda que pudesse ocupar posição distinta na família, caso houvesse mais de uma família no domicílio.

## 5.2 Métodos

### 5.2.1 Análise descritiva

Antes de analisar os fatores associados à saída de casa, foi realizada uma análise descritiva de algumas características dos jovens e de seu domicílio, segundo a posição ocupada: responsável, cônjuge ou filho. Esta análise foi apresentada em tabelas de contingência por grupos etários (15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e 30 a 34 anos) e por sexo para os anos 1986, 1996 e 2006.

### 5.2.2 Análise de regressão

O modelo de regressão logística (*logit*) é utilizado para prever uma variável dependente categórica ( $Y$ ) a partir de sua relação com uma ou mais variáveis explicativas, categóricas ou contínuas ( $x_i$ ). A regressão logística será binária se a variável dependente admite apenas dois valores, ou multinomial, se admite mais valores (Hosmer e Lemeshow, 1989). A análise de regressão logística binária foi considerada o modelo mais adequado para este trabalho, pois a variável dependente é dicotômica, ou seja, admite dois valores possíveis: 0 ou 1, representando a falha ou o sucesso do evento de interesse, respectivamente.

A equação do modelo de regressão logística é:

---

<sup>8</sup> É possível que, morando no mesmo domicílio que os pais, o jovem seja declarado como a pessoa responsável pelo domicílio e os pais como “outro parente”.

$$\pi(x) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 x}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 x}} \quad [1]$$

Independente dos valores de  $x$ , este modelo sempre produz valores preditos no intervalo entre 0 e 1. Através da transformação *logit*, esta função exponencial pode ser facilmente transformada em uma função linear nos parâmetros, adquirindo propriedades desejadas de um modelo de regressão linear:

$$\begin{aligned} g(x) &= \ln \left[ \frac{\pi(x)}{1 - \pi(x)} \right] \\ &= \beta_0 + \beta_1 x . \end{aligned} \quad [2]$$

Ajustar o modelo de regressão logística na equação  $\pi(x) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 x}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 x}}$  a um conjunto de dados requer que estimemos os valores de  $\beta_0$  e  $\beta_1$ , os parâmetros desconhecidos. Na regressão logística, o método de estimação (que equivale à função de mínimos quadrados do modelo de regressão linear) é chamado *máxima verossimilhança*. Esse método estima valores para parâmetros desconhecidos que maximizam a *probabilidade* de obter um conjunto de dados observados. Para aplicar este método, devemos primeiro construir uma função, chamada de *função de verossimilhança*. Esta função expressa a probabilidade dos dados observados como uma função de parâmetros desconhecidos. Os *estimadores de máxima verossimilhança* destes parâmetros são escolhidos por serem aqueles valores que maximizam esta função. Portanto, os estimadores resultantes são aqueles que mais se aproximam dos dados observados (Hosmer e Lemeshow, 1989).

Quando a variável dependente é dicotômica, sua distribuição condicional, dado  $x$ , é  $y = \pi(x) + \varepsilon$ , sendo que a quantidade  $\varepsilon$  pode assumir um dos dois possíveis valores. Se  $y = 1$ , então  $\varepsilon = 1 - \pi(x)$  com probabilidade  $\pi(x)$  e se  $y = 0$  então  $\varepsilon = -\pi(x)$  com probabilidade  $1 - \pi(x)$ . Portanto,  $\varepsilon$  tem uma distribuição com média zero e variância igual a  $\pi(x)[1 - \pi(x)]$ . Ou seja, a distribuição condicional da variável dependente segue uma distribuição binomial, com probabilidade dada pela média condicional,  $\pi(x)$ .

A chance (*odds*) de um resultado estar presente entre indivíduos com  $x=1$  é definida como  $\pi(1)[1 - \pi(1)]$  e  $x = 0$  é  $\pi(0)[1 - \pi(0)]$ . A razão de chances (*odds-ratio*), denotada por  $\psi$ , é definida como a razão entre as probabilidades de um resultado ( $x=1$ ) sobre outro ( $x=0$ ).

$$\Psi = \frac{\pi(1)[1 - \pi(1)]}{\pi(0)[1 - \pi(0)]} \quad [3]$$

A razão de chances é uma medida de associação que aproxima quão mais provável (ou improvável) é um resultado estar presente entre aqueles com  $x = 1$  que entre aqueles com  $x = 0$ . A razão de chances é o “risco relativo” e, frequentemente, o parâmetro de interesse na regressão logística.

A equação geral do modelo de regressão logística pode ser escrita da seguinte forma:

$$g(x) = \beta_0 + \beta_1x_1 + \beta_2x_2 + \beta_3x_3 + \dots + \beta_nx_n$$

$g(x) = \textit{variável dependente}$

$x_n = \textit{variáveis explicativas}$

Assim, o modelo utilizado neste trabalho é:

$$g(x) = \beta_0 + \beta_{1\text{idade}} + \beta_{2\text{homem}} + \beta_{3\text{pardo}} + \beta_{4\text{preto}} + \beta_{5\text{anos est}} + \beta_{6\text{maen viva}} + \beta_{7\text{metrop}} + \beta_{8\text{NO}} + \beta_{9\text{NE}} + \beta_{10\text{SU}} + \beta_{11\text{CO}}$$

Neste modelo, a variável dependente “sair de casa”, admite dois valores: 0 (zero) se o jovem não saiu da casa dos pais entre as idades  $x$  e  $x+n$ , e 1 (um) se o jovem saiu da casa dos pais entre as idade  $x$  e  $x+n$ .

As variáveis explicativas são as variáveis de interesse. Neste modelo foram incorporadas principalmente características individuais do jovem. Embora seja um modelo consistente, não é suficiente para explicar a saída de casa, pois esta decisão é muito relacionada ao tipo de arranjo domiciliar que o jovem vive e ao seu *background* familiar. Como não há, para os jovens que já saíram de casa, perguntas a este respeito, como a escolaridade da mãe, ocupação do pai ou o

tipo de arranjo familiar, isso impossibilita o uso de variáveis domiciliares no modelo. Variáveis como renda familiar do jovem ou de trabalho não puderam ser incluídas no modelo devido ao problema de endogeneidade com a variável resposta, ou seja, a renda familiar do jovem que reside com os pais tende a ser maior do que a daquele que saiu de casa; assim como é mais provável o jovem que tenha saído de casa trabalhe. Optou-se, então, por utilizar apenas as variáveis apresentadas a seguir.

### Variáveis utilizadas no modelo de regressão logística, segundo categorias da PNAD e recodificadas.

Nome	Variável dependente	Tipo de variável	Código	Categorias	Código	Variáveis dummy	
y	v0401	Condição na unidade domiciliar	Catagórica	1	Responsável	1	Saiu
				2	Cônjuge	1	Saiu
				3	Filho	0	Não saiu
Nome	Variáveis explicativas	Tipo de variável	Código	Categorias	Código	Variáveis dummy	
x <sub>1</sub>	v0302	Sexo	Catagórica	2	Masculino	1	Masculino
				4	Feminino	0	Feminino
x <sub>2</sub>	v8005	Idade	Discreta	-	De 15 a 34 anos		
x <sub>3</sub>	v0404	Raça	Catagórica	2	Branco	0	Branco
				4	Preto	1	Preto
				8	Pardo	1	Pardo
x <sub>4</sub>	v4703	Anos de estudo	Discreta	-	De 0 a 15 anos e mais		
x <sub>5</sub>	v4107	Código da área censitária	Catagórica	1	metropolitana	0	metropolitana
				2	auto representativa	1	auto representativa
				3	não auto representativa	1	não auto representativa
x <sub>6</sub>	regiao	Região geográfica	Catagórica	1	Norte	1	Norte
				2	Nordeste	1	Nordeste
				3	Sudeste	0	Sudeste
				4	Sul	1	Sul
				5	Centro-Oeste	1	Centro-Oeste
x <sub>7</sub>	v0405	Tem mãe viva	Catagórica	1	sim	0	sim
				3	não	1	não
				5	não sabe	1	não sabe

Nos dois capítulos seguintes, são apresentados os resultados descritivos e analíticos, obtidos através do pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Science*) versão 15.



## 6 CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS SEGUNDO POSIÇÃO NO DOMICÍLIO

Este capítulo apresenta resultados descritivos de algumas características dos jovens segundo sua relação com o responsável pelo domicílio. É importante lembrar que os resultados referem-se ao total de jovens brancos, pretos e pardos, em domicílios particulares permanentes em áreas urbanas do Brasil e que os não-parentes (agregados, pensionistas, empregados) foram excluídos dos cálculos das variáveis domiciliares.

**TABELA 1 – Proporção de jovens segundo relação com o responsável pelo domicílio, por grupos etários e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

	1986				1996				2006			
	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total
<b>Homens</b>												
15 a 19	2,1	0,1	97,8	100,0	2,2	0,1	97,7	100,0	2,4	0,3	97,3	100,0
20 a 24	26,2	0,1	73,7	100,0	23,9	0,6	75,5	100,0	21,3	2,1	76,6	100,0
25 a 29	67,6	0,2	32,2	100,0	58,9	1,6	39,5	100,0	50,9	5,1	44,0	100,0
30 a 34	86,0	0,3	13,7	100,0	78,7	1,8	19,5	100,0	71,5	6,3	22,2	100,0
	42,3	0,2	57,5	100,0	38,0	1,0	61,0	100,0	35,3	3,3	61,4	100,0
<b>Mulheres</b>												
15 a 19	0,5	10,6	88,9	100,0	0,6	8,4	91,0	100,0	1,3	8,5	90,2	100,0
20 a 24	3,1	44,1	52,8	100,0	4,0	38,9	57,1	100,0	7,5	31,5	61,0	100,0
25 a 29	6,4	69,3	24,3	100,0	8,1	62,8	29,1	100,0	13,8	53,2	33,0	100,0
30 a 34	9,2	77,1	13,7	100,0	11,7	71,7	16,6	100,0	18,7	63,4	17,8	100,0
	4,6	49,1	46,3	100,0	6,0	44,4	49,6	100,0	10,4	39,2	50,4	100,0

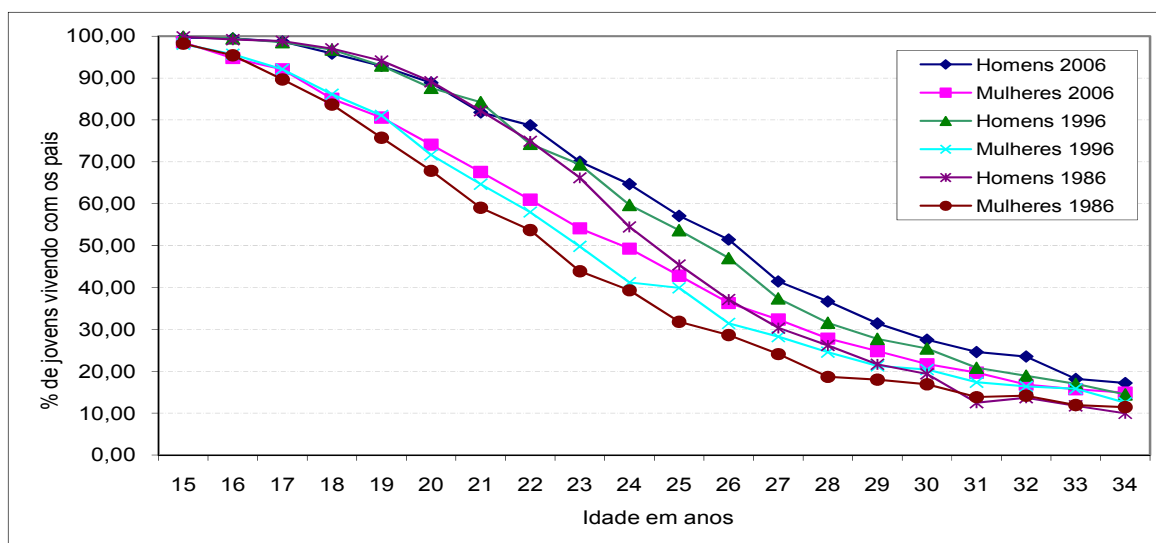
Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

Considerando apenas as três principais categorias de interesse – responsável, cônjuge e filho –, a primeira mudança que pode ser percebida na composição familiar dos jovens (TAB.1), ao longo das duas décadas estudadas, é a diminuição da proporção de jovens do sexo masculino que se declarou como pessoa responsável pelo domicílio, passando de 42,3% para 35,3%. Sendo que essa redução foi maior, principalmente entre as idades 25 a 34 anos. Em contrapartida, observa-se, neste mesmo grupo, um forte aumento relativo na proporção que se declarou cônjuge, embora seja ainda uma proporção muito pequena e, principalmente, um aumento nos que se declararam como filhos. Entre 1986 e 2006, a proporção de jovens de 25 a 29 anos na condição de filho

passou de 32,2% para 44,0% e, entre os jovens de 30 a 34 anos, de 13,7% para 22,2%.

A proporção total de mulheres na condição de filha do responsável pelo domicílio também aumentou em todos os grupos etários, mas não tanto quanto entre os homens. O maior aumento ocorreu na proporção que se declarou responsável pelo domicílio, de 4,6% para 10,4%, o que ocorreu principalmente entre 1996 e 2006. As mulheres responsáveis pelo domicílio estão distribuídas em diferentes tipos de arranjo, que pode ser com cônjuge ou companheiro, apenas com os filhos e sem cônjuge ou sozinha; porém, neste presente estudo, não se diferenciou qual a proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio em cada um desses arranjos. Em consonância com o aumento das mulheres filhas ou responsáveis, houve também uma redução de 49,1% para 39,2% no total de mulheres que se declaravam cônjuges, o que se deve ao aumento das mulheres que permanecem solteiras ou separadas e também porque há mais mulheres assumindo a chefia do domicílio mesmo na presença de um cônjuge ou companheiro. Os resultados indicam que os homens estariam vivendo um período de dependência maior passando mais tempo na casa dos pais, como filhos, enquanto a mulheres saíam para assumir mais uma posição de chefia e menos a posição de cônjuge.

**GRÁFICO 2 – Proporção de jovens vivendo com os pais, por sexo, 1986, 1996 e 2006.**



Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

No GRAF. 2, fica bastante claro o aumento na proporção de jovens que se declararam filhos do responsável pelo domicílio. Em 1986, pouco mais da metade das mulheres (56%) já tinha deixado a casa dos pais aos 23 anos; já em 2006 essa porcentagem é atingida próximo aos 25 anos. Para os homens, esse aumento foi dos 25 anos para os 27 anos. A proporção de filhos sempre superior a de filhas, pode ser explicado porque a constituição de domicílio de parte das mulheres ainda ocorre via casamento, o que ocorre antes para as mulheres.

**TABELA 2 – Proporção de jovens segundo raça/cor padronizada, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Branca	24,6	47,8	27,5	100,0	40,4	21,1	38,5	100,0	36,4	22,7	41,0	100,0
		Preta	52,2	0,0	47,8	100,0	15,3	60,1	24,6	100,0	33,5	39,9	26,5	100,0
		Parda	23,2	52,2	24,6	100,0	44,3	18,8	36,9	100,0	30,0	37,4	32,5	100,0
			100,0	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	100,0		
	20 a 24	Branca	3,0	93,9	3,1	100,0	31,0	37,0	32,0	100,0	35,5	23,6	40,9	100,0
		Preta	46,4	5,1	48,5	100,0	34,3	30,8	34,9	100,0	31,6	42,6	25,9	100,0
		Parda	50,6	1,0	48,4	100,0	34,7	32,1	33,1	100,0	32,9	33,9	33,2	100,0
			100,0	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	100,0		
	25 a 29	Branca	38,7	25,2	36,1	100,0	38,8	26,5	34,7	100,0	34,4	27,8	37,9	100,0
Preta		18,1	56,4	25,6	100,0	27,1	41,0	31,9	100,0	31,4	40,5	28,1	100,0	
Parda		43,2	18,5	38,3	100,0	34,1	32,5	33,4	100,0	34,3	31,7	34,1	100,0	
		100,0	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	100,0			
30 a 34	Branca	34,9	36,0	29,1	100,0	38,3	26,4	35,3	100,0	36,7	25,6	37,7	100,0	
	Preta	30,1	29,0	40,9	100,0	29,4	39,3	31,3	100,0	30,7	41,4	27,9	100,0	
	Parda	35,0	35,0	30,0	100,0	32,3	34,3	33,5	100,0	32,5	33,0	34,5	100,0	
		100,0	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	100,0			
Mulheres	15 a 19	Branca	21,3	41,0	37,7	100,0	40,5	32,9	26,6	100,0	25,5	35,1	39,5	100,0
		Preta	37,2	30,3	32,5	100,0	11,6	38,3	50,1	100,0	42,6	28,8	28,5	100,0
		Parda	41,5	28,7	29,8	100,0	47,8	28,9	23,3	100,0	31,9	36,1	32,0	100,0
			100,0	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	100,0		
	20 a 24	Branca	28,5	38,4	33,1	100,0	31,3	38,1	30,7	100,0	26,4	35,4	38,2	100,0
		Preta	42,2	23,5	34,4	100,0	37,8	25,0	37,2	100,0	41,5	28,0	30,5	100,0
		Parda	29,3	38,1	32,6	100,0	30,9	36,9	32,2	100,0	32,2	36,6	31,3	100,0
			100,0	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	100,0		
	25 a 29	Branca	28,3	39,2	32,5	100,0	31,2	39,9	28,9	100,0	26,0	36,6	37,5	100,0
		Preta	37,6	25,7	36,7	100,0	32,2	26,9	40,9	100,0	42,9	26,8	30,3	100,0
		Parda	34,1	35,1	30,8	100,0	36,6	33,2	30,2	100,0	31,2	36,6	32,3	100,0
			100,0	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	100,0		
	30 a 34	Branca	30,2	38,8	31,1	100,0	30,5	39,8	29,7	100,0	27,7	38,1	34,2	100,0
		Preta	35,3	24,9	39,7	100,0	37,9	24,5	37,6	100,0	40,9	27,5	31,6	100,0
		Parda	34,5	36,3	29,2	100,0	31,6	35,7	32,7	100,0	31,4	34,4	34,2	100,0
			100,0	100,0	100,0		100,0	100,0		100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

Para analisar as mudanças por raça/cor, foi feita uma padronização dos dados, a fim de evitar interpretações equivocadas em função do tamanho relativo dos grupos de raça/cor. A padronização iguala o tamanho das categorias de raça/cor nos diferentes períodos, através de método iterativo, cujo objetivo é ajustar as tabelas de contingência por meio das distribuições marginais. Assim, mantêm-se a mesma associação observada ou estrutura de interação de forma que se obtenham em cada linha e coluna totais marginais iguais a 100 (Agresti, 1990). Esse procedimento foi aplicado para cada grupo etário de homens e mulheres, de forma que os resultados padronizados indicam que não houve uma tendência linear no tempo, mas, em geral, observa-se o aumento da proporção dos jovens pardos e brancos, principalmente, que se declaravam filhos, em detrimento de uma diminuição dos jovens pretos. Em outras palavras, brancos e pardos estariam permanecendo mais tempo no domicílio dos pais, enquanto os pretos antecipam esta saída.

Em relação à educação (TAB. 3) observa-se que, independente da condição no domicílio, houve, ao longo do período, um aumento substancial na proporção de jovens com nove ou mais anos de escolaridade em todos os grupos etários. No grupo 25 a 29 anos se concentram os maiores ganhos na proporção com mais de 12 anos de estudo. Entre os homens, a proporção de jovens com 15 anos ou mais de estudo é ligeiramente maior para aqueles que estão na condição de filho do responsável pelo domicílio comparado aos jovens que são responsáveis pelo domicílio. Entre as mulheres, a diferença é mais acentuada, com grande vantagem das jovens filhas, principalmente acima de 20 anos, indicando que a escolaridade das filhas seria mais afetada pela sua posição no domicílio que os filhos. Este resultado confirma o de Carneiro et al. (2001), segundo o qual a proporção de jovens brasileiras que permaneciam na casa dos pais e que possuíam nível médio e alto de escolaridade era superior ao restante da população. A proporção de jovens responsáveis pelo domicílio com escolaridade baixa (até oito anos de estudo) era, para todos os grupos etários, maior para os homens que para as mulheres. Ou seja, também entre os responsáveis pelo domicílio, as mulheres possuem, em média, escolaridade superior a dos homens.

**TABELA 3 – Proporção de jovens segundo anos de estudo, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986*				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	0 a 8	83,3	72,4	84,2	84,1	82,7	100,0	77,2	77,3	56,1	83,9	56,0	56,1
		9 a 11	15,1	21,2	15,2	15,2	16,3	0,0	22,0	21,8	40,6	16,1	42,3	42,2
		12 a 14	1,6	6,5	0,7	0,7	1,0	0,0	0,9	0,9	3,3	0,0	1,7	1,7
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	0 a 8	75,6	91,4	64,2	67,2	73,4	81,7	55,9	60,2	43,2	50,2	27,4	31,3
		9 a 11	19,5	8,6	26,9	24,9	21,8	15,3	33,4	30,5	48,6	43,7	53,9	52,5
		12 a 14	4,9	0,0	8,9	7,9	2,9	0,0	8,6	7,2	5,9	5,6	14,5	12,5
		15 ou +	-	-	-	-	1,9	3,0	2,2	2,1	2,3	0,6	4,2	3,7
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	0 a 8	67,8	80,1	62,1	66,0	64,2	61,4	55,7	60,8	45,3	47,7	32,7	39,9
		9 a 11	21,6	14,7	24,5	22,5	27,5	29,0	29,2	28,2	41,6	41,8	44,1	42,7
		12 a 14	10,6	5,2	13,4	11,5	3,6	1,5	6,8	4,9	5,7	5,1	10,8	7,9
15 ou +		-	-	-	-	4,7	8,1	8,2	6,1	7,4	5,3	12,5	9,5	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	0 a 8	69,2	58,0	67,8	69,0	60,1	56,5	59,7	59,9	50,3	58,5	45,0	49,6	
	9 a 11	16,3	25,6	18,8	16,7	26,7	30,4	24,5	26,3	35,7	29,8	38,1	35,9	
	12 a 14	14,5	16,4	13,4	14,3	4,5	5,0	5,2	4,6	5,0	4,0	6,1	5,1	
	15 ou +	-	-	-	-	8,8	8,1	10,5	9,1	9,0	7,6	10,8	9,4	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres														
15 a 19	0 a 8	82,3	90,2	78,1	79,4	74,5	84,0	65,2	66,9	43,7	56,9	44,0	45,1	
	9 a 11	12,9	9,4	20,7	19,5	22,7	15,4	33,4	31,8	52,1	41,9	52,9	51,9	
	12 a 14	4,8	0,4	1,2	1,1	2,9	0,6	1,4	1,3	4,2	1,3	3,1	3,0	
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
20 a 24	0 a 8	58,4	75,3	49,6	61,2	52,3	67,6	39,2	50,8	31,9	40,3	15,3	24,4	
	9 a 11	26,9	20,2	37,2	29,4	33,9	27,0	44,5	37,3	52,6	52,5	56,1	54,7	
	12 a 14	14,7	4,5	13,2	9,4	9,0	3,9	12,5	9,0	11,3	4,6	21,8	15,6	
	15 ou +	-	-	-	-	4,8	1,4	3,7	2,9	4,2	2,5	6,9	5,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
25 a 29	0 a 8	63,7	70,2	50,1	64,9	57,2	63,5	40,0	56,2	38,7	40,4	18,2	32,8	
	9 a 11	23,4	20,9	29,0	23,1	25,6	26,4	38,0	29,7	41,8	45,5	48,4	45,9	
	12 a 14	12,9	8,9	21,0	12,1	6,5	4,7	9,8	6,3	9,0	6,2	12,7	8,8	
	15 ou +	-	-	-	-	10,7	5,4	12,2	7,8	10,5	7,9	20,7	12,5	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	0 a 8	67,0	71,3	55,0	68,7	54,4	62,2	43,7	58,2	45,5	46,4	29,3	43,2	
	9 a 11	17,7	17,5	26,4	18,7	27,0	24,9	32,3	26,4	36,8	37,8	42,3	38,4	
	12 a 14	15,3	11,2	18,6	12,6	7,3	4,9	6,4	5,4	6,5	5,2	9,7	6,2	
	15 ou +	-	-	-	-	11,4	8,0	17,5	10,0	11,2	10,6	18,7	12,2	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

\* Em 1986, a maior categoria de escolaridade era 12 anos ou mais.

A proporção de jovens que frequentam escola (TAB. 4) diminui com o aumento da idade, principalmente, ao passar do grupo etário 15 a 19 para o grupo etário seguinte, pois é, em média, aos 18 anos que ocorre a conclusão do ensino médio (11 anos de estudo), que para muitos jovens marca o encerramento das

atividades escolares. A proporção de jovens frequentando escola é sempre superior para as mulheres, exceto em 1986, entre os cônjuges, que representam um grupo com pouca frequência de casos. Ser estudante, geralmente, prolonga a permanência das mulheres no domicílio dos pais (Aassve et al., 2001), provavelmente, porque estas possuem aspirações maiores no sentido profissional do que no sentido de constituição de uma família e por isso preferem continuar investindo por mais tempo nos estudos e se casando mais tarde. O mais importante a ser observado na TAB. 4 é o prolongamento do tempo que os jovens passam se dedicando, exclusivamente ou não, aos estudos. A proporção de jovens de 30 a 34 anos que frequentava escola aumentou de 2,7% para 7,0% para os homens e de 2,9% para 10% para as mulheres entre 1986 e 2006. Esse aumento é verificado tanto para cônjuges e filhos e também para os responsáveis pelo domicílio, indicando que a saída de casa pode ser conciliada com os estudos. O que sugere que as etapas de transição para a vida adulta não se iniciam, necessariamente, após o fim da etapa anterior, confirmando a dessincronização do curso de vida (Galland, 1997).

**TABELA 4 – Proporção de jovens segundo frequência à escola por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Sim	15,1	38,4	50,9	50,1	19,4	15,1	67,5	66,4	26,2	26,5	71,9	70,7
		Não	84,9	61,6	49,1	49,9	80,6	84,9	32,5	33,6	73,8	73,5	28,1	29,3
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Sim	5,9	0,0	22,4	18,0	8,3	4,5	29,2	24,1	11,3	7,7	30,0	25,6
		Não	94,1	100,0	77,6	82,0	91,7	95,5	70,8	75,9	88,7	92,3	70,0	74,4
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
25 a 29	Sim	4,5	15,5	9,7	6,2	4,9	5,7	13,1	8,2	8,3	8,6	16,7	12,0	
	Não	95,5	84,5	90,3	93,8	95,1	94,3	86,9	91,8	91,7	91,4	83,3	88,0	
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Sim	2,5	2,6	4,4	2,7	3,6	1,7	6,0	4,1	6,6	6,3	8,6	7,0	
	Não	97,5	97,4	95,6	97,3	96,4	98,3	94,0	95,9	93,4	93,7	91,4	93,0	
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres	15 a 19	Sim	32,8	5,0	61,8	55,7	25,7	13,2	75,6	70,1	28,0	20,1	77,2	71,6
		Não	67,2	95,0	38,2	44,3	74,3	86,8	24,4	29,9	72,0	79,9	22,8	28,4
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	20 a 24	Sim	16,0	5,0	29,6	18,4	22,3	7,7	35,4	24,1	20,3	11,1	37,8	28,1
		Não	84,0	95,0	70,4	81,6	77,7	92,3	64,6	75,9	79,7	88,9	62,2	71,9
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	25 a 29	Sim	7,0	3,1	13,6	5,9	9,4	4,5	15,6	8,1	13,9	10,4	20,8	14,3
		Não	93,0	96,9	86,4	94,1	90,6	95,5	84,4	91,9	86,1	89,6	79,2	85,7
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	30 a 34	Sim	4,5	1,9	7,5	2,9	6,1	3,8	6,9	4,6	10,3	8,8	13,9	10,0
		Não	95,5	98,1	92,5	97,1	93,9	96,2	93,1	95,4	89,7	91,2	86,1	90,0
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

**TABELA 5 – Proporção de jovens segundo o curso que frequenta por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19													
		Alfabetização	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,2
		Fundamental	37,3	44,9	62,7	62,5	46,9	0,0	55,9	55,8	15,1	56,2	33,0	32,9
		Médio	42,1	55,1	33,3	33,4	42,0	100,0	39,9	39,9	53,9	43,8	58,9	58,8
		Pré -Vestibular	6,8	0,0	1,0	1,0	7,3	0,0	1,3	1,3	8,4	0,0	1,7	1,7
		Superior	13,8	0,0	2,9	2,9	3,7	0,0	2,7	2,8	22,6	0,0	6,2	6,4
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		20 a 24												
		Alfabetização	1,5	-	0,3	0,4	1,5	0,0	0,3	0,4	0,9	4,5	0,5	0,6
		Fundamental	18,1	-	20,4	20,2	26,2	67,1	23,6	23,8	12,5	19,2	9,3	9,7
		Médio	27,9	-	34,4	33,8	34,7	13,5	36,9	36,7	32,4	23,0	25,7	26,3
		Pré -Vestibular	2,3	-	4,6	4,4	4,1	0,0	4,3	4,3	2,2	6,6	4,4	4,2
		Superior	50,2	-	40,2	41,1	29,4	19,4	34,7	34,2	50,3	39,5	58,8	57,9
		Mestrado Doutorado	0,0	-	0,0	0,0	4,1	0,0	0,2	0,5	1,8	7,2	1,2	1,3
			100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		25 a 29												
	Alfabetização	0,2	0,0	0,6	0,4	0,8	0,0	1,7	1,4	3,0	1,0	1,1	1,7	
	Fundamental	11,9	80,3	13,6	13,1	19,8	0,0	19,5	19,4	12,3	17,4	7,5	9,6	
	Médio	20,4	19,7	20,1	20,2	25,0	33,2	27,9	26,9	20,1	21,5	15,2	17,1	
	Pré -Vestibular	1,8	0,0	2,9	2,3	2,5	0,0	3,0	2,8	1,8	1,7	3,5	2,8	
	Superior	60,1	0,0	62,7	61,1	44,8	27,2	45,3	44,9	55,8	57,6	67,0	62,7	
	Mestrado Doutorado	5,6	0,0	0,2	2,9	7,1	39,7	2,6	4,6	7,0	0,9	5,7	6,0	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	30 a 34													
	Alfabetização	4,2	0,0	3,4	4,0	4,1	0,0	2,1	3,5	2,2	5,6	2,6	2,5	
	Fundamental	17,5	0,0	7,2	15,2	16,3	0,0	19,1	17,0	16,2	19,5	11,8	15,2	
	Médio	16,0	0,0	12,5	15,2	22,8	18,0	22,7	22,7	20,9	8,0	15,1	18,6	
	Pré -Vestibular	1,0	0,0	5,4	2,0	2,5	0,0	2,3	2,4	2,7	3,1	1,9	2,5	
	Superior	57,9	100,0	71,5	61,0	43,8	64,1	47,1	44,9	47,4	53,4	63,9	52,2	
	Mestrado Doutorado	3,4	0,0	0,0	2,6	10,4	18,0	6,7	9,4	10,6	10,4	4,6	9,0	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres	15 a 19													
		Alfabetização	12,0	0,0	0,1	0,2	3,3	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,1
		Fundamental	31,5	43,4	53,7	53,5	30,2	31,7	43,7	43,5	16,6	23,0	23,3	23,3
		Médio	35,9	50,8	40,9	41,0	46,3	62,6	49,5	49,7	58,6	67,4	64,6	64,7
		Pré -Vestibular	5,9	0,5	1,0	1,1	5,6	0,0	2,2	2,2	2,6	1,9	2,5	2,5
		Superior	14,7	5,2	4,3	4,3	14,5	5,7	4,4	4,5	22,2	7,7	9,4	9,4
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		20 a 24												
		Alfabetização	0,0	0,3	0,1	0,1	0,6	0,8	0,2	0,3	0,9	2,8	0,7	0,9
		Fundamental	8,0	19,4	18,9	18,7	13,4	23,0	16,4	17,1	11,2	16,5	5,7	7,4
		Médio	33,7	41,8	39,9	39,9	32,0	41,3	36,5	36,9	22,4	35,8	18,6	21,0
		Pré -Vestibular	4,2	1,1	3,3	3,0	8,2	0,7	5,1	4,7	2,1	2,7	4,7	4,3
		Superior	50,1	37,5	37,9	38,2	44,2	32,7	41,4	40,4	61,6	41,7	69,3	65,5
		Mestrado Doutorado	4,1	0,0	0,0	0,1	1,6	1,4	0,3	0,5	1,9	0,5	1,0	1,0
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
		25 a 29												
	Alfabetização	0,0	0,5	0,5	0,5	0,0	0,0	0,1	0,1	3,4	3,1	1,0	2,2	
	Fundamental	23,2	22,3	14,3	17,9	8,6	26,7	17,5	19,8	14,3	18,9	5,3	11,7	
	Médio	28,6	36,2	30,5	32,4	28,1	28,2	33,3	31,0	19,1	25,2	16,1	20,0	
	Pré -Vestibular	2,3	1,3	4,2	3,0	8,2	2,8	2,5	3,1	3,1	1,4	4,6	3,2	
	Superior	45,9	39,5	48,3	44,9	50,6	40,4	41,5	42,0	52,2	47,5	67,3	57,6	
	Mestrado Doutorado	0,0	0,3	2,2	1,3	4,4	2,0	5,1	4,0	7,9	3,9	5,6	5,2	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
	30 a 34													
	Alfabetização	0,0	5,6	4,2	4,3	2,9	1,8	0,0	1,5	5,8	5,8	2,6	5,0	
	Fundamental	10,4	20,9	9,8	15,5	30,1	32,7	16,7	28,3	16,6	20,3	12,2	17,6	
	Médio	16,4	30,6	22,9	25,8	13,0	28,5	20,9	24,2	21,4	24,0	16,2	21,6	
	Pré -Vestibular	0,0	2,1	1,8	1,7	0,0	0,7	2,9	1,1	1,8	1,8	2,7	2,0	
	Superior	62,6	36,3	60,4	48,6	47,2	27,3	55,9	37,5	49,4	42,9	63,1	49,2	
	Mestrado Doutorado	10,6	4,6	0,9	4,1	6,8	8,9	3,6	7,3	4,9	5,3	3,1	4,7	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

Na TAB. 5, é apresentada, para os jovens que frequentam escola, a distribuição proporcional segundo o curso frequentado. Há uma proporção maior de filhos frequentando curso superior, porém entre os que cursam mestrado ou doutorado, a proporção de jovens responsáveis pelo domicílio supera a de filhos, indicando mais uma vez que a saída do domicílio dos pais não implica na finalização dos estudos e que podem ser conciliados e, por outro lado, o maior tempo dedicado aos estudos não seria a única explicação para a co-residência dos filhos com seus pais.

**TABELA 6 – Proporção de jovens segundo posição na PEA, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Ocupado	94,6	82,7	62,0	62,7	87,6	59,9	45,8	46,7	85,1	73,4	38,6	39,8
		Desempregado	2,5	0,0	4,4	4,4	4,3	40,1	9,9	9,8	5,5	15,0	12,1	11,9
		Inativo	2,9	17,3	33,6	32,9	8,2	0,0	44,3	43,5	9,4	11,6	49,3	48,3
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Ocupado	96,2	100,0	83,2	86,6	92,4	78,3	73,1	77,7	91,7	85,6	70,2	75,1
		Desempregado	2,3	0,0	5,3	4,5	4,2	12,1	10,2	8,8	4,9	7,7	13,2	11,3
		Inativo	1,5	0,0	11,5	8,9	3,4	9,7	16,7	13,5	3,4	6,7	16,6	13,6
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	Ocupado	97,6	81,6	85,5	93,7	94,7	81,8	79,0	88,3	93,5	90,8	78,0	86,5
Desempregado		1,7	3,4	5,3	2,9	3,2	8,6	8,3	5,3	3,7	5,3	10,5	6,8	
Inativo		0,7	15,0	9,2	3,5	2,1	9,6	12,7	6,4	2,9	3,9	11,4	6,7	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Ocupado	97,6	92,8	84,5	95,8	94,4	90,7	75,2	90,6	94,2	88,3	76,2	89,9	
	Desempregado	1,5	2,5	5,4	2,0	3,6	6,2	8,7	4,6	3,1	6,9	9,8	4,9	
	Inativo	0,9	4,7	10,1	2,1	2,1	3,1	16,0	4,8	2,6	4,9	14,0	5,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres														
15 a 19	Ocupado	67,6	19,3	37,9	36,1	55,9	25,0	29,3	29,1	47,5	29,8	27,0	27,5	
	Desempregado	1,0	0,9	3,0	2,7	11,8	9,1	10,0	9,9	12,7	13,5	13,6	13,6	
	Inativo	31,4	79,8	59,1	61,1	32,2	65,9	60,7	60,9	39,8	56,7	59,4	58,9	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
20 a 24	Ocupado	72,1	28,5	64,5	48,8	69,5	37,9	59,6	51,6	64,4	46,7	57,2	54,5	
	Desempregado	6,6	1,3	5,0	3,4	10,5	6,5	10,2	8,7	13,8	11,1	15,6	14,0	
	Inativo	21,3	70,2	30,6	47,8	20,0	55,6	30,2	39,7	21,8	42,2	27,2	31,5	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
25 a 29	Ocupado	83,3	34,6	73,3	47,2	76,8	43,9	68,7	53,8	75,3	54,2	69,9	62,3	
	Desempregado	2,6	0,7	3,2	1,4	7,8	5,2	8,7	6,4	9,5	8,6	13,1	10,2	
	Inativo	14,0	64,6	23,5	51,4	15,5	50,9	22,6	39,8	15,2	37,2	17,0	27,5	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Ocupado	85,0	41,9	72,9	50,1	80,9	49,0	70,2	56,2	76,2	59,7	67,8	64,2	
	Desempregado	1,7	0,7	3,1	1,1	6,0	5,2	8,4	5,8	7,4	6,9	10,8	7,7	
	Inativo	13,4	57,4	23,9	48,8	13,1	45,9	21,4	38,0	16,4	33,4	21,4	28,1	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.



A TAB. 6 mostra que a ocupação tende a aumentar com a idade, porém, para os filhos e filhas a proporção de ocupados no grupo 30 a 34 anos é menor que no grupo etário anterior. Ao mesmo tempo, observa-se que a proporção de filhos e filhas inativos (que não trabalharam nem procuraram trabalho) é maior no grupo 30 a 34 anos que no grupo anterior, indicando que, possivelmente, parte destes foram alguma vez ocupados, inclusive morando fora de casa, e que o desemprego seria uma razão para eles permanecerem ou voltarem à casa dos pais. A diferença entre filhos e responsáveis ocupados é maior para os homens que para as mulheres, ou seja, as filhas tendem a trabalhar mais que os filhos. Há ainda uma proporção considerável de mulheres inativas entre as responsáveis pelo domicílio, indicando que, para as mulheres, possuir um rendimento não é condição necessária para se declarar como responsável, enquanto para os homens parece que sim, pois a proporção de homens responsáveis e inativos é bem menor, embora aumente um pouco ao longo dos anos.

Outra conclusão seria que, para os homens, a saída de casa dependeria muito mais de possuir uma fonte própria de renda que para as mulheres, confirmando achados de que os recursos, individuais e domiciliares, seriam mais importantes para os homens que para as mulheres (Whittington e Peters, 1996; Aassve et al., 2001). Isto ocorreria, principalmente, em países nos quais ainda há diferenças de gênero a favor do tradicional modelo do homem provedor e nos quais o Estado não prove uma rede segura de proteção social no caso de desemprego. Assim, os jovens prefeririam permanecer na casa dos pais até que tenham, ou suponham que tenham, alcançado uma posição no trabalho segura (Aassve et al., 2001).

Na comparação dos períodos, percebe-se que a proporção jovens ocupados é sempre maior para os homens que para as mulheres, porém a proporção de responsáveis ou filhos ocupados diminui em todos os grupos etários, principalmente entre 1986 e 1996. Houve um aumento significativo na proporção das jovens cônjuges ocupadas enquanto a proporção de cônjuges do sexo masculino, por ser muito reduzida, sofre oscilações não seguindo um padrão claro. A proporção de jovens inativos é maior para as mulheres, mas aumentou muito para o sexo masculino e diminuiu para o sexo feminino entre as cônjuges e filhas. Entre estas, apesar da tendência de diminuição da inatividade com o

aumento da idade, a proporção de inativas é bastante superior à proporção de desempregadas, entre os homens o mesmo ocorre apenas para os que são filhos. Ou seja, entre os jovens que viviam com os pais e que não estavam ocupados, a maioria não procurou emprego no período de referência.

**TABELA 7 – Proporção de jovens segundo atividade na semana de referência, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Só estuda	2,2	17,3	27,3	26,8	5,0	0,0	36,5	35,8	6,1	10,3	42,9	41,9
		Só trabalha	82,4	61,6	39,5	40,4	74,1	44,8	20,9	22,1	68,1	66,4	17,3	18,7
		Estuda e trabalha	12,3	21,2	22,5	22,3	13,5	15,1	24,9	24,6	17,0	7,0	21,2	21,1
		Não estuda nem trabalha	3,2	0,0	10,7	10,5	7,5	40,1	17,7	17,5	8,7	16,3	18,6	18,3
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Só estuda	0,9	0,0	6,9	5,3	0,8	0,0	8,0	6,2	0,8	1,3	8,4	6,7
		Só trabalha	91,2	100,0	68,5	74,4	85,2	73,8	54,9	62,2	81,8	79,5	52,4	59,2
		Estuda e trabalha	5,0	0,0	14,7	12,2	7,2	4,5	18,2	15,5	9,9	6,1	17,8	15,9
		Não estuda nem trabalha	2,9	0,0	9,9	8,1	6,9	21,7	18,9	16,1	7,5	13,1	21,3	18,2
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	Só estuda	0,2	0,0	1,9	0,8	0,1	0,0	2,5	1,1	0,4	0,6	2,6	1,4
		Só trabalha	93,3	66,1	78,1	88,4	90,0	78,0	69,4	81,7	85,9	83,8	65,7	76,9
Estuda e trabalha		4,2	15,5	7,4	5,3	4,6	3,8	9,5	6,6	7,5	7,0	12,3	9,6	
Não estuda nem trabalha		2,2	18,4	12,5	5,6	5,2	18,2	18,5	10,6	6,1	8,7	19,4	12,1	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Só estuda	0,0	0,0	0,8	0,1	0,1	0,0	0,7	0,2	0,2	0,2	0,9	0,3	
	Só trabalha	95,2	90,2	81,2	93,3	90,9	89,0	70,4	86,8	88,0	82,3	69,1	83,5	
	Estuda e trabalha	2,4	2,6	3,3	2,5	3,5	1,7	4,8	3,7	6,2	5,9	7,1	6,4	
	Não estuda nem trabalha	2,4	7,2	14,7	4,1	5,6	9,3	24,1	9,2	5,6	11,5	22,9	9,8	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres	15 a 19	Só estuda	15,2	3,7	43,9	39,5	13,8	8,6	50,6	46,8	12,8	10,6	50,9	46,9
		Só trabalha	50,0	18,3	21,2	21,0	45,2	21,2	11,2	12,2	34,4	23,3	9,7	11,2
		Estuda e trabalha	17,6	1,0	16,7	15,1	10,8	3,8	18,2	16,9	13,1	6,6	17,3	16,4
		Não estuda nem trabalha	17,2	77,0	18,1	24,3	30,3	66,4	20,1	24,0	39,7	59,6	22,1	25,5
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Só estuda	6,3	2,8	12,0	7,8	6,3	3,5	14,1	9,7	6,3	4,0	13,4	9,9
		Só trabalha	63,3	26,4	47,8	38,8	56,3	34,3	42,0	39,6	52,6	41,0	37,6	39,8
		Estuda e trabalha	8,8	2,1	16,7	10,0	13,2	3,6	17,6	12,0	11,8	5,7	19,6	14,6
		Não estuda nem trabalha	21,6	68,7	23,5	43,4	24,3	58,5	26,3	38,8	29,4	49,3	29,4	35,6
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	Só estuda	0,7	1,6	3,2	1,9	1,2	1,6	4,4	2,4	1,7	3,0	4,1	3,2
		Só trabalha	77,0	33,2	63,0	43,2	68,7	41,4	58,7	48,6	64,5	47,7	55,3	52,5
		Estuda e trabalha	6,3	1,5	10,3	3,9	8,0	2,5	10,0	5,1	10,8	6,5	14,6	9,8
		Não estuda nem trabalha	16,0	63,8	23,5	50,9	22,1	54,5	26,9	43,8	23,0	42,9	26,0	34,5
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	30 a 34	Só estuda	0,2	0,9	1,8	1,0	0,6	1,3	1,3	1,2	1,4	2,4	2,0	2,2
		Só trabalha	80,7	40,9	67,2	48,2	75,9	46,6	65,2	53,1	67,9	54,0	57,7	57,3
		Estuda e trabalha	4,3	1,0	5,7	1,9	5,0	2,3	5,0	3,1	8,3	5,7	10,1	7,0
		Não estuda nem trabalha	14,9	57,2	25,3	48,9	18,4	49,8	28,5	42,6	22,4	37,9	30,2	33,6
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

Com relação a frequentar escola e/ou trabalhar (TAB. 7), nota-se que, ao longo do tempo, houve um aumento na proporção de jovens que só estudava, sempre maior para as mulheres que para os homens, e uma diminuição dos que só trabalhavam. Não é possível saber se o prolongamento do período em que os

jovens passam estudando e o adiamento da entrada no mercado de trabalho são escolhas deliberadas dos jovens ou são decorrentes da dificuldade de entrada no mercado de trabalho. Estar na escola implicaria no adiamento da entrada no mercado de trabalho, porém, a diminuição da participação dos jovens no mercado de trabalho não pode ser explicada apenas pelo aumento da escolaridade, já que parte dos jovens acumula as duas atividades (Tomás, 2007).

Observa-se que há uma parcela crescente ao longo dos anos que concilia estudo e trabalho. Isto ocorre independente da posição ocupada no domicílio, mas é maior para os jovens que ocupam a posição de filhos, indicando que a transição para o trabalho não aciona, de imediato a transição para fora da escola e para a formação de família (Oliveira et al., 2006). A alta proporção de jovens que só trabalham e continuam vivendo com os pais chama atenção, pois seria esperado que os jovens buscassem a independência residencial após a inserção no mercado de trabalho. Porém, é possível que, devido à instabilidade no mercado de trabalho, principalmente no início da carreira profissional, os jovens optassem por permanecer no mesmo domicílio que seus pais por um tempo adicional mesmo após terem conseguido um emprego (Aassve et al., 2001). Neste caso, a co-residência também poderia ser uma necessidade mais dos pais que dos filhos, uma vez que se supõe que este filho teria condições econômicas razoáveis para deixar o domicílio. A co-residência com os pais após a inserção no mercado de trabalho também pode ocorrer simplesmente porque o filho deseja poupar dinheiro para que a futura saída aconteça mantendo um padrão de vida igual, ou pelo menos semelhante, ao vivido com os pais.

De qualquer forma, quanto maior a idade, maior é a proporção de jovens, responsáveis, cônjuges ou filhos, que só trabalham e menor é a proporção de jovens que só estudam, indicando que a maioria dos jovens vai progressivamente fazendo a transição entre conclusão dos estudos e entrada no mercado de trabalho. Porém, um ponto importante a ser observado é o aumento significativo da proporção de jovens homens e mulheres que não estudam e nem trabalham, tanto ao longo do tempo quanto entre os grupos etários. Provavelmente, parte deles são, de fato, incapacitados para o trabalho. Nos Estados Unidos, cerca de 15% dos jovens de 18 a 24 anos possuía alguma forma de deficiência (Jekielek e

Brown, 2005) que, nos casos mais sérios, seria um impeditivo para a saída de casa; mas isso certamente não explicaria o aumento constatado ao longo do tempo. Entre os homens, a maior proporção que não estuda nem trabalha são filhos e, entre as mulheres, são as cônjuges, indicando que, provavelmente, os homens permaneceriam numa situação de dependência em relação aos pais e as mulheres em relação aos companheiros. Embora seja uma proporção alta, o grupo de mulheres cônjuges foi o único em que houve uma diminuição dos que não trabalhavam e nem estudavam, devido principalmente ao aumento das que trabalham. No geral, a proporção dos que não estudam nem trabalham é maior para as mulheres que para os homens, mas esta diferença está diminuindo, favoravelmente às mulheres. Destaca-se também a alta proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio e que não estudam nem trabalham.

A TAB. 8 apresenta a densidade de moradores por dormitório, que pode ser utilizada como *proxy* da privacidade dentro do domicílio. Nota-se que houve um considerável aumento na proporção de filhos que viviam em domicílios cuja densidade de moradores por dormitório era de até uma pessoa. Este poderia ser um importante fator para elevar o período de permanência dos filhos na casa de seus pais já que, tanto os pais quanto os filhos, poderiam usufruir de maior liberdade e privacidade dentro do domicílio enquanto um domicílio aglomerado aumentaria as chances de saída (Buck e Scott, 1996). Assim como a redução da densidade de moradores por cômodo (TAB. 4A), a redução da densidade de moradores por dormitório é decorrente do menor número de membros no domicílio, causado pela redução da taxa de fecundidade e famílias monoparentais. A redução do número de filhos também seria um fator favorável à permanência do jovem no mesmo domicílio que seus pais, já que filhos de famílias maiores tendem a sair mais cedo (Aquilino, 1991). Outro ponto a ser observado é que a proporção de jovens vivendo em domicílios mais densamente habitados tende a ser maior para os jovens que são filhos que para os responsáveis pelo domicílio ou cônjuges. Esta é uma constatação esperada, já que os jovens que são os responsáveis estão ainda em fase de expansão do domicílio e tendem a constituir domicílios menores do que seus domicílios de origem.

**TABELA 8 – Proporção de jovens segundo densidade de moradores por dormitório, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

	1986				1996				2006				
	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
<b>Homens</b>													
15 a 19	Até uma pessoa	21,4	21,2	1,7	2,1	20,1	0,0	4,2	4,5	27,7	4,8	6,5	7,0
	Mais de uma até duas	48,6	16,8	43,2	43,2	43,3	45,2	57,8	57,5	46,0	54,4	65,1	64,6
	Mais de duas até três	21,7	44,8	35,3	35,0	27,6	39,3	26,9	26,9	21,3	31,7	20,2	20,3
	Mais de três	8,3	17,3	19,8	19,6	9,0	15,5	11,2	11,1	5,0	9,2	8,2	8,1
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
20 a 24	Até uma pessoa	8,3	12,7	3,3	4,6	11,9	0,9	6,4	7,7	15,9	5,2	9,6	10,8
	Mais de uma até duas	46,9	32,1	47,3	47,2	47,6	47,8	57,9	55,4	50,5	57,1	67,3	63,5
	Mais de duas até três	32,5	42,4	32,3	32,3	29,0	34,3	25,4	26,3	26,7	27,1	17,1	19,3
	Mais de três	12,3	12,8	17,1	15,8	11,5	17,0	10,2	10,6	6,9	10,6	6,0	6,3
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
25 a 29	Até uma pessoa	5,7	18,4	6,2	5,9	8,9	5,4	9,4	9,1	12,3	2,8	12,4	11,9
	Mais de uma até duas	47,9	35,6	53,1	49,5	51,7	57,9	60,5	55,3	55,9	60,2	68,0	61,4
	Mais de duas até três	28,7	18,1	26,6	28,0	25,7	18,2	21,0	23,7	23,5	26,5	14,8	19,8
	Mais de três	17,7	27,9	14,0	16,6	13,7	18,5	9,0	11,9	8,3	10,6	4,8	6,9
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
30 a 34	Até uma pessoa	4,6	2,2	9,3	5,3	7,8	6,0	13,6	8,9	9,4	1,7	13,5	9,8
	Mais de uma até duas	48,8	61,3	53,4	49,4	57,2	57,1	57,2	57,2	61,9	64,1	67,7	63,3
	Mais de duas até três	29,5	11,5	26,8	29,0	22,2	21,2	21,3	22,0	20,4	23,9	15,0	19,4
	Mais de três	17,1	25,0	10,5	16,2	12,8	15,7	8,0	11,9	8,4	10,3	3,8	7,5
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Mulheres</b>													
15 a 19	Até uma pessoa	46,5	1,6	1,6	1,9	38,3	4,1	3,8	4,1	33,0	1,8	6,0	6,0
	Mais de uma até duas	31,7	52,0	43,1	44,0	48,9	53,9	57,7	57,3	44,9	57,8	65,8	64,9
	Mais de duas até três	13,2	35,6	33,7	33,8	11,0	33,5	26,9	27,4	17,2	33,9	19,9	21,1
	Mais de três	8,7	10,8	21,6	20,4	1,8	8,5	11,6	11,2	5,0	6,5	8,3	8,1
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
20 a 24	Até uma pessoa	31,9	1,6	2,6	3,1	36,4	2,9	5,4	5,7	33,5	1,7	8,1	8,0
	Mais de uma até duas	43,0	47,0	48,2	47,5	40,8	53,6	56,7	54,8	40,9	59,5	66,0	62,1
	Mais de duas até três	18,3	34,1	31,4	32,2	13,7	30,1	25,4	26,8	18,6	29,0	19,4	22,4
	Mais de três	6,8	17,3	17,8	17,2	9,1	13,5	12,5	12,7	7,0	9,7	6,5	7,5
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
25 a 29	Até uma pessoa	29,3	1,2	5,8	4,1	34,3	2,8	6,4	6,4	26,2	1,6	10,3	7,9
	Mais de uma até duas	35,8	48,4	50,6	48,1	37,7	56,4	56,2	54,9	48,6	64,2	64,5	62,1
	Mais de duas até três	22,6	30,7	29,1	29,8	16,4	25,7	24,8	24,7	17,7	24,5	18,6	21,6
	Mais de três	12,3	19,7	14,5	18,0	11,6	15,1	12,5	14,0	7,5	9,7	6,6	8,4
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
30 a 34	Até uma pessoa	25,1	0,9	6,3	3,8	27,8	2,5	9,1	6,5	24,2	1,7	11,7	7,7
	Mais de uma até duas	40,0	50,0	54,1	49,6	45,3	60,5	58,1	58,4	50,7	68,1	63,5	64,0
	Mais de duas até três	20,7	30,9	27,2	29,4	17,2	24,6	22,3	23,3	17,1	21,6	18,0	20,1
	Mais de três	14,2	18,3	12,5	17,1	9,7	12,4	10,5	11,7	7,9	8,6	6,8	8,1
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

**TABELA 9 – Proporção de jovens segundo condição de ocupação do domicílio, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Próprio	36,4	39,7	76,2	75,3	41,3	84,2	81,8	80,9	35,2	43,9	78,0	76,9
		Alugado	44,1	60,3	17,7	18,2	33,1	5,5	12,2	12,6	46,5	39,8	14,8	15,6
		Cedido/outro	19,5	0,0	6,2	6,4	25,5	10,3	6,0	6,5	18,3	16,3	7,2	7,5
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Próprio	33,4	78,8	77,2	65,7	45,5	59,1	85,0	75,4	39,8	51,2	82,4	72,7
		Alugado	49,1	13,0	18,0	26,1	35,9	26,9	10,4	16,6	44,2	37,5	12,4	19,7
		Cedido/outro	17,5	8,3	4,8	8,1	18,6	14,0	4,7	8,0	16,0	11,2	5,2	7,6
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	Próprio	43,6	38,9	80,0	55,3	56,7	61,1	87,1	68,8	50,2	55,5	86,1	66,2
		Alugado	43,0	27,5	15,8	34,2	27,5	30,3	9,7	20,5	35,6	32,8	10,4	24,4
		Cedido/outro	13,4	33,6	4,3	10,5	15,7	8,6	3,2	10,7	14,2	11,7	3,5	9,4
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
30 a 34	Próprio	54,4	49,9	77,7	57,6	65,3	68,1	86,8	69,5	62,7	64,2	88,5	68,5	
	Alugado	35,6	43,8	14,7	32,8	22,5	25,5	9,0	19,9	26,5	25,7	7,6	22,2	
	Cedido/outro	10,0	6,3	7,6	9,6	12,3	6,4	4,2	10,6	10,8	10,1	3,9	9,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres														
15 a 19	Próprio	22,0	33,9	75,6	70,9	28,8	44,3	81,7	78,2	42,5	37,9	78,1	74,3	
	Alugado	66,2	47,0	18,4	21,7	55,6	34,7	12,5	14,6	47,2	43,6	14,8	17,7	
	Cedido/outro	11,8	19,1	6,0	7,4	15,7	21,0	5,8	7,2	10,3	18,5	7,0	8,1	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
20 a 24	Próprio	26,5	40,6	78,1	60,0	44,2	53,4	82,8	69,8	41,6	47,6	83,6	69,1	
	Alugado	58,4	44,7	17,8	30,9	43,8	29,6	12,0	20,1	45,7	38,1	11,7	22,6	
	Cedido/outro	15,1	14,7	4,1	9,1	12,0	17,0	5,2	10,1	12,7	14,4	4,7	8,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
25 a 29	Próprio	35,1	51,6	77,9	56,9	52,7	62,8	87,4	69,1	48,8	59,0	85,5	66,3	
	Alugado	55,2	37,1	18,2	33,7	35,9	24,1	10,0	21,0	38,6	29,2	10,7	24,4	
	Cedido/outro	9,8	11,3	3,9	9,4	11,4	13,1	2,6	9,9	12,6	11,8	3,8	9,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Próprio	40,8	61,4	79,2	61,9	58,8	70,0	87,8	71,7	56,0	67,7	86,4	68,9	
	Alugado	47,8	29,8	15,9	29,6	30,1	19,0	8,7	18,6	32,1	22,2	9,6	21,8	
	Cedido/outro	11,4	8,8	4,9	8,5	11,1	10,9	3,5	9,7	11,9	10,1	4,0	9,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

Na TAB. 9, pode ser observada a condição de ocupação do domicílio de jovens que saíram e não saíram do domicílio de origem. Observa-se que, entre 1986 e 1996, há um aumento na proporção de jovens vivendo em domicílios próprios (quitados ou não) e que esta proporção se reduz em 2006. A proporção de jovens do sexo masculino em domicílio próprio supera a proporção de jovens do sexo feminino, em consonância com a maior participação masculina na PEA, porém, houve um aumento considerável na proporção de mulheres responsáveis pelo domicílio que vive em domicílio próprio. O aumento da proporção de jovens

enquanto responsáveis ou cônjuges vivendo em domicílios próprios indicaria que o mercado imobiliário estaria favorável à aquisição do primeiro domicílio, o que poderia ser visto como uma facilidade ou incentivo para a saída do domicílio de origem. Ou então, que, atualmente, os jovens permanecem mais tempo no domicílio dos pais até que possuam condições econômicas suficientes para adquirir ou financiar um imóvel próprio.

**TABELA 10 – Proporção de jovens em região metropolitana, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Metropolitana	39,5	40,5	38,6	38,6	35,2	45,7	38,1	38,0	29,7	44,2	33,5	33,5
		Não metropolitana	60,5	59,5	61,4	61,4	64,8	54,3	61,9	62,0	70,3	55,8	66,5	66,5
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Metropolitana	42,1	63,6	42,9	42,7	36,9	55,6	39,2	38,8	31,3	37,9	37,2	35,9
		Não metropolitana	57,9	36,4	57,1	57,3	63,1	44,4	60,8	61,2	68,7	62,1	62,8	64,1
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
25 a 29	Metropolitana	45,1	69,9	45,5	45,2	37,9	57,5	39,5	38,8	33,7	48,6	39,9	37,2	
	Não metropolitana	54,9	30,1	54,5	54,8	62,1	42,5	60,5	61,2	66,3	51,4	60,1	62,8	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Metropolitana	44,6	78,0	45,4	44,8	39,5	50,1	40,3	39,9	35,9	47,4	36,0	36,7	
	Não metropolitana	55,4	22,0	54,6	55,2	60,5	49,9	59,7	60,1	64,1	52,6	64,0	63,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres														
15 a 19	Metropolitana	36,7	36,2	41,3	40,7	35,4	29,9	36,8	36,2	39,2	26,6	35,3	34,6	
	Não metropolitana	63,3	63,8	58,7	59,3	64,6	70,1	63,2	63,8	60,8	73,4	64,7	65,4	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
20 a 24	Metropolitana	47,0	39,7	43,8	42,1	44,0	35,4	40,6	38,7	42,4	29,2	39,4	36,4	
	Não metropolitana	53,0	60,3	56,2	57,9	56,0	64,6	59,4	61,3	57,6	70,8	60,6	63,6	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
25 a 29	Metropolitana	50,7	43,5	46,7	44,7	44,9	36,3	44,3	39,3	41,3	33,8	41,7	37,5	
	Não metropolitana	49,3	56,5	53,3	55,3	55,1	63,7	55,7	60,7	58,7	66,2	58,3	62,5	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Metropolitana	50,0	44,8	47,7	45,7	44,3	39,1	43,3	40,4	41,7	35,0	40,3	37,2	
	Não metropolitana	50,0	55,2	52,3	54,3	55,7	60,9	56,7	59,6	58,3	65,0	59,7	62,8	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

Entre 1986 e 2006, houve uma diminuição proporcional da população vivendo em regiões metropolitanas, inclusive da proporção de jovens (TAB. 10) independente da posição ocupada no domicílio. Em 1986, a proporção de jovens cônjuges do sexo masculino era muito superior nas áreas metropolitanas, o que pode ser devido à menor resistência destes homens se declararem cônjuges e também devido à maior autonomia das mulheres nestas áreas, lembrando que se trata de



poucos casos em números absolutos. Nos demais anos, não há grande diferença entre a condição no domicílio e a residência ou não em áreas metropolitanas.

**TABELA 11 – Proporção de jovens segundo região, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	Resp.	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Norte	7,1	0,0	4,6	4,6	3,5	10,3	5,2	5,2	7,5	9,0	6,9	7,0
		Nordeste	23,2	16,5	23,4	23,4	15,0	16,7	21,4	21,3	26,6	31,9	23,7	23,8
		Sudeste	33,9	54,7	50,5	50,2	50,0	36,8	51,9	51,8	35,8	42,8	46,4	46,2
		Sul	25,5	16,7	14,0	14,2	19,5	36,2	14,6	14,7	18,5	10,5	14,8	14,9
		Centro-Oeste	10,3	12,1	7,5	7,6	11,9	0,0	6,9	7,0	11,5	5,8	8,1	8,1
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Norte	3,6	13,1	3,6	3,6	4,6	11,7	5,1	5,0	6,1	11,0	6,4	6,5
		Nordeste	22,4	0,0	20,1	20,7	18,4	16,9	20,6	20,1	23,7	30,1	22,4	22,8
		Sudeste	48,0	57,4	56,3	54,1	49,1	45,1	54,5	53,2	42,8	39,5	49,8	48,1
		Sul	17,8	16,8	13,6	14,7	18,6	16,9	13,3	14,6	16,9	12,9	14,2	14,8
		Centro-Oeste	8,1	12,7	6,4	6,9	9,3	9,4	6,5	7,2	10,4	6,5	7,2	7,9
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	Norte	4,3	9,8	4,1	4,2	4,2	11,7	3,7	4,1	6,8	11,5	6,6	7,0
		Nordeste	19,2	13,1	18,3	18,9	18,8	14,2	21,3	19,7	21,9	25,4	22,1	22,2
		Sudeste	52,9	60,7	60,1	55,2	50,3	49,0	54,5	51,9	45,8	41,5	50,7	47,7
		Sul	16,1	9,2	12,1	14,8	18,5	13,6	14,0	16,6	16,0	15,0	13,8	15,0
		Centro-Oeste	7,4	7,1	5,5	6,8	8,3	11,5	6,5	7,6	9,4	6,7	6,8	8,1
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	30 a 34	Norte	4,0	2,9	3,9	4,0	4,2	7,7	3,8	4,1	6,3	11,0	6,8	6,7
		Nordeste	17,3	23,6	17,7	17,4	16,9	16,3	20,1	17,5	20,7	26,5	23,6	21,7
Sudeste		55,6	52,2	62,0	56,5	53,7	47,4	59,2	54,7	49,5	42,0	50,1	49,1	
Sul		16,2	11,5	10,6	15,4	17,7	16,3	11,9	16,5	15,4	13,4	12,5	14,6	
Centro-Oeste		6,8	9,9	5,8	6,7	7,5	12,3	5,0	7,1	8,2	7,1	7,0	7,9	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres	15 a 19	Norte	9,0	5,2	4,1	4,2	4,4	5,0	5,1	5,1	9,9	8,4	6,4	6,7
		Nordeste	29,3	25,7	23,3	23,6	25,8	19,7	22,1	21,9	29,9	24,6	22,0	22,4
		Sudeste	47,0	43,3	51,8	50,9	34,0	45,6	51,3	50,7	35,0	39,1	49,4	48,3
		Sul	6,9	17,3	13,7	14,0	26,2	19,3	13,9	14,4	13,3	18,3	14,9	15,1
		Centro-Oeste	7,8	8,5	7,1	7,3	9,7	10,4	7,6	7,8	11,9	9,7	7,3	7,6
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Norte	4,4	4,0	4,3	4,2	7,6	4,3	4,7	4,7	7,7	7,5	6,0	6,6
		Nordeste	24,4	21,2	22,2	21,8	20,1	18,6	23,5	21,5	24,9	24,3	22,8	23,4
		Sudeste	46,5	49,6	54,5	52,1	44,5	49,8	52,4	51,1	42,5	42,7	50,4	47,4
		Sul	12,7	16,8	12,8	14,5	17,4	18,1	12,6	14,9	14,8	15,4	13,9	14,4
		Centro-Oeste	12,0	8,5	6,3	7,4	10,4	9,2	6,7	7,8	10,1	10,2	6,9	8,2
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	Norte	4,7	4,4	3,6	4,2	6,1	4,4	4,2	4,5	8,9	7,3	5,8	7,0
		Nordeste	20,1	18,8	20,7	19,3	22,4	17,5	24,6	20,0	23,7	22,6	23,7	23,1
		Sudeste	52,7	53,7	59,4	55,0	45,1	50,4	54,0	51,0	43,9	46,0	51,7	47,6
		Sul	14,9	16,1	11,1	14,8	15,1	18,9	11,1	16,3	15,8	15,9	12,7	14,8
		Centro-Oeste	7,7	7,0	5,3	6,6	11,2	8,7	6,2	8,2	7,7	8,2	6,2	7,5
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	30 a 34	Norte	4,3	4,0	3,8	4,0	4,4	3,8	4,3	4,0	9,6	5,6	7,1	6,6
		Nordeste	21,3	18,3	19,2	18,7	20,5	17,0	24,9	18,7	23,5	20,8	25,2	22,1
Sudeste		52,7	54,5	60,9	55,2	48,3	54,4	54,6	53,7	44,5	49,5	49,4	48,5	
Sul		13,2	16,1	11,3	15,2	18,6	17,4	10,9	16,4	14,1	15,6	12,3	14,7	
Centro-Oeste		8,5	7,0	4,8	6,9	8,2	7,4	5,4	7,2	8,3	8,5	6,0	8,0	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

Na TAB. 11, observa-se que, em 1986, a proporção de jovens filhos se concentrava, sobretudo, na região Sudeste como um reflexo da concentração populacional nesta região. Em 2006, decresceu a proporção de filhos, responsáveis e cônjuges nesta região e aumentou nas demais regiões, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Em 2006 a distribuição de jovens por posição no domicílio estava menos concentrada na região Sudeste, o que sugeriria que o adiamento da saída de casa pode ocorrer também com os jovens de regiões menos desenvolvidas economicamente, mas para afirmar isto seria necessário fazer uma padronização. Não houve diferenças significativas para homens ou mulheres.

Em síntese, observa-se que, entre 1986 e 2006, houve um aumento na proporção de jovens entre 15 e 34 anos vivendo na condição de filhos do responsável pelo domicílio, sendo que esse aumento foi mais intenso para os homens dos grupos etários 25 a 29 anos e 30 a 34 anos. Ao contrário dos homens, a proporção de mulheres cônjuges diminuiu e a de responsáveis pelo domicílio aumentou. Houve um aumento na proporção de jovens brancos que permanecem no domicílio na condição de filho e uma diminuição dos pretos na mesma posição.

Foi verificada, também, uma elevação da proporção de jovens, principalmente filhos, com nível superior de escolaridade. Devido ao aumento da escolaridade, mais jovens passaram a combinar estudo e trabalho ou adiar o momento da entrada no mercado de trabalho. A proporção de jovens ocupados diminuiu, mas é alta a proporção de jovens que só trabalham e vivem com os pais, indicando que mesmo que tenham recursos financeiros próprios os jovens ainda permanecem na casa dos pais, por outro lado, houve também aumento a proporção de jovens filhos que não estudam nem trabalham.

A proporção de jovens, principalmente filhos, vivendo em domicílios com menor densidade de moradores por dormitório aumentou e houve um aumento na proporção de jovens, principalmente mulheres, responsáveis pelo domicílio vivendo em domicílios próprios. Houve uma redução geral dos jovens vivendo em regiões metropolitanas e os jovens estão mais bem distribuídos entre as regiões geográficas, segundo a posição ocupada no domicílio, embora a concentração expressiva de filhos seja na região Sudeste.

## 7 ALGUNS FATORES ASSOCIADOS À SAÍDA DO JOVEM DO DOMICÍLIO DE ORIGEM

Após a análise descritiva das características dos jovens que saíram (responsáveis ou cônjuges) e dos jovens que não saíram (filhos) do domicílio de origem, foi realizada uma análise multivariada para investigar os fatores associados a essa decisão controlando pelo efeito de outras variáveis. Nem todos os fatores considerados na revisão teórica puderam ser incorporados no modelo empírico devido a não disponibilidade, na base de dados utilizada, de informações sobre o domicílio de origem e o *background* familiar para aqueles jovens que já haviam saído de casa. Assim, são apresentados principalmente os fatores individuais associados à chance de sair do domicílio de origem em 1996 e 2006. A análise para 1986 foi realizada, pois algumas variáveis incluídas no modelo não eram mensuradas na PNAD 1986.

**TABELA 12 – Razões de chance estimadas para os jovens de 15 a 24 anos e 25 a 34 anos saírem do domicílio de origem – Brasil - 1996 e 2006.**

	1996				2006			
	15-24		25-34		15-24		25-34	
	E.P	Exp(B)	E.P	Exp(B)	E.P	Exp(B)	E.P	Exp(B)
idade	(0,0011)	1,1901 ***	(0,0012)	1,2384 ***	(0,0008)	1,1611 ***	(0,0009)	1,1936 ***
homem	(0,0246)	0,1352 ***	(0,0176)	0,4426 ***	(0,0179)	0,1833 ***	(0,0143)	0,4390 ***
pardo	(0,0220)	0,9524 **	(0,0202)	0,9086 ***	(0,0172)	1,1002 ***	(0,0158)	1,0604 ***
preto	(0,0445)	0,6695 ***	(0,0396)	0,6668 ***	(0,0306)	1,2006 ***	(0,0275)	1,1835 ***
anos estudo	(0,0025)	0,9824 ***	(0,0023)	0,9859 ***	(0,0020)	1,0066 ***	(0,0019)	1,0010
mae não viva	(0,0382)	3,3300 ***	(0,0346)	3,2528 ***	(0,0322)	3,6210 ***	(0,0298)	3,4248 ***
não metropolitana	(0,0194)	1,1346 ***	(0,0177)	1,1144 ***	(0,0158)	1,1567 ***	(0,0145)	1,1541 ***
Norte	(0,0397)	1,0186	(0,0364)	1,0303	(0,0266)	1,2516 ***	(0,0243)	1,2167 ***
Nordeste	(0,0255)	0,9104 ***	(0,0232)	0,9494 **	(0,0202)	1,0648 ***	(0,0185)	1,0197
Sul	(0,0271)	1,5726 ***	(0,0248)	1,5625 ***	(0,0238)	1,4140 ***	(0,0218)	1,3446 ***
Centro-Oeste	(0,0321)	1,5630 ***	(0,0294)	1,5520 ***	(0,0259)	1,4797 ***	(0,0238)	1,4055 ***
Constante	(0,0370)	0,0096 ***	(0,0387)	0,0037 ***	(0,0326)	0,0114 ***	(0,0328)	0,0066 ***

Nota: erro padrão dos coeficientes

\*\*\*p<0,01; \*\*p<0,05; \* p<0,10

Fonte: Microdados das PNADs 1996 e 2006.

Na TAB. 12, são apresentadas as razões de chance (*odds ratio*) do modelo estimado para duas sub-amostras do grupo estudado (15 a 24 anos e 25 a 34 anos) para os anos 1996 e 2006. Os modelos se mostraram estatisticamente significantes (Teste Wald  $p < 0,01$ ) assim como a maioria das variáveis incluídas, que tiveram diferenciais estatísticos significativos.

Assim, interpretando as razões de chance do modelo para a amostra do grupo etário 15 a 24 anos, em 1996, temos que, controlando pelas demais variáveis, a chance de sair de casa é positivamente correlacionada com a idade, um ano a mais de vida eleva em 19% a chance de sair de casa. Em relação às mulheres, os homens possuem 86% menos chance de sair de casa. Ao contrário do esperado, pardos e pretos possuem, respectivamente, 5% e 33% menos chance de sair de casa em relação aos brancos.

A relação entre anos de estudo e sair de casa é negativa, de forma que cada ano a mais de estudo diminui em 2% a chance do jovem sair de casa. Alguns estudos mostram que o alto nível de escolaridade afeta a saída para o casamento, mas não para arranjos domiciliares não-familiares (Buck e Scott, 1993, Aassve et al., 2001).

Os jovens que não tinham ou não sabiam se a mãe estava viva tinham 3,3 vezes mais chance de sair de casa que aqueles com mãe viva. Confirmando outros estudos que afirmam que os jovens que vivem em famílias com apenas um dos pais (devido ao divórcio e não à viuvez) tendem a acelerar a transição para um arranjo independente. Além disso, não ter mãe viva está relacionado a outras variáveis que também poderiam antecipar a saída, espera-se que jovens que não tenham mãe viva possuam uma escolaridade menor e, portanto, mais chance de deixar o domicílio de origem.

Em relação às variáveis de localização espacial, os jovens que não vivem em áreas metropolitanas possuem 13% mais chance de sair de casa em relação aos jovens de áreas metropolitanas, confirmando estudos que dizem que quanto maior é o tamanho da cidade, menor é a probabilidade de saída de casa, principalmente para o casamento (Goldscheider e Da Vanzo, 1989; Buck e Scott, 1993). Os jovens que vivem na região Nordeste possuem 91% da chance de um

jovem da região Sudeste de sair de casa. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, a chance de sair de casa é aproximadamente 57% maior que para aqueles que vivem na região Sudeste. Ou seja, comparado ao jovem que reside na região Sudeste, residir nas regiões Sul ou Centro-Oeste aumenta a chance do jovem sair de casa, enquanto residir na região Nordeste diminui a chance. Residir na região Norte não apresentou diferença significativa quanto ao momento de sair em relação a residir na região sudeste.

Comparado ao grupo 15 a 24 anos, o modelo para o grupo 25 a 34 anos indica que, no grupo mais velho, o efeito do aumento de um ano a mais de idade aumenta ainda mais a chance de sair. O efeito da variável raça/cor se manteve praticamente constante, assim como o efeito das *dummies* para região. O efeito de possuir um ano a mais de estudo diminuiu, indicando que, quando se trata de um grupo mais velho, a escolaridade é um fator que pouco define a saída de casa. Para os jovens de 25 a 34 anos, não ter mãe viva continua se mostrando um importante fator para a saída de casa comparado àquele que tem mãe viva.

Em 2006, efeitos semelhantes aos encontrados para 1996 podem ser observados para idade, com a diferença que o efeito da idade foi menor que o observado em 1996. Ou seja, a idade, que é um dos fatores mais influentes para prever a saída de casa, teve sua importância diminuída. A raça/cor se mostrou novamente um fator significativo, porém em sentido oposto ao observado em 1996, ou seja, aumentando a chance de saída para os pardos em 10% e para os pretos em 20% no grupo de 15 a 24 anos e, no grupo 25 a 34, elevando em 6% e 18% respectivamente a chance de pardos e pretos saírem comparados aos jovens brancos. Ao contrário de 1996, o efeito de um ano a mais de estudo elevou as chances de sair do domicílio de origem, contudo este efeito foi insignificante para o grupo mais velho. Não ter mãe viva se mostrou um fator ainda mais importante de aumento da chance de saída. O efeito de morar em uma região não metropolitana foi maior que o observado em 1996 e também no sentido de aumentar a chance de deixar o domicílio de origem.

Além de uma análise para os dois períodos (1996 e 2006), também poderia ser feita uma análise longitudinal, pois, embora não se trate das mesmas pessoas, a

coorte que tinham entre 15 e 24 anos de idade em 1996 é a mesma que tem entre 25 e 34 anos em 2006.

Em síntese, segundo estes modelos, em 1996, os jovens pretos e pardos do sexo masculino que viviam em áreas metropolitanas da região nordeste e que tinham mãe viva teriam uma chance menor de sair de casa, comparado aos jovens com características opostas a estas. A chance de sair aumenta com a idade e diminui com o aumento dos anos de estudo. Em 2006, a variável raça inverte seu sentido fazendo com que os pretos e pardos tenham uma chance de sair maior que os brancos assim como os jovens mais escolarizados também aumentam sua chance de saída em relação aos jovens menos escolarizados. Nos dois períodos analisados, não ter mãe viva foi o fator mais importante para aumentar a chance de saída dos jovens de seu domicílio de origem.

Como vários estudos já indicaram, as mulheres apresentam chance maior de sair de casa porque, entre outros motivos menos quantificáveis, ainda se casam mais cedo que os homens. O efeito da variável raça é ambíguo. Era esperado que os brancos tivessem uma chance menor de sair em relação aos pretos e pardos, mas isso foi observado apenas em 2006.

A escolaridade teve um efeito pequeno, sugerindo que o aumento dos anos de estudo diminui a chance de saída, o que se deve, possivelmente, ao crescente número de jovens que permanecem na casa dos pais a fim de se dedicarem à continuidade dos estudos, principalmente aqueles que já vivem em áreas metropolitanas e possuem renda domiciliar mais elevada. Em 2006, seu efeito aponta para a direção oposta, porém não foi estatisticamente significativo.

A variável ter mãe viva, que pode ser utilizada como uma aproximação da constituição domiciliar, apresentou um efeito muito significativo sobre a decisão de o jovem sair ou não do domicílio de origem. Como esperado, a presença da mãe no domicílio é um importante fator de atração para que este filho não saísse de casa. Se a mãe não está viva, é possível que o pai tenha se recasado e constituído uma nova família, e a presença de uma madrasta é um fator que antecipa a saída de casa devido aos conflitos mais frequentes entre as famílias

não intactas, fazendo com que o rompimento familiar acelerasse o início da transição para um domicílio independente (Aquilino, 1991; Murphy e Wang, 1998).

Devido às oportunidades de estudo limitadas nas áreas não metropolitanas, é provável que os jovens optem por sair mais cedo de casa para se casarem, já que teriam aspirações distintas dos jovens das áreas metropolitanas, ou que a saída seja motivada pela necessidade de migrar para áreas que ofereçam melhores oportunidades para a continuação dos estudos e trabalho. Residir na região Nordeste se mostrou um fator que diminui a saída do filho do domicílio de origem, o que pode estar associado às dificuldades econômicas de constituir um domicílio independente, o que resultaria em formação de famílias conviventes no domicílio de origem. Residir na região Norte se mostrou pouco significativo em relação à região Sudeste e os jovens que viviam na região Sul e Centro-Oeste tiveram uma chance maior de sair do domicílio de origem.

O valor e o sinal dos coeficientes se mantiveram próximos nos dois anos (1996 e 2006) e nas duas amostras (15 a 24 anos e 25 a 34 anos), sendo que o que mais diferencia os modelos é a inversão no sinal das variáveis de raça/cor. A maioria das variáveis incluídas no modelo se mostrou bastante significativa, o modelo apresentado é consistente, indicando resultados esperados, mas não é suficiente para explicar a chance de sair de casa, pois não foram incluídas importantes variáveis sobre o contexto socioeconômico e familiar dos jovens, devido à ausência de informações do *background* familiar para aqueles que já haviam saído do domicílio de origem. E estas variáveis são tão, ou mais, importantes para predizer a saída do domicílio que as variáveis individuais.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da formação de arranjos domiciliares está diretamente relacionado com as componentes da dinâmica demográfica; contudo, a demografia da família ainda é pouco explorada no Brasil. A saída de casa e a constituição de um novo domicílio são tratadas apenas como uma dimensão da transição para a vida adulta sendo que poucos estudos se dedicam a compreender os fatores que adiam ou impulsionam a constituição de domicílios independentes do domicílio de origem. Este estudo foi, então, uma tentativa de prover subsídios para a discussão sobre a formação domiciliar e familiar, em um momento em que transformações nestas esferas são rapidamente sentidas.

A proposta deste estudo foi analisar os fatores associados à saída do jovem do seu domicílio de origem, porém, é importante ressaltar os resultados descritivos. A utilização dos três períodos se mostrou importante para confirmar as variações ao longo no tempo, indicado um adiamento generalizado do momento de sair de casa nos anos entre 1986 e 2006, principalmente para os homens acima dos 25 anos. Ao mesmo tempo, foi observado um aumento significativo da proporção de jovens mulheres responsáveis pelo domicílio e uma diminuição das cônjuges. Se a tendência de aumento da co-residência for mantida, possivelmente associada ao postergamento da fecundidade, como observado em outros países, certamente acarretará um impacto sobre a redução do nível da fecundidade.

Em relação à raça/cor, a proporção de negros, principalmente de pretos, vivendo com os pais diminuiu, após um aumento na década de 1990, enquanto para os brancos, houve um aumento dos que estavam na condição de filhos, o que provavelmente está relacionado com as condições econômicas.

O aumento da frequência escolar em idades nas quais já seria esperada a conclusão dos estudos é muito maior para os jovens que continuam no domicílio, mas ocorrendo também entre os jovens que são responsáveis pelo domicílio ou cônjuges. Isso indica que uma pequena parte dos jovens não só não interrompem os estudos após terem saído de casa, como também, podem sair de casa



justamente para continuarem os estudos. Embora seja uma proporção reduzida, o aumento dos jovens que conciliam estudo e trabalho, como já constatado por outros autores, ocorre para o total dos jovens, sugerindo simultaneidade entre as etapas de inserção no trabalho, continuidade dos estudos e constituição de um domicílio, inclusive com constituição de família.

Por outro lado, é bastante elevada a proporção de jovens que só trabalham e continuam no domicílio dos pais. Esta convivência poderia estar beneficiando os pais ou, o que é mais provável, a co-residência seria um apoio seguro aos filhos, já que a inserção no mercado de trabalho não é garantia de sucesso ou de estabilidade econômica, podendo ser revertida a qualquer momento. E são os jovens do sexo masculino, sobretudo, que dependem desta estabilidade para saírem de casa devido ao modelo ainda prevalente do homem provedor. Esses resultados indicam que a saída de casa não ocorre necessariamente após a conclusão dos estudos e da inserção no mercado de trabalho, pois há tanto jovens que saem de casa e continuam estudando como também, principalmente, aqueles que, embora trabalhem, ainda permanecem no mesmo domicílio que seus pais.

Também chama a atenção que um número relevante de jovens não cumprem nenhuma das etapas esperadas, ou seja, não estudam, não trabalham e não saíram de casa. Embora esta proporção seja superior para as mulheres que para os homens, ao longo do tempo houve um aumento maior entre os homens. Seria importante verificar as causas que levam a este comportamento, dado seus vários impactos sobre a economia, já que se trata de uma população que deveria estar em plena atividade econômica. Até mesmo o mercado de casamento pode ser afetado já que as mulheres, mesmo as cônjuges, estão buscando mais sua independência através dos estudos e do trabalho, contrastando com a dependência maior dos homens, possivelmente em relação aos pais. O aumento da proporção de jovens filhos inativos, e que provavelmente não estudam, a partir dos 29 anos sugere que parte destes já esteve em algum momento ocupada, mas o desemprego e a falta de recursos próprios seriam razões para que os jovens mais velhos continuassem na casa dos pais, ou mesmo retornassem após já terem saído.

Os resultados da regressão multivariada indicaram que os jovens do sexo masculino residentes em áreas metropolitanas da região Sudeste e Nordeste e com mãe viva possuem uma chance menor de sair de casa. Ser da raça/cor preta ou parda diminuía as chances de o jovem sair de casa comparado à raça/cor branca, porém esta variável inverteu seu sinal em 2006. Ou seja, em 2006, como esperado eram os jovens brancos que tinham mais chances de permanecer em casa. Controlando pelas demais variáveis, cada ano adicional de estudo reduz as chances de o jovem sair de casa, porém o efeito dessa variável não foi muito importante, já que houve um aumento generalizado da escolaridade afetando tanto para os jovens que saíram quanto para os que permaneceram no domicílio de origem.

Entre todos os fatores analisados, não ter mãe viva foi o que teve o maior efeito para explicar a saída de casa. O que se deve, possivelmente, aos conflitos familiares mais intensos e frequentes caso a ausência da mãe seja substituída por uma madrasta, mas principalmente porque é a mãe quem é a responsável por proporcionar a comodidade da “casa, comida e roupa lavada” aos filhos e, na sua ausência, a atratividade do ambiente familiar seria reduzida fazendo com que os filhos não tenham tantos incentivos para permanecer em casa.

Em síntese, estes resultados sugerem que está havendo um aumento dos jovens adultos que trabalham e continuam vivendo com os pais provavelmente até adquirirem um nível de renda suficiente que os permita sair de casa mantendo um padrão de vida equivalente ou melhor que aquele oferecido pelos pais. Ao mesmo tempo, há uma parcela crescente dos jovens vivendo exclusivamente dos bens oferecidos pelos pais e que talvez nem tenham a pretensão de sair de casa. A presença da mãe no domicílio é importante para garantir as facilidades do dia a dia, como o cuidado com a roupa e a alimentação, aumentando a chance de permanecer no domicílio. As mulheres parecem seguir o sentido inverso dos homens com uma busca por maior independência, principalmente as casadas entre as quais é crescente a proporção que trabalha.

A decisão de sair de casa não é uma decisão tomada isoladamente pelo indivíduo e, como as demais relações sociais, não pode ser pensada sem levar em consideração o contexto que a motiva. Além dos fatores referentes a

características individuais do jovem, a saída do domicílio de origem está associada a características do próprio domicílio e da família, assim como do contexto macro-econômico e cultural no qual o jovem se encontra inserido. Todos estes fatores influenciam, de alguma forma, a decisão de sair ou permanecer no mesmo domicílio que os pais e mereceriam um estudo. A família, em especial, por ser a unidade primária de inserção do indivíduo na sociedade, possui um papel importante na definição do momento de sair de casa e da rota a ser seguida após a saída. Entretanto, neste estudo, foram analisados principalmente os fatores individuais que influenciam esta decisão, pois não se sabia quais eram as condições da família de origem daqueles que já haviam constituído um domicílio próprio. Esta limitação se deve ao fato de utilizar uma pesquisa domiciliar *cross-section*, para o estudo de um processo dinâmico que são as transições ao longo do ciclo de vida.

No Brasil, como a falta de estudos longitudinais ou *surveys* retrospectivos não permite conhecer as características do domicílio original e do *background* familiar dos jovens que saíram de casa e as características individuais não são suficientes para compreender a saída, sugerem-se estudos específicos sobre os arranjos domiciliares dos jovens que saíram e dos jovens que permanecem com os pais.

Para os jovens que saíram da casa dos pais, seria interessante verificar o tipo de arranjo domiciliar formado: através do casamento, da coabitação, vivendo sozinho ou com não-parentes, pois o destino após saída de casa está relacionado às oportunidades no curso de vida e provoca impactos sobre a mortalidade, fecundidade e migração. Como as atuais pesquisas quantitativas não conseguem captar a ordem exata dos eventos, e quais arranjos precederam o atual arranjo domiciliar, o mais indicado seriam estudos qualitativos. Estudos sobre os arranjos das jovens mulheres chefes seriam interessantes, principalmente arranjos em que as mulheres são as responsáveis pelo domicílio na presença de um cônjuge, mesmo correspondendo a uma parcela pequena dos domicílios.

Para os jovens que vivem com os pais, principalmente os jovens mais velhos, sugere-se um estudo sobre o contexto domiciliar a fim de esclarecer se esses jovens pertencem a famílias intactas ou “reconstituídas”; se, mesmo morando com os pais, formaram uma nova família, com cônjuge e/ou filhos; se trabalham e qual

a sua contribuição para o domicílio; qual a classe social pertencente, entre outras questões. Um estudo mais específico seria sobre as razões do retorno do jovem ao domicílio de origem após a saída, porém, com as pesquisas tradicionais quantitativas é difícil determinar exatamente essas razões, sendo os estudos qualitativos importante também neste caso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AASSVE, A.; IACOVU, M.; MENCARINI, L. Youth poverty and transition to adulthood in Europe. **Demographic Research**, Rostock, v. 15, n. 2, p. 21-50, 2006. Disponível em: <<http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol15/2/>> Acesso em: 23 de mar. 2009.

AASSVE, A.; BILLARI, F.C; MAZZUCO, S.; ONGARO, F. **Leaving home ain't easy: a comparative longitudinal analysis of ECHP data**. Rostock: MPIDR, 2001. 33 p. (Working paper, n.38)

AGRESTI, A. **Categorical data analysis**. New York: J. Wiley, 1990. 558 p.

ALVES, J.E.D. **A definição de família convivente do IBGE: cuidados metodológicos necessários**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 4 p. 2005. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica\\_familiasconviventes.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf) > Acesso em: 12 de fev. 2009.

ALVES, J.E.D. **Os sem herdeiros: As mulheres e os homens que optam por não ter filhos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 4 p. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica\\_familiasconviventes.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf)> Acesso em: 22 de março de 2009.

ALVES, J.E.D; CAVENAGHI, S. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. **Papeles de Población**, Mexico, D.F, n. 43, p. 105-131, 2005. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica\\_familiasconviventes.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf)> Acesso em: 08 de ago. 2008.

ALVES, J.E.D; CAVENAGHI, S. **População e desenvolvimento: a terceira transição demográfica**. 2008. 5 p. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica\\_familiasconviventes.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/notametodologica_familiasconviventes.pdf)> Acesso em: 23 de abril de 2009.

AQUILINO, W. Family structure and home leaving: a further specification of the relationship. **Journal of Marriage and the Family**, Menasha, Wis., v. 53, n. 4, p. 999-1010, 1991.

ALFONSO DE ARMAS, M. **No es lo mismo pero es igual: a singularidade da segunda transição demográfica em Cuba**. 2008. 213 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ARRIAGADA, I. **Políticas sociales, familia y trabajo en la América Latina de fin de siglo**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1997. 44 p. (Políticas sociales; 21)

ARRUDA, M.R. **Prolongamento da juventude**: opção ou falta de opção? 2004. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

AVERY, R.; GOLDSCHIEDER, F.; SPEARE JR, A. Feathered nest/gilded cage: parental income and leaving home in the transition to adulthood. **Demography**, Chicago, v. 29, n. 3, p. 375-388, 1992.

BARROS, L.F.W.; ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S. Novos arranjos domiciliares: condições econômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (Dinc). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2008, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos**. Campinas: ABEP 2008. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1064.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1064.pdf)>

BARKER, D. Young people and their homes: spoiling and 'keeping close' in a South Wales town. **Sociological Review**, London, v. 20, n. 4, p. 569-590, 1972.

BECKER, G.S. **A treatise on the family**. Cambridge: Harvard University, 1981. 288 p.

BILAC, E.D. **Gênero, arranjos domésticos e (in)satisfação de necessidades básicas**. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2002.

BILAC, E.D. **Famílias brasileiras**: a vida reiventada. São Paulo: Portal UNESP/Seção Debate Acadêmico, 2007. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/debate/vida.php>> Acesso em: 21 de mar. 2009.

BILLARI, F.C.; LIEFBROER, A.C. Should I stay or should I go? The impact of age norms on leaving home. **Demography**, Chicago, v. 44, n. 1, p. 181-198. 2007.

BONGAARTS, J. Household size and composition in the developing world in the 1990s. **Population Studies**, London, v. 55, n. 3, p. 263-279, 2001.

BUCK, N.; SCOTT, J. She's leaving home: but why? An analysis of young people leaving the parental home. **Journal of Marriage and Family**, Menasha, Wis., v. 55, n. 4, p. 863-74, 1993.

BURCH, T.K. Household and family demography: a bibliographic essay. **Population Index**, Princeton, NJ., v. 45, n. 2, p. 173-195, 1979.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 1-23, 1989.

CAMARANO, A.A.; EL GHAOURI, S. Famílias com idosos: ninhos vazios? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Caxambu, MG. **Anais**. Campinas: ABEP, 2002. 27p. 1 CD-ROM.

CAMARANO, A.A.; MELLO, J.L.; KANSO, S.; ANDRADE, A. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In CAMARANO, A.A. (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p. 199-223.

CAMARANO, A.A.; MELLO, J.L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A.A. (Org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006b. p. 31-60.

CAMARGOS, M.C.S. **Enfim só**: um olhar sobre o universo de pessoas idosas que moram sozinhas no município de Belo Horizonte (MG), 2007. 126 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARD, D.; LEMIEUX, T. **Adapting to circumstances**: the evolution of work, school and living arrangements among North American youth. Cambridge, Mass.: NBER, 1997. 45 p. (Working paper , n. 6142)

CARNEIRO, I.G.; KNUDSEN, L.B.; OSÓRIO, R.G. Late-stayers: who are they? The home leaving process in Brazil and Denmark. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 24., 2001, Salvador, BA (Brasil). **Proceedings**. Paris: IUSSP, 2001. Disponível em: <<http://www.iussp.org/Brazil2001/index.php>> Acesso em: jun.2008.

COSTA, C.S. **Uniões informais no Brasil em 2000**: uma análise sob a ótica da mulher. 2005. 67 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

DEDECCA, C.S. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD: síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP., v. 15, n. 2, p. 103-114, 1998.

DE VOS, S. Leaving the parental home: patterns in six Latin American countries. **Journal of Marriage and the Family**, Menasha, Wis., v. 51, n. 3, p. 615-626, 1989.

DI GIULIO, P.; ROSINA, A. Intergenerational family ties and the diffusion of cohabitation in Italy. **Demographic Research**, Rostock, v. 16, n. 14, p. 441-468, 2007. Disponível em: <<http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol16/14/>>

DU BOIS-REYMOND, M.; LÓPEZ BLASCO, A. Transiciones tipo yo-yo y trayectorias fallidas: hacia las políticas integradas de transición para los jóvenes europeos. **Revista de Estudios de Juventud**, Madrid, n. 65, p. 11-29, 2004.

GALLAND O. **Sociologie de la jeunesse**. Paris: Armand Colin, 1997. 248 p.

GOLDANI, A.M. Reinventar políticas para famílias reiventadas: entre la “realidad” brasileña y la utopía. 2005. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, 2005, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Campinas: ABEP, 2005. 27 p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnaMariaGoldaniFamilia2005.pdf>> Acesso em: 23 de mar. 2009.

GOLDSCHIEDER, F.K. **Why study young adult living arrangements?** A view of the second demographic transition. 2000. Mimeogr. (Paper presented at the workshop, "Leaving Home: A European Focus" at the Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, Germany. 6-8 September 2000)

GOLDSCHIEDER, F.K., DA VANZO, J. Living arrangements and the transition to adulthood. **Demography**, Chicago, v. 22, n. 4, p. 545-563, 1985.

GOLDSCHIEDER, F.K., DA VANZO, J. Pathways to independent living in early adulthood: marriage, semiautonomy and premarital residential independence. **Demography**, Chicago, v. 26, n. 4, p. 597-614, 1989.

GOLDSCHIEDER C, GOLDSCHIEDER FK. Moving out and marriage: what do young adults expect? **American Sociological Review**, Albany, N.Y., v. 52, n. 2, p. 278-285, 1987.

GUERREIRO, M.D.; ABRANTES, P. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 157-212, 2005.

HAJNAL, J. Two kinds of preindustrial household formation system. **Population and Development Review**, New York, v. 8, n. 3, p. 449-494, 1982.

HEILBORN, M.L. *et al.* Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 13-45, 2002.

HILL, D.H., HILL, M.S. Older children and splitting off. In: DUNCAN, G.J.; MORGAN, J.N. (Eds.) **Five thousand American families: patterns of economic progress**. 4. ed. Ann Arbor: University of Michigan/Institute for Social Research, 1974. p.117-53.

HOSMER, D.W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. New York: Wiley-Interscience, 1989. 307 p.

IBGE. **Censo demográfico 2000: nupcialidade e fecundidade, resultados da amostra**. 2003. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade\\_fecundidade/censo2000\\_fecundidade.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/nupcialidade_fecundidade/censo2000_fecundidade.pdf)> Acesso em: 16 de mar. 2009.

IBGE. **Estatísticas do registro civil: análise dos resultados**. 2007, 2008. v.34 Disponível em  
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2007/comentarios.pdf>> . Acesso em: 16 de mar. 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar: microdados da amostra Rio de Janeiro**: IBGE, 1986, 1996 e 2006. (Recurso eletrônico)

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2006. (Notas técnicas, v. 27) Disponível em  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/notas\\_brasil.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/notas_brasil.pdf)> Acesso em: 12 de abr. 2009.



JEKIELEK, S.; BROWN, B. **The transition to adulthood**: characteristics of young adults ages 18 to 24 in America. Baltimore, MD: The Annie E. Casey Foundation, 2005. 41 p.

JOHNSON, R.W.; DAVANZO, J. Economic and cultural influences on the decision to leave home in peninsular Malaysia. **Demography**, Chicago, v. 35, n. 1, p. 97-114, 1998.

KUIJSTEN, A. Theoretical reflexions. In: KUIJSTEN, A. **Advances in family demography**. The Hague: Netherlands Interuniversity Demographic Institute, 1986. p. 5-39.

KUZNETS, S. Size and age structure of family households: exploratory comparisons. **Population and Development Review**, New York, v. 4, n. 2, p. 187-223, 1978.

LESTHAEGHE, R., MOORS, G. Living arrangements and parenthood: do values matter?. In: DE MOOR, R. (Ed). **Values in western societies**, Tilburg: Tilburg University, 1995. p. 217-250

LEVIN, I. Living apart together: a new family form. **Current Sociology**, London, v. 52, n. 2, p. 223-240, 2004.

LILLARD, L.A.; BRIEN, M.J.; WAITE, L.J. Premarital cohabitation and subsequent marital dissolution: a matter of self-selection? **Demography**, Chicago, v. 32, n. 3, p. 437-457, 2005.

MANACORDA, M.; MORETTI, E. **Why do most Italian young men live with their parents?** Intergenerational transfers and household structure. London, CEPR, 2005. (Discussion paper, n. 5116)

MARTINE, G.; CAMARANO, A.A.; FLETCHER, P.R.; NEUPERT, R. A PNAD: notas para uma avaliação. In: SAWYER, D. (Org.). **PNADs em foco: anos 80**. Belo Horizonte: ABEP, 1988. p. 281-310. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/pnadsemfoco/martine.pdf>> Acesso em: 05 de ago. 2008.

MCDONALD, P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. **Journal of Population Research**, New Delhi, v. 17, n. 1, p. 1-16, 2000.

MCELROY, M.B. The joint determination of household membership and market work: the case of young men. **Journal of Labor Economics**, Chicago, v. 3, n. 3, p. 293-316, 1985.

MELLO, J.L. **Transições para a vida adulta**: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2005.

- MELLO, J.L., CAMARANO, A.A. Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2006, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos**. Campinas: ABEP, 2006. 21 p. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_229.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_229.pdf)>
- MELLO, J.L. Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 24, p. 197-225. 2005.
- MULDER CH, CLARK WAV, WAGNER M. A comparative analysis of leaving home in the United States, the Netherlands and West Germany. **Demographic Research**, Rostock, v. 7, n. 17, p. 565-592, 2002.
- MURPHY, M.; WANG, D. Family and sociodemographic influences on patterns of leaving home in postwar Britain. **Demography**, Chicago, v. 35, n. 3, p. 293-305, 1998.
- NASCIMENTO, A.M. **Transição para a vida adulta**: situação dos filhos adultos brasileiros no período 1970-2000. 2006. 243 p. Dissertação ( Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2006.
- REHER, D.S. Family ties in Western Europe: persistent contrasts. **Population and Development Review**, New York, v. 24, n. 2, p. 203-234, 1998.
- RIBEIRO, R.; SABOIA, A.L. **Família nas pesquisas domiciliares**: questões e propostas alternativas. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008. 49 p. (Texto para discussão, n.30)
- RIOS-NETO, E. Família: uma visão da demografia (econômica). In: SEMINÁRIO DO NUCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 1988, Campinas, SP. **Família nos anos 80**: dimensões sociais do novo regime demográfico. Campinas: ANPOCS, 1988. 2 v. p. 1-33.
- ROGERS, W., THORNTON, A. Changing patterns of first marriage in the United States. **Demography**, Chicago, v. 22, n. 2, p. 265-279, May 1985.
- SAAD, P.M. Transferências de apoio entre gerações no Brasil: um estudo para São Paulo e Fortaleza. In CAMARANO, A. A. (Org.) **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p 251-280.
- SABOIA, A.L.; COBO, B. **As famílias conviventes no censo demográfico 2000**. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS, 2005, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**. Campinas: ABEP, 2005. 12p. Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/Saboiacobo.pdf>>
- SAMARA, E.M. **A família brasileira**. São Paulo. Brasiliense. 1983. 89 p.
- SCHRÖDER, C. **Cohabitation in Italy**: do parents matter? (Papers presented in the Population Association of America, Annual Meeting Program. 2006)

SMITH, R.M. Fertility, economy and household formation in England over three centuries. **Population and Development Review**, New York, v. 7, n. 4, p. 595-622, 1981.

SURKYN, J, LESTHAEGHE, R. Value orientations and the Second Demographic Transition (SDT) in Northern, Westerns and Southern Europe: an update. **Demographic Research**, Rostock, Special collection 3, article 3. p. 44-86, 2004. Disponível em: <<http://www.vub.ac.be/SOCO/demo/papersonline/s3-3.pdf>>

TAN, P.C.; JONES, G. Changing patterns of marriage and household formation. **Sojourn**, v. 5, n.2, p. 163-193. 1990.

UNITED NATIONS. **Principles and recommendations for population and housing censuses**. New York: United Nations, Dept. of International Economic and Social Affairs, Statistical Office, 1980. 330 p. (Statistic papers, series M, n. 67).

VAN DE KAA DJ. Europe's second demographic transition. **Population Bulletin**, v. 42, n. 1, p.1-57, Mar. 1987.

VIEIRA, J.M. Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada entre 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 27-48, 2008.

WHITTINGTON, L.A.; PETERS, E. Economic incentives for financial and residential independence. **Demography**, Chicago, v. 33, n. 1, p. 82-97, 1996.

YAZAKI, L.M. Arranjos familiares e a presença da mulher no apoio aos idosos. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 1992, Brasília, DF. **Anais**. Campinas: ABEP, 1992. v. 2:, p.253-296.

ZAMBRANO, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transesuais. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 26, p. 123-147, 2006.

## ANEXOS

A tabela a seguir apresenta as variáveis de pessoa e domicílio que foram utilizadas neste trabalho e seus respectivos códigos nas PNADs 1986, 1996 e 2006.

**TABELA 1A – Variáveis utilizadas e seus respectivos códigos nas PNADs de 1986, 1996 e 2006.**

<b>VARIÁVEIS DE PESSOA</b>	<b>1986</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
Ano de referência	-	V0101	V0101
Região geográfica	V10	UF	UF
Número de controle	-	V0102	V0102
Número de série	-	V0103	V0103
Sexo	V303	V0302	V0302
Idade	V805	V8005	V8005
Condição na unidade domiciliar	V305	V0401	V0401
Número da família	V307	V0403	V0403
Raça/cor	V2201	V0404	V0404
Tem mãe viva	-	V0405	V0405
Frequenta escola ou creche		V0602	V0602
Qual o curso que frequenta	V314	V0603	V0603
Condição de ocupação na semana de referência	-	V4705	V4705
Posição na ocupação no trabalho principal	-	V4706	V4706
Número de horas habitualmente trabalhadas	-	V9058	V9058
O que fez na semana	V501	-	-
Número de componentes da família I (inclusive agregados)	V9329	V4724	V4724
Código da área censitária	V5	V4727	V4727
Peso da pessoa	V9991	V4729	V4729
Peso da família	V9971	V4732	V4732
<b>VARIÁVEIS DE DOMICÍLIO</b>			
Total de pessoas (moradores)	V107	V0105	V0105
Espécie do domicílio (particular/coletivo)	V201	V0201	V0201
Número de cômodos	V211	V0205	V0205
Cômodos servindo de dormitório	V231	V0206	V0206
Condição de ocupação (próprio/alugado/cedido)	V212	V0207	V0207
Renda mensal domiciliar	V410	V4614	V4614

**TABELA 2A – Proporção de jovens segundo densidade de moradores por dormitório, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

	1986						1996						2006					
	Chefe	Cônjuge	Filho	Outro parente	Não parente	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Outro parente	Não parente	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Outro parente	Não parente	Total
<b>Homens</b>																		
15 a 19	1,9	0,1	87,7	9,1	1,2	100,0	2,0	0,1	87,6	9,6	0,7	100,0	2,1	0,3	84,3	12,6	0,7	100,0
20 a 24	22,9	0,1	64,6	10,4	2,0	100,0	20,7	0,5	65,3	11,8	1,6	100,0	18,4	1,8	66,1	12,2	1,5	100,0
25 a 29	61,8	0,2	29,5	7,0	1,5	100,0	53,3	1,4	35,7	8,5	1,1	100,0	46,0	4,6	39,8	8,1	1,4	100,0
30 a 34	81,8	0,3	13,0	4,2	0,7	100,0	74,2	1,7	18,4	5,0	0,6	100,0	67,1	5,9	20,8	5,5	0,8	100,0
	38,4	0,1	52,1	7,9	1,4	100,0	34,3	0,9	55,0	8,9	1,0	100,0	31,4	3,0	54,7	9,8	1,1	100,0
<b>Mulheres</b>																		
15 a 19	0,4	8,8	73,9	10,4	6,5	100,0	0,5	7,1	76,9	11,9	3,6	100,0	1,1	7,2	76,0	13,9	1,8	100,0
20 a 24	2,7	37,5	44,8	9,5	5,6	100,0	3,4	33,4	48,9	10,5	3,8	100,0	6,5	27,3	52,9	11,1	2,2	100,0
25 a 29	5,8	63,6	22,3	5,2	3,0	100,0	7,4	57,2	26,4	6,7	2,2	100,0	12,7	48,6	30,2	6,9	1,6	100,0
30 a 34	8,7	72,7	12,9	3,9	1,8	100,0	11,0	67,7	15,7	4,3	1,3	100,0	17,8	60,3	16,9	3,9	1,1	100,0
	4,1	43,2	40,8	7,5	4,4	100,0	5,3	39,4	44,0	8,6	2,8	100,0	9,2	35,0	45,0	9,1	1,7	100,0

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

**TABELA 3A – Proporção de jovens segundo raça/cor não padronizada, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Chefe	Cônjuge	Filho	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Branca	54,5	55,0	56,4	56,3	56,6	50,0	58,3	58,2	47,4	31,3	49,6	49,5
		Preta	7,0	0,0	5,9	5,9	3,2	21,1	5,5	5,5	9,3	11,7	6,8	6,9
		Parda	38,5	45,0	37,7	37,7	40,2	29,0	36,2	36,3	43,3	57,0	43,6	43,6
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Branca	57,9	100,0	59,2	58,9	57,5	63,6	59,1	58,8	49,6	37,6	53,6	52,4
		Preta	6,3	0,0	6,6	6,5	6,3	5,2	6,4	6,3	8,6	13,2	6,6	7,2
		Parda	35,8	0,0	34,2	34,6	36,3	31,1	34,5	34,9	41,8	49,2	39,7	40,4
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	Branca	62,8	58,5	62,2	62,6	62,4	52,2	59,5	61,1	50,3	45,3	53,4	51,4
		Preta	4,8	21,6	7,3	5,7	5,4	10,0	6,8	6,0	8,9	12,7	7,6	8,5
		Parda	32,4	19,8	30,5	31,7	32,2	37,8	33,7	32,9	40,8	41,9	39,0	40,1
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
30 a 34	Branca	63,7	64,5	61,2	63,3	63,7	52,3	60,9	63,0	53,2	42,5	53,1	52,5	
	Preta	5,0	4,7	7,9	5,4	5,6	8,9	6,2	5,8	8,4	12,9	7,4	8,4	
	Parda	31,3	30,8	31,0	31,3	30,7	38,8	33,0	31,3	38,4	44,6	39,6	39,0	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres														
15 a 19	Branca	35,9	60,4	57,3	57,6	55,8	61,0	59,6	59,7	41,5	48,3	53,9	53,3	
	Preta	7,4	5,3	5,8	5,8	0,8	3,8	5,9	5,7	10,7	6,1	6,0	6,1	
	Parda	56,7	34,3	36,8	36,7	43,3	35,3	34,4	34,6	47,8	45,6	40,1	40,6	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
20 a 24	Branca	58,5	62,3	60,9	61,4	61,3	63,5	60,0	61,4	44,9	51,1	56,0	53,7	
	Preta	8,5	3,7	6,2	5,2	6,2	3,5	6,1	5,1	11,0	6,3	6,9	7,0	
	Parda	33,0	33,9	32,9	33,3	32,5	33,0	33,8	33,4	44,1	42,6	37,0	39,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
25 a 29	Branca	56,5	65,1	62,0	63,8	57,5	65,8	58,8	63,1	46,1	53,5	56,2	53,4	
	Preta	8,0	4,6	7,5	5,5	5,2	3,9	7,3	5,0	12,0	6,2	7,2	7,3	
	Parda	35,4	30,4	30,5	30,7	37,3	30,2	33,9	31,9	41,8	40,3	36,6	39,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Branca	58,4	64,6	61,9	63,6	60,8	66,1	59,5	64,4	48,0	55,7	52,7	53,8	
	Preta	6,9	4,2	8,0	5,0	7,6	4,1	7,6	5,1	10,9	6,2	7,5	7,3	
	Parda	34,6	31,2	30,1	31,4	31,5	29,7	32,8	30,5	41,0	38,0	39,8	38,9	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.

**TABELA 4A – Proporção de jovens segundo densidade de moradores por cômodo, por grupos etários, relação com o responsável pelo domicílio e por sexo, 1986, 1996 e 2006.**

		1986				1996				2006				
		Chefe	Cônjuge	Filho	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Total	
Homens	15 a 19	Até uma pessoa	76,9	44,4	51,9	52,4	84,6	68,6	72,8	73,1	89,0	76,9	81,4	81,5
		Mais de uma até duas	19,0	22,8	39,0	38,6	13,8	15,9	24,1	23,9	9,5	22,0	16,7	16,6
		Mais de duas até três	3,6	32,7	6,8	6,8	1,6	0,0	2,5	2,5	1,1	1,0	1,5	1,5
		Mais de três	0,5	0,0	2,3	2,2	0,0	15,5	0,6	0,6	0,4	0,0	0,4	0,4
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	20 a 24	Até uma pessoa	77,4	83,4	58,0	63,1	84,3	73,5	73,0	75,7	91,6	84,6	85,0	86,4
		Mais de uma até duas	18,6	16,6	34,8	30,5	14,0	24,3	24,1	21,7	7,7	13,0	13,7	12,4
		Mais de duas até três	2,9	0,0	5,3	4,6	1,3	2,2	2,4	2,1	0,5	2,0	1,0	0,9
		Mais de três	1,1	0,0	2,0	1,8	0,4	0,0	0,5	0,5	0,2	0,5	0,2	0,2
			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	25 a 29	Até uma pessoa	75,3	65,6	64,5	71,8	84,0	75,0	76,3	80,8	90,4	81,7	87,0	88,5
		Mais de uma até duas	20,4	21,9	30,0	23,5	14,2	23,1	21,5	17,2	8,9	16,5	12,2	10,8
Mais de duas até três		2,8	12,4	4,4	3,3	1,3	1,7	1,8	1,5	0,5	1,6	0,7	0,6	
Mais de três		1,6	0,0	1,1	1,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Até uma pessoa	73,3	81,7	70,1	72,9	85,1	77,9	76,9	83,4	89,1	84,9	86,9	88,3	
	Mais de uma até duas	22,2	4,5	26,7	22,8	13,5	18,3	20,9	15,0	10,5	12,9	12,4	11,1	
	Mais de duas até três	3,4	7,5	2,4	3,3	1,0	3,4	2,0	1,2	0,3	1,9	0,5	0,4	
	Mais de três	1,1	6,3	0,8	1,0	0,4	0,5	0,2	0,4	0,1	0,3	0,2	0,1	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Mulheres														
15 a 19	Até uma pessoa	79,7	76,4	54,0	56,5	91,2	86,7	73,1	74,4	90,4	91,1	82,4	83,3	
	Mais de uma até duas	11,4	19,4	37,3	35,3	8,8	11,9	23,9	22,8	9,6	8,0	16,0	15,2	
	Mais de duas até três	1,1	3,1	6,6	6,2	0,0	1,0	2,3	2,2	0,0	0,7	1,3	1,2	
	Mais de três	7,8	1,1	2,1	2,0	0,0	0,5	0,7	0,7	0,0	0,1	0,3	0,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
20 a 24	Até uma pessoa	78,7	75,0	58,0	66,2	84,9	85,0	71,6	77,4	89,6	89,6	83,8	86,1	
	Mais de uma até duas	17,9	20,1	34,8	27,8	12,0	13,5	25,0	20,0	9,3	9,8	14,6	12,7	
	Mais de duas até três	2,0	3,3	6,0	4,6	2,0	1,1	2,7	2,1	0,9	0,4	1,1	0,9	
	Mais de três	1,4	1,6	1,3	1,4	1,2	0,4	0,7	0,6	0,2	0,1	0,4	0,3	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
25 a 29	Até uma pessoa	76,8	72,2	64,6	70,6	84,6	82,8	72,1	79,8	90,0	88,6	83,5	87,1	
	Mais de uma até duas	18,4	23,0	29,8	24,4	13,6	15,5	24,2	17,8	9,5	10,5	15,4	12,0	
	Mais de duas até três	3,2	3,5	4,5	3,7	1,1	1,3	3,0	1,8	0,4	0,6	0,9	0,7	
	Mais de três	1,7	1,3	1,1	1,3	0,7	0,5	0,8	0,6	0,1	0,2	0,2	0,2	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
30 a 34	Até uma pessoa	73,7	69,5	68,4	69,7	87,6	82,4	75,9	82,0	87,3	87,3	83,8	86,7	
	Mais de uma até duas	18,4	25,1	26,6	24,7	10,0	15,7	21,1	15,9	11,5	11,9	14,7	12,3	
	Mais de duas até três	4,8	3,9	4,1	4,0	2,1	1,5	2,7	1,7	0,9	0,7	1,3	0,8	
	Mais de três	3,0	1,6	0,9	1,6	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,1	0,2	0,1	
		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados das PNADs 1986, 1996 e 2006.